PREFEITURA DE CANTAGALO
União e Trabalho
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

Proc: 213/26 Fls:_____

Ass:_____

Setor de Licitações

PREGÃO ELETRÔNICO
n°90028/2026

CONTRATANTE (UASG: 985821)

PREFEITURA MUNICIPAL DE CANTAGALO

OBJETO

Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços públicos de Transporte Coletivo de Passageiros no Município de Cantagalo/RJ, abrangendo as áreas urbanas e rurais, sob o regime de Tarifa Zero (subsídio integral), com remuneração por quilômetro rodado, conforme quantidades e especificações constantes neste Edital e no Termo de Referência e seus anexos.

VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO

R$ 16.769.619,13 (dezesseis milhões e setecentos e sessenta e nove mil seiscentos e dezenove reais e treze centavos).

DATA DA SESSÃO PÚBLICA

Dia 15/05/2026 às 9h (horário de Brasília)

CRITÉRIO DE JULGAMENTO:

Menor preço global

MODO DE DISPUTA:

Aberto

TRATAMENTO FAVORECIDO ME/EPP/EQUIPARADAS

Sim

MARGEM DE PREFERÊNCIA PARA ALGUM ITEM

Não

Setor de Licitações

EDITAL – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90028/2026

Sumário

1. DO OBJETO 3
2. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO 4
3. DO ORÇAMENTO ESTIMADO 5
4. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO 6
5. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA 8
6. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES . 9
7. DA FASE DE JULGAMENTO 12
8. DA FASE DE HABILITAÇÃO 14
9. DO TERMO DE CONTRATO 20
10. DOS RECURSOS 21
11. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES 21
12. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO 24
13. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS 24

EDITAL – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90028/2026

PREFEIRURA MUNICIPAL DE CANTAGALO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90028/2026
Processo Administrativo n° 213/2026

Torna-se público que a Prefeitura Municipal de Cantagalo, por meio do setor de licitações, sediado na Rua Ver Francisco Eugênio Vieira, 300 – Sala 101 - Centro, Cantagalo/RJ, realizará licitação, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, pelo critério de MENOR PREÇO GLOBAL, nos termos da Lei nº 14.133/2021, Decreto Municipal nº 3.982/2023, Portaria nº 9.980/24, Lei Municipal nº 2007/26 e demais legislação aplicável e, ainda de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

A sessão pública será realizada através do sítio Portal de Compras do Governo Federal na rede mundial de computadores, no endereço eletrônico: https://www.gov.br/compras/pt-br/, e terá início às 9 horas, no horário oficial de Brasília/DF, em 15/05/2026.

1. DO OBJETO

1.1. Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços públicos de Transporte Coletivo de Passageiros no Município de Cantagalo/RJ, abrangendo as áreas urbanas e rurais, sob o regime de Tarifa Zero (subsídio integral), com remuneração por quilômetro rodado, conforme quantidades e especificações constantes neste Edital e no Termo de Referência e seus anexos.

1.2. A licitação será realizada em único item:

ITEM	ESPECIFICAÇÕES	U/S	QUANT.	VR. UNIT.	VALOR TOTAL
01	Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços públicos de Transporte Coletivo de Passageiros no Município de Cantagalo/RJ, abrangendo as áreas urbanas e rurais, sob o regime de Tarifa Zero (subsídio integral), com remuneração por quilômetro rodado.	KM	1.909.979,40	8,78	16.769.619,13
VALOR DA CONTRATAÇÃO POR 60 MESES					16.769.619,13

1.3. A prestação dos serviços objeto desta licitação deverá atender rigorosamente às especificações técnicas, quantitativos, padrões de qualidade e metodologia de execução definidos no Termo de Referência (Anexo I), partes integrantes e indissociáveis deste Edital.

1.4. Os serviços compreendem, em síntese, a disponibilização, operação, manutenção e gestão de sistema de transporte coletivo, abrangendo:

1.4.1. Frota: Disponibilização de frota operacional mínima de 05 (cinco) veículos (sendo 04 ônibus básicos urbanos e 01 veículo rural/microônibus) e 01 (um) veículo reserva, com exigência de modelo a partir do ano de 2024 e idade máxima de fabricação de 10 (dez) anos;

1.4.2. Tecnologia: Veículos equipados com ar-condicionado, acessibilidade universal (elevador), sistema de telemétria e câmeras de segurança;

1.4.3. Infraestrutura: Manutenção de garagem e apoio operacional em raio máximo de 60 km do centro do Município;

1.4.4. Infraestrutura: Manutenção de garagem e apoio operacional em raio máximo de 60 km do centro do Município.

1.5. A execução contratual dar-se-á sob o regime de Tarifa Zero, inexistindo cobrança de passagem diretamente ao usuário, sendo a CONTRATADA remunerada exclusivamente pelo Poder Público com base na medição do Quilômetro Rodado Produtivo, conforme regras de medição e descontos por desempenho estabelecidas no Anexo I.

2. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

2.1. Poderão participar deste certame os interessados previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras).

2.2. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no Sicaf até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

2.3. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

2.4. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

2.5. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

2.6. A presente licitação é de ampla concorrência.

2.7. Não poderão disputar esta licitação:

2.7.1 aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

2.7.2 sociedade que desempenhe atividade incompatível com o objeto da licitação;

2.7.3 empresas estrangeiras que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

2.7.4 autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

2.7.5 empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

2.7.6 pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

2.7.7 aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que

desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

2.7.8 empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

2.7.9 pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

2.7.10 Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

2.7.11 Pessoas Físicas.

2.8. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.

2.9. O impedimento de que trata o item 2.7.6 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

2.10. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 2.7.4 e 2.7.5 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

2.11. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

2.12. O disposto nos itens 2.7.4 e 2.7.5 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

2.13. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

2.14. A vedação de que trata o item 2.8 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

3. DO ORÇAMENTO ESTIMADO

3.1. O orçamento estimado da presente contratação não será de caráter sigiloso.

4. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

4.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

4.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

4.3. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

4.3.1 está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

4.3.2 não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7°, XXXIII, da Constituição;

4.3.3 não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

4.3.4 cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

4.4. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

4.5. No caso das empresas que foram beneficiadas pela Lei nº 12.546, de 2011, as propostas de preços deverão ser apresentadas com as alíquotas em vigor, nos termos da Lei nº 14.973, de 2024, aplicáveis para o ano de apresentação da proposta.

4.5.1 A pedido da empresa contratada, o preço do contrato poderá ser revisto, nos termos do art. 134 c/c art. 136, I, da Lei nº 14.133, de 2021, após efetiva majoração das alíquotas, conforme regime de transição previsto no art. 9ºA e 9º-B da Lei nº 12.546, de 2011, com a redação dada pela Lei nº 14.973, de 2024

4.6. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3° da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021

4.7. Não poderá se beneficiar do tratamento jurídico diferenciado estabelecido nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 2006, a pessoa jurídica:

4.7.1 de cujo capital participe outra pessoa jurídica;

4.7.2 que seja filial, sucursal, agência ou representação, no País, de pessoa jurídica com sede no exterior;

4.7.3 de cujo capital participe pessoa física que seja inscrita como empresário ou seja sócia de outra empresa que receba tratamento jurídico diferenciado nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

4.7.4 cujo titular ou sócio participe com mais de 10% (dez por cento) do capital de outra empresa não beneficiada pela Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

4.7.5 cujo sócio ou titular seja administrador ou equiparado de outra pessoa jurídica com fins lucrativos, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

4.7.6 constituída sob a forma de cooperativas, salvo as de consumo;

4.7.7 que participe do capital de outra pessoa jurídica;

4.7.8 que exerça atividade de banco comercial, de investimentos e de desenvolvimento, de caixa econômica, de sociedade de crédito, financiamento e investimento ou de crédito imobiliário, de corretora ou de distribuidora de títulos, valores mobiliários e câmbio, de empresa de arrendamento mercantil, de seguros privados e de capitalização ou de previdência complementar;

4.7.9 resultante ou remanescente de cisão ou qualquer outra forma de desmembramento de pessoa jurídica que tenha ocorrido em um dos 5 (cinco) anos-calendário anteriores;

4.7.10 constituída sob a forma de sociedade por ações.

4.7.11 cujos titulares ou sócios guardem, cumulativamente, com o contratante do serviço, relação de pessoalidade, subordinação e habitualidade.

4.8. A falsidade da declaração de que trata os itens 4.3 ou **Erro! Fonte de referência não encontrada.** ujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.

4.9. O licitante deverá declarar em campo próprio do sistema que desenvolve programa de integridade, nos termos do Decreto nº 12.304, de 2024, e da Portaria Normativa SE/CGU nº 226, de 9 de setembro de 2025, para fazer jus ao benefício do critério de desempate previsto no art. 60, caput, inciso IV, da lei n. 14.133, de 2021.

4.10. A falsidade da declaração de que trata os itens 4.3, **Erro! Fonte de referência não encontrada.** ou REF _Ref211935755 \r \h **Erro! Fonte de referência não encontrada.** sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.

4.11. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

4.12. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

4.13. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

4.14. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

4.14.1 a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

4.14.2 os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.

4.15. O valor final mínimo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

4.15.1 valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e

4.16. O valor final mínimo parametrizado na forma do item 4.14 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

4.17. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

4.18. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

5. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

5.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

5.1.1 Valor Unitário: O licitante deverá inserir o preço do quilômetro rodado (R$/km);

5.1.2 Valor Total do Item: Valor global da proposta (Resultado da multiplicação do Valor Unitário pela quantidade total de quilômetros estimada para os 60 meses);

5.1.3 Descrição do objeto contendo as informações similares à especificação do Termo de Referência;

5.1.4 O preço unitário ofertado para o quilômetro rodado não poderá exceder o valor máximo aceitável de R$ 8,78 (oito reais e setenta e oito centavos), sob pena de desclassificação

5.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

5.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

5.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

5.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

5.5.1 No regime de incidência não-cumulativa de PIS e COFINS, a cotação adequada será a que corresponde à média das alíquotas efetivamente recolhidas pela empresa, comprovada, a qualquer

tempo, por documentos de Escrituração Fiscal Digital da Contribuição (EFD-Contribuições) para o PIS/PASEP e COFINS dos últimos 12 (doze) meses anteriores à apresentação da proposta, ou por outro meio hábil.

5.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

5.7. Na presente licitação, a Microempresa e a Empresa de Pequeno Porte poderão se beneficiar do regime de tributação pelo Simples Nacional.

5.8. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os veículos, equipamentos e mão de obra necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual.

5.9. O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias**,** a contar da data de sua apresentação.

5.10. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;

5.11. O critério de julgamento será o de menor preço, os licitantes devem respeitar os preços máximos previstos no Termo de Referência;

5.12. O descumprimento das regras supramencionadas pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas do Estado e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

6. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

6.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

6.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

6.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

6.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

6.5. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item.

6.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

6.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

6.8. O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de 0,01 (um) centavo.

6.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.

6.10. Será adotado para o envio de lances na licitação o modo de disputa “aberto”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

6.10.1 A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

6.10.2 A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

6.10.3 Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem de classificação, sem prejuízo da aplicação da margem de preferência e do desempate ficto, conforme disposto neste edital, quando for o caso.

6.10.4 Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o Pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

6.10.5 Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

6.11. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

6.12. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

6.13. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

6.14. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva da licitação, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

6.15. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o Pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

6.16. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

6.17. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial, caso a contratação não se enquadre nas vedações dos §§1º e 2º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, regulamentada pela Lei Municipal nº 1.372, de 2017.

6.17.1 Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento), serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

6.17.2 A licitante mais bem classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

6.17.3 Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de até 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

6.17.4 No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

6.17.5 A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

6.18. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

6.19. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

6.19.1 disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

6.19.2 desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

6.19.3 desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

6.20. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

6.20.1 empresas estabelecidas no território do Estado do órgão ou entidade do Município;

6.20.2 empresas brasileiras;

6.20.3 empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

6.20.4 empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

6.21. Esgotados todos os demais critérios de desempate previstos em lei, a escolha do licitante vencedor ocorrerá por sorteio, em ato público, para o qual todos os licitantes serão convocados, vedado qualquer outro processo.

6.22. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo definido para a contratação, o Pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

6.22.1 A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

6.22.2 A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

6.22.3 O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

6.22.4 O Pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

6.22.5 É facultado ao Pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

6.23. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

7. DA FASE DE JULGAMENTO

7.1. Encerrada a etapa de negociação, o Pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133, de 2021, legislação correlata e no item 2.7 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

7.1.1 SICAF;

7.1.2 Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS;

7.1.3 Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP e.

7.1.4 Lista de licitantes inidôneos, mantida pelo Tribunal de Contas da União.

7.2. A consulta aos cadastros será realizada no nome e no CNPJ da empresa licitante.

7.2.1 A consulta no CEIS quanto às sanções previstas na Lei nº 8.429, de 1992, também ocorrerá no nome e no CPF do sócio majoritário da empresa licitante, se houver, por força do art. 12 da citada lei.

7.3. Para a consulta de licitantes pessoa jurídica poderá haver a substituição das consultas ao CEIS, CNEP e Lista de licitantes inidôneos pela Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do TCU.

7.4. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

7.4.1 A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

7.4.2 O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação.

7.4.3 Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

7.5. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o Pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no artigo 29 a 35 da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022.

7.6. Será desclassificada a proposta vencedora que:

7.6.1 contiver vícios insanáveis;

7.6.2 não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;

7.6.3 apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

7.6.4 não cumpra os critérios de aceitabilidade de preços definidos no Termo de Referência;

7.6.5 não tiver sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

7.6.6 apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

7.7. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

7.8. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o item anterior, só será considerada após diligência do Pregoeiro, que comprove:

7.8.1 que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

7.8.2 inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

7.9. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que o licitante comprove a exequibilidade da proposta.

7.10. O licitante vencedor deverá apresentar, no prazo de 1 (um) dia útil, a proposta de preços ajustada ao valor vencido detalhando: a) Custos Variáveis: Combustível (Diesel/Biodiesel), ARLA 32, Lubrificantes, Rodagem (Pneus) e Peças/Acessórios; b) Custos Fixos: Salários e encargos (Motoristas, Pessoal de Manutenção e Administrativo), Benefícios e Despesas Administrativas; c) Custos de Capital e Tributos: Depreciação da frota, Remuneração do Capital e Impostos incidentes.

7.11. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo licitante, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;

7.11.1 O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

7.11.2 Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

7.12. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto e viabilidade da planilha de custos (Modelo ANTP), o Pregoeiro solicitará Parecer Técnico da Secretaria Municipal de

Defesa Civil e Trânsito, que deverá se manifestar sobre a adequação dos insumos e coeficientes apresentados.

8. DA FASE DE HABILITAÇÃO

8.1. Os documentos necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021, que consistirá na apresentação dos seguintes documentos:

Habilitação Jurídica

8.1.1 Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

8.1.2 Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor;

8.1.3 Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.1.4 Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

8.1.5 Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.1.6 Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

8.1.7 Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

8.1.8 Consórcio de empresas: contrato de consórcio devidamente arquivado no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis (art. 279 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976) ou compromisso público ou particular de constituição, subscrito pelos consorciados, com a indicação da empresa líder, responsável por sua representação perante a Administração (art. 15, caput, I e II, da Lei nº 14.133, de 2021)

8.1.9 Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

8.1.10 Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas;

8.1.11 Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;

8.1.12 Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

8.1.13 Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

8.1.14 Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Distrital ou Municipal relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

8.1.15 Prova de regularidade com a Fazenda Estadual / Distrital e Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

8.1.16 Prova de Regularidade com a Dívida Ativa com o Estado do domicílio ou da sede do Licitante ou certidão com restrição;

8.1.17 Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

Qualificação Econômico-Financeira

8.1.18 Certidão Negativa de Insolvência/Falência: Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor (Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II);

8.1.18.1 A certidão em que não constar prazo de validade será considerada válida por 90 (noventa) dias, contados da data de emissão.

8.1.18.2 No caso de certidão positiva de recuperação judicial ou extrajudicial, o licitante deverá apresentar a comprovação de que o respectivo plano de recuperação foi acolhido judicialmente, na forma do art. 58 da Lei n° 11.101/2005, demonstrando sua viabilidade econômica e capacidade de suportar os encargos contratuais

8.1.19 balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos dois últimos exercícios sociais, já exigíveis e apresentados na forma da lei, comprovando, índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um), obtidos por meio da aplicação das seguintes fórmulas

$$LG = \frac{\text{Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante + Passivo Não Circulante}}$$

$$SG = \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante + Passivo Não Circulante}}$$

$$LC = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$$

8.1.20 Para fins de habilitação, a licitante deverá comprovar possuir Patrimônio líquido de 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação para o período de doze meses, por meio da apresentação do balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social.

8.1.21 Os indicadores fixados no item 8.1.19 deverão ser atingidos em cada um dos dois últimos exercícios sociais, sob pena de inabilitação;

8.1.22 Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;

8.1.23 As empresas criadas no exercício financeiro da licitação/contratação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura;

8.1.24 Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

8.1.25 Na participação de consórcio de empresas, para efeito de habilitação econômico-financeira, será observado o somatório dos valores de cada consorciado.

8.1.26 Se o consórcio não for formado integralmente por microempresas ou empresas de pequeno porte, haverá um acréscimo de 10% (dez por cento) para o consórcio em relação ao valor exigido para os licitantes individuais.

8.1.27 O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

Qualificação Técnica

8.1.28 Declaração de Infraestrutura (Garagem): Declaração formal de que a licitante, caso vencedora, disporá de infraestrutura de garagem e apoio operacional localizada em um raio máximo de 60 km do centro de Cantagalo/RJ, atendendo aos requisitos do Termo de Referência.

8.1.29 Declaração de Disponibilidade da Frota: Declaração de que disporá, para o início da execução contratual, dos veículos exigidos no Termo de Referência (Idade máxima de 02 anos, Ar-condicionado, Acessibilidade), comprometendo-se a submetê-los à vistoria prévia;

8.1.30 Declaração de Vistoria ou de Pleno Conhecimento das Condições Locais.

8.1.30.1. Declaração Formal, assinada pelo representante legal, atestando que a licitante:

a) Tem pleno conhecimento do Termo de Referência, dos locais de prestação dos serviços e das condições das vias (urbanas e rurais) do Município de Cantagalo.

b) Optou por realizar a vistoria técnica facultativa ou, caso não a tenha realizado, declara ter total ciência das peculiaridades, dificuldades e condições de acesso aos itinerários, assumindo inteira responsabilidade pela execução dos serviços nos preços ofertados, não podendo alegar desconhecimento futuro para pleitear realinhamentos de preços ou eximir-se de obrigações.

8.1.31 ~~Apresentar Certificado de Registro de Empresa (CRE) junto ao Departamento de Transporte Rodoviário do Estado do Rio de Janeiro (DETRO/RJ) ou registro equivalente em órgão regulador de transporte (ANTT ou Secretaria de Transportes Municipal), comprovando a habilitação da empresa para transporte de passageiros;~~ (texto suprimido por errata)

Qualificação Técnico-Operacional

8.1.32 Apresentação de Atestado(s) de Capacidade Técnica, fornecido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando aptidão para o desempenho de atividade pertinente e compatível com o objeto desta licitação.

8.1.32.1 Considera-se compatível a comprovação de experiência na gestão e operação de serviços de transporte coletivo de passageiros (urbano, rural, escolar ou fretamento contínuo);

8.1.32.2 Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor;

8.1.32.3 Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor;

8.1.33 Na participação de consórcio de empresas, a habilitação técnica, será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado;

8.1.34 O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

8.1.35 Os atestados deverão referir-se a serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente.

8.1.36 A apresentação, pelo fornecedor, de certidões ou atestados de desempenho anterior emitido em favor de consórcio do qual tenha feito parte será admitida, desde que atendidos os requisitos do art. 67, §§ 10 e 11, da Lei nº 14.133/2021 e regulamentos sobre o tema.

Documentação complementar para cooperativas

8.1.37 A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que estão domiciliados na localidade da sede da cooperativa, respeitado o disposto nos arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei n. 5.764, de 1971.

8.1.38 A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;

8.1.39 A comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à prestação do serviço;

8.1.40 O registro previsto na Lei n. 5.764, de 1971, art. 107;

8.1.41 A comprovação de integração das respectivas quotas-partes por parte dos cooperados que executarão o contrato;

8.1.42 Os seguintes documentos para a comprovação da regularidade jurídica da cooperativa:

8.1.35.1 ata de fundação;

8.1.35.2 estatuto social com a ata da assembleia que o aprovou;

8.1.35.3 regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia;

8.1.35.4 editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias;

8.1.35.5 três registros de presença dos cooperados que executarão o contrato em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais;

8.1.35.6 ata da sessão que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da contratação; e

8.1.35.7 última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o art. 112 da Lei n. 5.764, de 1971, ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador.

8.2. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados por cópia ou por meio de arquivos digitais, assinados com certificado digital por autoridade certificadora credenciada (ICP-Brasil), ou mediante verificação de autenticidade em sítios eletrônicos oficiais de órgãos.

8.3. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133, de 2021

8.4. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei.

8.5. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

8.6. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

8.7. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

8.8. Considerando que na presente contratação a avaliação prévia do local de execução é imprescindível para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, o licitante deve atestar, sob pena de inabilitação, que conhece o local e as condições de realização do serviço, assegurado a ele o direito de realização de vistoria prévia.

8.9. A habilitação será verificada por meio do Sicaf, nos documentos por ele abrangidos.

8.9.1 Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir.

8.10. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicaf e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

8.10.1 A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

8.11. A verificação pelo Pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

8.11.1 Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicaf serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de 02 (duas) horas, prorrogável por igual período, contado da solicitação do Pregoeiro.

8.12. A verificação no Sicaf ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

8.12.1 Os documentos relativos à regularidade fiscal somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

8.13. Encerrado o prazo para envio da documentação de que trata o item 8.11.1, poderá ser admitida, mediante decisão fundamentada do Pregoeiro, a apresentação de novos documentos de habilitação ou a complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes, em até 02 (duas) horas, para:

8.13.1 a aferição das condições de habilitação do licitante, desde que decorrentes de fatos existentes à época da abertura do certame;

8.13.2 atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

8.13.3 suprimento da ausência de documento de cunho declaratório emitido unilateralmente pelo licitante;

8.13.4 suprimento da ausência de certidão e/ou documento de cunho declaratório expedido por órgão ou entidade cujos atos gozem de presunção de veracidade e fé pública.

8.14. Findo o prazo assinalado sem o envio da nova documentação, restará preclusa essa oportunidade conferida ao licitante, implicando sua inabilitação.

8.15. Na análise dos documentos de habilitação, o pregoeiro poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

8.16. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o Pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 8.11.1.

8.17. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

8.18. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação.

8.19. Considerando que na presente contratação a avaliação prévia do local de execução é imprescindível para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, o

licitante deve atestar, sob pena de inabilitação, que conhece o local e as condições de realização do serviço, assegurado a ele o direito de realização de vistoria prévia.

8.17.1 O licitante que optar por realizar vistoria prévia terá disponibilizado pela Administração data e horário exclusivos, a ser agendado conforme indicado no item 10.31 do Termo de Referência, de modo que seu agendamento não coincida com o agendamento de outros licitantes.

8.17.2 Caso o licitante opte por não realizar vistoria, poderá substituir a declaração exigida no presente item por declaração formal assinada pelo seu responsável técnico acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

9. DO TERMO DE CONTRATO

9.1. Após a homologação e adjudicação, caso se conclua pela contratação, será firmado termo de contrato.

9.2. O adjudicatário terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o termo de contrato ou instrumento equivalente, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

9.3. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato ou instrumento equivalente, a Administração poderá: a) encaminhá-lo para assinatura, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR), para que seja assinado e devolvido no prazo de 03 (três) dias úteis, a contar da data de seu recebimento; c) encaminhar por meio eletrônico, assegurado o prazo de 03 (três) dias úteis para resposta após recebimento da notificação pela Administração.

9.4. Os prazos dos itens 9.2 e 9.3 poderão ser prorrogados, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

9.5. Na hipótese de o vencedor da licitação não assinar o contrato, ou não aceitar ou não retirar o instrumento equivalente no prazo e nas condições estabelecidas, outro licitante poderá ser convocado, respeitada a ordem de classificação, para assumir o compromisso nas condições propostas pelo licitante vencedor, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas em Lei.

9.6. Caso nenhum dos licitantes aceite a contratação nos termos item anterior, a administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização, poderá convocar os licitantes remanescentes para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de melhor preço, mesmo que acima do preço ou inferior ao desconto do adjudicatário; ou adjudicar e celebrar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

9.7. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades legalmente estabelecidas.

9.8. A regra do item anterior não se aplicará aos licitantes remanescentes convocados na forma do inciso 9.6.

9.9. O prazo de vigência do contrato será de 05 (cinco) anos, contados a partir da data de sua assinatura ou da emissão da Ordem de Início, em consonância com o Art. 106 da Lei nº 14.133/2021, que permite contratos com prazo superior a um ano para serviços e fornecimentos contínuos.

9.10. O contrato poderá ser prorrogado por sucessivos períodos, até o limite máximo de 10 (dez) anos, desde que a autoridade competente ateste que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o contratado ou a extinção contratual sem ônus para qualquer das partes.

10. DOS RECURSOS

10.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

10.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

10.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

10.3.1 a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

10.3.2 o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos.

10.3.3 o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

10.3.4 na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.

10.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

10.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

10.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

10.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

10.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

10.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

10.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico www.cantagalo.rj.gov.br

11. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

11.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

11.1.1 deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo Pregoeiro durante o certame;

11.1.2 salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

11.1.2.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

11.1.2.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

11.1.2.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva;

11.1.2.4. deixar de apresentar amostra;

11.1.2.5. apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital.

11.1.3 não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

11.1.4 recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

11.1.5 apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação;

11.1.6 fraudar a licitação;

11.1.7 comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

11.1.7.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

11.1.7.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;

11.1.7.3. apresentar amostra falsificada ou deteriorada.

11.1.8 praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

11.1.9 praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 2013.

11.2. Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, após regular processo administrativo, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

11.2.1 advertência;

11.2.2 multa;

11.2.3 impedimento de licitar e contratar e

11.2.4 declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

11.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

11.3.1 a natureza e a gravidade da infração cometida;

11.3.2 as peculiaridades do caso concreto;

11.3.3 as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

11.3.4 os danos que dela provierem para a Administração Pública;

11.3.5 a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

11.4. A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, a contar da comunicação oficial.

11.4.1 Para as infrações previstas nos itens 11.1.1, 11.1.2 e 11.1.3, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado.

11.4.2 Para as infrações previstas nos itens 11.1.4, 11.1.5, 11.1.6, 11.1.7, 11.1.8 e 11.1.9, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.

11.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

11.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

11.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 11.1.1, 11.1.2, 11.1.3 e 11.1.4, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

11.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 11.1.5, 11.1.6, 11.1.7, 11.1.8 e 11.1.9, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 11.1.1, 11.1.2 e 11.1.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021.

11.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 11.1.4, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do art. 45, §4º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022.

11.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

11.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

11.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

11.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

11.14. As sanções administrativas previstas neste capítulo (multas, advertências, impedimentos) têm natureza punitiva por infrações à lei ou ao contrato e não se confundem com os descontos ou glosas decorrentes da aplicação dos Indicadores de Desempenho (IDO) previstos no Termo de Referência.

11.15. A aplicação de desconto técnico na medição mensal (em decorrência de qualquer indicador de desempenho) não impede a instauração de processo administrativo para aplicação de multa se a falha for reiterada ou causar prejuízo grave à população.

11.16. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

11.17. Para a garantia da ampla defesa e contraditório dos licitantes, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.

11.17.1 Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no Sicaf serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

12. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

12.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

12.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

12.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, através do e-mail licitacao@cantagalo.rj.gov.br.

12.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

12.5. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo Pregoeiro, nos autos do processo de licitação.

12.6. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

13. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

13.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

13.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

13.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

13.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

13.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

13.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

13.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

13.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

13.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

13.10. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico www.cantagalo.rj.gov.br

13.11. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

13.11.1 Anexo I - Termo de Referência;

13.11.1.1. Apêndice A – Estudo Técnico Apuração Quilômetro Rodado;

13.11.1.2. Anexo I - Quadro de Linhas e Horários

13.11.1.3. Anexo II - Planilha ANTP (XLM)

13.11.1.4. Anexo III - Planilha ANTP (PDF)

13.11.1.5. Anexo IV - Declaração de Infraestrutura (Garagem), Declaração de Disponibilidade da Frota e Visita Técnica.

13.11.2 Anexo II – Minuta de Termo de Contrato;

13.11.3 Anexo III – Declaração Conjunta;

13.11.4 Anexo IV – Declaração ME – EPP;

13.11.5 Anexo V – Modelo Proposta.

Cantagalo-RJ, 07 de abril de 2026.

Carlos Alexandre Marques da Silva
Matrícula.: 1841-4
Portaria 9.984/2024

TERMO DE REFERÊNCIA

1. INTRODUÇÃO

O Município de Cantagalo integra a Região Serrana do Estado do Rio de Janeiro, ocupando uma área total de 754,1 km², o que corresponde a aproximadamente 10,8% da área da região. Limita-se geograficamente com o Estado de Minas Gerais e com os municípios de Santo Antônio de Pádua, Itaocara, São Sebastião do Alto, Macuco, Cordeiro, Duas Barras e Carmo.

O sistema viário que atende o município é composto, principalmente, pela rodovia RJ-160, que conecta a BR-393 (a oeste, na divisa entre Sapucaia e Carmo) à RJ-116 (ao sul, em Macuco). Complementam a malha viária as rodovias RJ-164 e RJ-166, que oferecem acessos alternativos à RJ-116 e ao distrito de Euclidelândia. O município conta ainda com vias em leito natural, como a RJ-152 (sentido Itaocara), a RJ-158 (na fronteira com Minas Gerais) e a RJ-170, que atende a localidade de São Sebastião do Paraíba.

O município é subdividido em 5 (cinco) distritos:

1. Cantagalo (Sede);
2. Boa Sorte;
3. Euclidelândia;
4. Santa Rita da Floresta;
5. São Sebastião do Paraíba.

A zona urbana e rural abrange diversos bairros e localidades, destacando-se: Passos dos Reis, São José, Santo Antônio, Cantelmo, Quinta dos Lontras, Parque das Árvores, Novo Horizonte, Triângulo, São Pedro (1 e 2), Chácara da Banheira, São João, Morada do Sol, Nova Era, Vila Bella, Flamenguinho, Planalto, Mão de Luva, Cruzeiro, Felipe João, Adão Salgado, Village Barão de Cantagalo, Batalha, Aldeia e São Vicente de Paulo.

Para o atendimento da demanda de mobilidade urbana entre os bairros e distritos, a rede de transporte atual está estruturada nos seguintes eixos ou grupos de linhas: São José; Boa Sorte; Floresta; e São Sebastião da Paraíba.

A licitação adotará a **modalidade de pagamento por custo por quilômetro rodado** (subsídio integral da tarifa zero). O objetivo é implementar um modelo que melhor atenda ao interesse público, garantindo à população o acesso a um transporte de qualidade, eficiente e universal.

2. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

2.1. Contratação serviços contínuos de **Transporte Coletivo de Passageiros sob o regime de Tarifa Zero**, no Município de Cantagalo/RJ, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	U/S	QUANT.	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços públicos de Transporte Coletivo de Passageiros no Município de Cantagalo/RJ, abrangendo as áreas urbanas e rurais, sob o regime de Tarifa Zero (subsídio integral), com remuneração por quilômetro rodado.	KM	1.909.979,40	8,78	16.769.619,13

2.2. **Descrição do Objeto**

2.1.1 O objeto da presente licitação é a contratação de empresa especializada para a prestação de serviços públicos de Transporte Coletivo de Passageiros no Município de Cantagalo/RJ, abrangendo toda a extensão territorial do município (áreas urbanas e rurais), a serem executados de forma contínua, sob o regime de Tarifa Zero (subsídio integral pelo Poder Público), com remuneração por Quilômetro Rodado, conforme especificações, rotas e condições estabelecidas neste Edital e em seus Anexos.

2.1.2 A prestação dos serviços compreende a mobilização, operação, gestão, conservação, limpeza, manutenção preventiva e corretiva da frota, bem como a reposição de veículos, equipamentos e instalações indispensáveis à garantia da continuidade, regularidade, eficiência e segurança do transporte.

2.1.3 A operação obedecerá às rotas, itinerários e quadros de horários definidos pelo Município, podendo o quantitativo de viagens e a quilometragem serem ajustados conforme o planejamento e fiscalização da Secretaria Municipal de Defesa Civil e Trânsito, visando ao melhor atendimento do interesse público.

2.1.4 O prazo de vigência contratual será de 5 (cinco) anos, podendo ser prorrogado por sucessivos períodos, até o limite máximo de 10 (dez) anos, nos termos do art. 106 e 107 da Lei nº 14.133/2021.

2.1.5 O serviço será integralmente custeado pelo Poder Público Municipal, inexistindo cobrança de tarifa aos usuários (Tarifa Zero). Este modelo de financiamento submete-se às diretrizes da política pública municipal de mobilidade, podendo ser revisto ou alterado pela Administração mediante estudos técnicos e justificativa fundamentada

Classificação do objeto quanto ao modelo de execução

2.3. O serviço é classificado como comum tendo em vista que seus padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado. A operação de transporte — que envolve o cumprimento de itinerários, frequências e requisitos de frota — não exige alta complexidade técnica ou inovação metodológica, permitindo que a seleção da proposta seja feita com base no menor preço por quilômetro rodado (Vkm), assegurando a plena execução da política de Tarifa Zero**.**

Classificação do objeto quanto ao modelo de execução

2.4. O serviço é enquadrado como continuado tendo em vista que o transporte público é um direito social de natureza inadiável, cuja interrupção paralisaria o acesso da população a serviços básicos, como saúde e educação, além de comprometer a mobilidade urbana, sendo a vigência plurianual mais vantajosa considerando o alto custo de capital investido pela contratada na aquisição da frota, a necessidade de diluir os custos fixos operacionais para reduzir o valor do quilômetro rodado e a garantia de continuidade da política pública de gratuidade universal;

Prazo de vigência

2.5. O prazo de vigência do contrato será de 05 (cinco) anos, contados a partir da data de sua assinatura ou da emissão da Ordem de Início, em consonância com o Art. 106 da Lei nº 14.133/2021, que permite contratos com prazo superior a um ano para serviços e fornecimentos contínuos.

2.6. O contrato poderá ser prorrogado por sucessivos períodos, até o limite máximo de 10 (dez) anos, desde que a autoridade competente ateste que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o contratado ou a extinção contratual sem ônus para qualquer das partes.

2.7. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

3. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

3.1. O transporte coletivo urbano municipal configura-se como serviço público de natureza essencial (art. 30, V, da Constituição Federal), cuja prestação não pode sofrer descontinuidade. A presente contratação justifica-se pela necessidade do Município de Cantagalo assegurar o deslocamento da população com regularidade, segurança e eficiência, abrangendo não apenas a operação e gestão da frota, mas também a implementação de tecnologias de monitoramento e a garantia da manutenção integral dos veículos.

A adoção do regime de subsídio integral (Tarifa Zero) alinha-se à Política Nacional de Mobilidade Urbana (Lei Federal nº 12.587/2012), promovendo a equidade no acesso à cidade. A eliminação da barreira tarifária visa:

- Reduzir as desigualdades sociais e promover a inclusão, garantindo o acesso universal aos serviços básicos, saúde, educação e equipamentos sociais;
- Incentivar o uso do transporte coletivo em detrimento do transporte individual, contribuindo para a sustentabilidade ambiental e a eficiência energética;
- Fomentar o desenvolvimento econômico local, facilitando a circulação de pessoas e a integração entre as zonas urbanas e rurais.

A escolha da modalidade Pregão Eletrônico justifica-se pelo fato de o objeto caracterizar-se como serviço comum de transportes, cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos no Edital, por meio de especificações usuais de mercado (pagamento por quilômetro rodado, tipologia de veículos e quadro de horários). Tal opção ampara-se na Lei nº 14.133/2021 e no Decreto Municipal nº 3.982/2023, permitindo a ampliação da competitividade e a obtenção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública, baseada no critério de menor preço por quilômetro.

4. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO

4.1. O objeto da presente licitação é a contratação de empresa especializada para a prestação de serviços públicos de Transporte Coletivo de Passageiros no Município de Cantagalo/RJ, abrangendo toda a extensão territorial do município (áreas urbanas e rurais), a serem executados de forma contínua, sob o regime de Tarifa Zero (subsídio integral pelo Poder Público), com remuneração por Quilômetro Rodado, conforme especificações, rotas e condições estabelecidas neste Edital e em seus Anexos.

4.2. A prestação dos serviços compreende a mobilização, operação, gestão, conservação, limpeza, manutenção preventiva e corretiva da frota, bem como a reposição de veículos, equipamentos e instalações indispensáveis à garantia da continuidade, regularidade, eficiência e segurança do transporte.

4.3. A operação obedecerá às rotas, itinerários e quadros de horários definidos pelo Município, podendo o quantitativo de viagens e a quilometragem serem ajustados conforme o planejamento e fiscalização da Secretaria Municipal de Defesa Civil e Trânsito, visando ao melhor atendimento do interesse público.

4.4. O prazo de vigência contratual será de 5 (cinco) anos, podendo ser prorrogado por sucessivos períodos, até o limite máximo de 10 (dez) anos, nos termos do art. 106 e 107 da Lei nº 14.133/2021.

4.5. O serviço será integralmente custeado pelo Poder Público Municipal, inexistindo cobrança de tarifa aos usuários (Tarifa Zero). Este modelo de financiamento submete-se às diretrizes da política pública municipal de mobilidade, podendo ser revisto ou alterado pela Administração mediante estudos técnicos e justificativa fundamentada.

5. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Dos Veículos

5.1. Os veículos serão utilizados para o transporte coletivo público de passageiros, abrangendo todo o território do Município de Cantagalo/RJ, devendo obedecer rigorosamente às determinações a seguir:

5.1.1 **Composição da Frota**

5.1.1.1 A frota operacional inicial será composta por 05 (cinco) veículos, distribuídos da seguinte forma:

- 04 (quatro) Ônibus Básicos (Urbanos);
- 01 (um) Veículo Rural (tipo Microônibus ou Midibus com chassi elevado).
- Frota Reserva: A operação deverá prever, adicionalmente, a disponibilidade de 01 (um) veículo reserva, que deverá atender, no mínimo, às especificações do padrão Ônibus Básico, para utilização imediata em casos de manutenção ou avaria da frota titular.

5.1.2 **Idade e Caracterização da Frota:**

- Vinculação: Os veículos ofertados deverão ser utilizados pela licitante vencedora exclusivamente na operacionalização das linhas objeto deste contrato
- Idade da Frota: Todos os veículos integrantes da frota (titulares e reserva) deverão possuir ano de fabricação a partir de 2024 e idade máxima de até 02 (dois) anos na data de início da execução contratual
- Limite de Idade: Durante toda a vigência contratual, não será admitida a utilização de veículos cuja idade ultrapasse 10 (dez) anos, contados a partir do ano de fabricação
- Substituição: Qualquer substituição ou renovação de veículos da frota deverá ser previamente comunicada ao Poder Público e estará condicionada à sua expressa autorização.

5.1.3 **Padronização Visual e Equipamentos Obrigatórios**.

- Identidade Visual: Os veículos deverão ser padronizados conforme layout definido pela Secretaria Municipal de Defesa Civil e Trânsito, estando adequadamente adesivados com o brasão oficial do município e a inscrição “TRANSPORTE GRATUITO – TARIFA ZERO”
- Acessibilidade: Todos os veículos deverão dispor de, no mínimo, 02 (duas) portas de serviço, sendo obrigatório que pelo menos uma esteja equipada com dispositivo de acessibilidade (plataforma elevatória/elevador), em pleno funcionamento
- Tecnologia: Todos os veículos deverão estar equipados com tacógrafo digital (ou dispositivo equivalente exigido pela legislação), atualizado e aferido, com certificação válida
- Condições de Operação: No início de cada operação diária, os veículos deverão estar abastecidos, higienizados (limpeza interna e externa) e com todos os equipamentos de segurança em conformidade com o Código de Trânsito Brasileiro (CTB)

5.1.4 **Manutenção e Disponibilidade**

- A guarda, limpeza, manutenção preventiva e corretiva dos veículos são de inteira e exclusiva responsabilidade da CONTRATADA.
- Substituição em caso de Avaria:
  - Avaria Simples: Quando for possível o reparo no local, este deverá ocorrer em no máximo 01 (uma) hora.
  - Substituição: Caso o reparo não seja possível no prazo acima, ou em casos de avaria mecânica, elétrica ou estrutural grave, a CONTRATADA deverá substituir o veículo em no máximo 02 (duas) horas.
- Falha Grave/Indisponibilidade Permanente: Caso um veículo precise ser baixado definitivamente, a Contratada deve:
  - Solicitar a baixa em até 05 (cinco) dias úteis apresentando em conjunto um plano de substituição do veículo;

- Efetivar a substituição definitiva no prazo máximo de 120 (cento e vinte) dias corridos.

5.1.5 **Especificações Técnicas dos Veículos**

- Os veículos deverão atender integralmente às normas técnicas aplicáveis (NBR 15.570, NBR 14.022 e atualizações), conforme as tipologias abaixo:

a) Ônibus Urbano

- Ano de Fabricação: A partir de 2024
- Capacidade: Mínima para 70 passageiros (somatório de sentados e em pé), incluindo área reservada para cadeira de rodas ou cão-guia.
- Peso Bruto Total (PBT): Mínimo de 16 toneladas
- Comprimento: Máximo de 14,00 metros
- Portas: 02 (duas) portas de serviço, sendo uma com plataforma de acessibilidade
- Climatização: Sistema de ar-condicionado veicular dimensionado para a capacidade do veículo
- Tecnologia Embarcada:
  - Luminoso de indicação de destino (Itinerário Eletrônico) frontal e lateral direito.
  - Sistema automático de contagem de passageiros.
  - Sistema de áudio e painel de informações ao usuário

b) Veículo Rural (Microônibus/Midibus)

- Veículo projetado para tráfego em vias mistas e de difícil acesso, com as seguintes características:
  - Ano de Fabricação: A partir de 2024.
  - Capacidade: Mínima de 29 passageiros sentados e 19 em pé
  - Características Off-Road:
    - ✓ Chassi elevado (suspensão reforçada/alta) para operação em estradas rurais
    - ✓ Pneus de uso misto (para vias pavimentadas e não pavimentadas)
    - ✓ Bloqueio de diferencial ou sistema de tração adequado a terrenos acidentados e de baixa aderência.
- Climatização: Sistema de ar-condicionado veicular.
- Acessibilidade: Dispositivo para embarque/desembarque de pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida.
- Contagem: Sistema automático de contagem de passageiros (por catraca ou validador eletrônico) com registro de embarques, data/hora e identificador de percurso

5.1.6 **Sistemas Inteligentes de Transporte (ITS)**

- Caberá à CONTRATADA garantir a integridade e manutenção dos equipamentos embarcados, devendo operar em compatibilidade com os sistemas definidos pelo Município (Provedor de Frota/ITS) para fins de fiscalização e controle da operação.

5.1.7 **Adequação e Ampliação da Frota**

- O Município reserva-se o direito de solicitar, a qualquer tempo durante a vigência contratual, a inclusão de novos veículos à frota operacional, visando ao atendimento de demandas futuras, expansão urbana, criação de novas linhas ou aumento da frequência de viagens.
- A solicitação de ampliação será precedida de justificativa técnica fundamentada pela Secretaria Municipal de Defesa Civil e Trânsito, demonstrando a necessidade pública e o impacto operacional esperado
- Caso a solicitação de novos veículos implique em alteração das condições inicialmente pactuadas (investimento em novos ativos não amortizados ou aumento dos custos fixos/variáveis), o Município deverá promover o reequilíbrio econômico-financeiro do contrato
- A formalização da inclusão dos novos veículos e a respectiva remuneração compatível com os novos parâmetros serão realizadas mediante Termo Aditivo, assegurando à CONTRATADA o ressarcimento pelos investimentos adicionais e a cobertura dos custos operacionais decorrentes da ampliação, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

a. , conforme exigência legal para condutores das categorias “C”, “D” e “E”.

- A CONTRATADA deverá manter em sua sede, ou disponibilizar digitalmente, cópia atualizada da documentação de todos os motoristas alocados na operação (incluindo folguistas), para apresentação imediata à fiscalização sempre que solicitado.
- Durante a operação, os motoristas deverão portar crachá de identificação visível (com foto, nome e nome da empresa) e estar devidamente uniformizados, mantendo boa apresentação pessoal.
- Os condutores deverão tratar os usuários com urbanidade e respeito, sendo vedada a recusa de embarque (salvo lotação máxima ou risco à segurança) e devendo zelar pela condução defensiva e segura do veículo.

5.2. **Da Documentação e Qualificação dos Motoristas**

- A condução dos veículos deverá ser realizada exclusivamente por profissionais devidamente habilitados e qualificados, devendo a CONTRATADA assegurar o cumprimento dos seguintes requisitos:

  a. Habilitação: Possuir Carteira Nacional de Habilitação (CNH) válida, nas categorias “D” ou “E”, contendo obrigatoriamente a observação EAR (Exerce Atividade Remunerada), em conformidade com o Código de Trânsito Brasileiro (CTB).

  b. Curso Especializado: Comprovar a aprovação em Curso Especializado para Condutores de Veículos de Transporte Coletivo de Passageiros, devidamente averbado na CNH ou mediante certificado válido, nos termos da Resolução CONTRAN nº 789/2020 e suas atualizações.

  c. Exame Toxicológico: Apresentar prova de regularidade do exame toxicológico periódico, conforme exigência legal para condutores das categorias “C”, “D” e “E”.

- A CONTRATADA deverá manter em sua sede, ou disponibilizar digitalmente, cópia atualizada da documentação de todos os motoristas alocados na operação (incluindo folguistas), para apresentação imediata à fiscalização sempre que solicitado.

- Durante a operação, os motoristas deverão portar crachá de identificação visível (com foto, nome e nome da empresa) e estar devidamente uniformizados, mantendo boa apresentação pessoal.
- Os condutores deverão tratar os usuários com urbanidade e respeito, sendo vedada a recusa de embarque (salvo lotação máxima ou risco à segurança) e devendo zelar pela condução defensiva e segura do veículo

Subcontratação

5.3. Não será admitida a subcontratação da operação (transporte de passageiros) objeto deste contrato. A CONTRATADA deverá executar os serviços diretamente, com frota e motoristas próprios ou sob sua gestão direta

5.4. Não se considera subcontratação, para fins de vedação, a contratação de terceiros para atividades acessórias ou complementares, tais como: manutenção mecânica, limpeza, segurança patrimonial da garagem e assessoria contábil/jurídica, desde que a CONTRATADA mantenha a responsabilidade integral perante a Administração.

5.5. A administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela empresa contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do Termo de Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

5.6. A execução das atividades contratadas com terceiros deve respeitar o cumprimento das normas regulamentares da modalidade de serviço contratado.

Garantia da contratação

5.7. Será exigida a garantia da contratação de que tratam os arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, com validade durante a execução do contrato e 90 (noventa) dias após término da vigência contratual, podendo o Contratado optar pela caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública, seguro-garantia, fiança bancária ou título de capitalização, em valor correspondente a 5% (cinco por cento) do valor anual da contratação.

5.8. Em caso de opção pelo seguro-garantia, a parte adjudicatária deverá apresentá-la, no máximo, até a data de assinatura do contrato.

5.8.1 Caso o contratado opte pela modalidade seguro-garantia, fica estabelecido o prazo mínimo de 1 (um) mês, contado da data de homologação da licitação e anterior à assinatura do contrato, para a apresentação da apólice, em conformidade com o art. 96, §3º, da Lei nº 14.133/2021.

5.8.2 A apólice de seguro-garantia permanecerá em vigor mesmo que o Contratado não pague o prêmio nas datas convencionadas

5.8.3 Caso o adjudicatário não apresente a apólice de seguro de garantia antes da assinatura do contrato, ocorrerá a preclusão do direito de escolha dessa modalidade de garantia.

5.8.4 A apólice de seguro-garantia deverá acompanhar as modificações referentes à vigência do contrato principal mediante a emissão do respectivo endosso pela seguradora.

5.8.5 Será permitida a substituição da apólice de seguro-garantia na data de renovação ou de aniversário, desde que mantidas as condições e coberturas da apólice vigente e nenhum período fique descoberto, ressalvados os períodos de suspensão contratual.

5.8.6 Caso o adjudicatário não opte pelo seguro-garantia ou não apresente a apólice de seguro de garantia antes da assinatura do contrato, deverá apresentar, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério do Contratante, contado da assinatura do contrato, comprovante de prestação de garantia nas modalidades de caução em dinheiro ou títulos da dívida pública, fiança bancária ou títulos de capitalização.

5.9. Caso seja a garantia em dinheiro a modalidade de garantia escolhida pelo Contratado, deverá ser efetuada em favor do Contratante, em conta específica a ser indicada pela Administração, com correção monetária.

5.10. Caso a opção seja por utilizar títulos da dívida pública, estes devem ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério competente.

5.11. No caso de garantia na modalidade de fiança bancária, deverá ser emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil, e deverá constar expressa renúncia do fiador aos benefícios do artigo 827 do Código Civil.

5.12. Na hipótese de opção pelo título de capitalização, a garantia deverá ser custeada por pagamento único, com resgate pelo valor total, sob a modalidade de instrumento de garantia, emitido por sociedades de capitalização regulamente constituídas e autorizadas pelo Governo Federal.

5.12.1 O título de capitalização deverá ser apresentado ao Contratante juntamente com as condições gerais e o número do processo administrativo sob o qual o plano de capitalização foi aprovado pela Susep (art. 8º, III, da Circular SUSEP nº 656, de 11 de março de 2022).

5.13. A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, sob pena de não aceitação, o pagamento de:

5.13.1 prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;

5.13.2 multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à contratada; e

5.13.3 obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza e para com o FGTS, não adimplidas pelo Contratado.

5.14. A apólice do seguro-garantia ou a fiança bancária deverá ter cobertura para o pagamento direto ao empregado das verbas devidas em razão da inadimplência do Contratado.

5.14.1 O pagamento direto não pode estar condicionado ao trânsito em julgado de decisão judicial, sendo suficiente decisão definitiva em processo administrativo, que apure o montante devido.

5.15. No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser ajustada ou renovada, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, contado da data de assinatura do termo aditivo ou da emissão do apostilamento, seguindo os mesmos parâmetros utilizados quando da contratação.

5.16. Na hipótese de suspensão do contrato por ordem ou inadimplemento da Administração, o Contratado ficará desobrigado de renovar a garantia ou de endossar a apólice de seguro até a ordem de reinício da execução ou o adimplemento pela Administração.

5.17. Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, o Contratado obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério do Contratante, contados da data em que for notificada.

5.18. O Contratante executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.

5.18.1 O emitente da garantia ofertada pelo Contratado deverá ser notificado pelo Contratante quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

5.18.2 Caso se trate da modalidade seguro-garantia, ocorrido o sinistro durante a vigência da apólice, sua caracterização e comunicação poderão ocorrer fora desta vigência, não caracterizando fato que justifique a negativa do sinistro, desde que respeitados os prazos prescricionais aplicados ao contrato de seguro, nos termos do art. 20 da Circular Susep n° 662, de 11 de abril de 2022.

5.19. Extinguir-se-á a garantia com a restituição da carta fiança, autorização para a liberação de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia ou anuência ao resgate do título de capitalização, acompanhada de declaração do Contratante, mediante termo circunstanciado, de que o Contratado cumpriu todas as cláusulas do contrato.

5.19.1 A extinção da garantia na modalidade seguro-garantia observará a regulamentação da Susep.

5.19.2 A Administração deverá apurar se há alguma pendência contratual antes do término da vigência da apólice.

5.20. A garantia somente será liberada ou restituída após a fiel execução do contrato ou após a sua extinção por culpa exclusiva da Administração e, quando em dinheiro, será atualizada monetariamente.

5.21. O Contratado autoriza o Contratante a reter, a qualquer tempo, a garantia, na forma prevista neste Termo de Referência.

5.22. O garantidor não é parte para figurar em processo administrativo instaurado pelo Contratante com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à contratada.

5.23. A garantia de execução é independente de eventual garantia do serviço prevista neste Termo de Referência.

Vistoria

5.24. A avaliação prévia do local de execução dos serviços é imprescindível para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, sendo assegurado ao interessado o direito de realização de vistoria prévia, acompanhado por servidor Otávio Moraes Braga, de segunda à sexta-feira, das 09 horas às 16 horas.

5.25. As vitorias poderão ser agendadas pelo telefone (22) 981437863 ou no seguinte endereço: Rua Prefeito Licínio Jose Gonçalves, s/nº, Triangulo – Cantagalo – RJ – Cep; 28500.000.

5.26. Serão disponibilizados data e horário diferentes aos interessados em realizar a vistoria prévia.

5.27. Para a vistoria, o representante legal da empresa ou responsável técnico deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para a realização da vistoria.

5.27.1 Caso o interessado opte por não realizar a vistoria, deverá prestar declaração formal assinada pelo seu responsável técnico acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

5.28. A não realização da vistoria não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo o Contratado assumir os ônus dos serviços decorrentes.

6. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de execução

6.1. A contratação, por quilômetro rodado, observará faculdade de mobilização escalonada da empresa credenciada, caso haja necessidade comprovada de adequação da frota da empresa aos requisitos deste Termo de Referência

6.1.1 Data inicial das atividades – a partir da assinatura do contrato;

6.1.2 A futura contratada terá o prazo de 90 (noventa) dias após a assinatura do contrato para adequar seus veículos às exigências legais cabíveis, os quais somente poderão ser utilizados na prestação dos serviços se ostentarem condições adequadas de segurança e trafegabilidade, de acordo com os critérios definidos no estudo técnico do sistema de transporte coletivo urbano de Cantagalo/RJ, a serem avaliados conforme vistoria realizada pelo Município de Cantagalo.

6.1.3 Os veículos que serão utilizados enquanto não ocorrer a adequação da frota prevista no item anterior, somente poderão ser utilizados na prestação dos serviços se ostentarem condições adequadas de segurança e trafegabilidade, de acordo com os critérios definidos no estudo técnico do sistema de transporte coletivo urbano de Cantagalo-RJ, a serem avaliados conforme vistoria realizada pelo Município de Cantagalo;

6.1.4 Os veículos utilizados na prestação do serviço deverão respeitar o tempo de fabricação disposto no Item 5.1.2 - Idade e Caracterização da Frota, com data de fabricação a partir de 2024, sendo que a verificação documental acontecerá anualmente no mês de aniversário do contrato;

6.1.5 É facultada a utilização de veículos de especificação superior, em especial que disponha de aparelho de ar-condicionado, sem que isto implique o aumento do valor contratado, redução de frequência ou de oferta de lugares;

6.1.6 A empresa contratada obriga-se a manter veículos reservas em quantidade adequada para suprir eventuais substituições necessárias para manutenção preventiva ou corretiva dos carros

6.1.7 Tratando-se de licitantes reunidos em consórcio, serão observadas as seguintes exigências:

6.1.8 A operacionalização dos recursos para a prestação dos serviços, em especial, contratação de pessoal e adequação da frota é de total responsabilidade da empresa contratada

6.1.9 A identificação das rotas e horários das linhas estão discriminadas no Apêndice A do Termo de Referência, podendo sofrer alterações em decorrência de demanda ou de necessidade do Município;

6.1.10 A identificação das rotas e horários das linhas estão discriminadas no Apêndice A do Termo de Referência, podendo sofrer alterações em decorrência de demanda ou de necessidade do Município;

6.1.11 Em caso de acréscimo significativo da demanda poderá o Município exigir a ampliação da oferta de veículos, assim como acrescentar novos horários nas rotas de atendimento, até o limite permitido na Lei de Licitações, aplicando-se o inverso no caso de redução da procura em determinadas rotas ou horários de modo a não justificar a manutenção do serviço;

6.1.12 A prestação do serviço de transporte coletivo de passageiros deve ser adequada ao pleno atendimento aos usuários, satisfazendo condições como regularidade, continuidade, eficiência, conforto e segurança;

6.1.13 Não se caracteriza como descontinuidade do serviço a sua interrupção em situação de emergência ou após prévio aviso da empresa contratada quando:

6.1.11.1 motivada por razões de ordem técnica ou de segurança de pessoas e bens;

6.1.11.2 em caso de calamidade pública, considerando a segurança dos usuários. Neste caso em específico, os veículos poderão ser solicitados, mediante a contrapartida do valor do quilômetro rodado, para fins de Defesa Civil, Saúde ou segurança pública.

6.1.14 A empresa contratada deverá respeitar e cumprir as condições trazidas por leis específicas, tais como reserva de assentos preferenciais para idosos e pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, acessibilidade e outros requisitos, conforme legislação.

Local e horários da prestação dos serviços

6.2. Os serviços serão prestados conforme descrito no Anexo I deste Termo de Referência - Quadro de Linhas e Horários.

6.3. Os horários da prestação dos serviços se encontram no Apêndice A do Termo de Referência - Planilha de Custos dos Serviços de Transporte Público Coletivo para o Tarifa Zero.

Da Infraestrutura de Apoio e Garagem

6.4. A CONTRATADA deverá dispor de garagem e instalações operacionais adequadas, sendo integralmente responsável pela infraestrutura necessária para a guarda, manutenção, limpeza,

abastecimento e apoio administrativo da frota alocada no contrato. A garagem deverá possuir Alvará de Localização e Funcionamento e Licença Ambiental (quando aplicável.

6.5. Localização e Raio de Abrangência

6.5.1 A garagem poderá ser instalada dentro do território do Município de Cantagalo ou em município circunvizinho, respeitado o raio máximo de 60 km (sessenta quilômetros) de distância do centro urbano de Cantagalo;

6.5.2 A localização externa não poderá, sob nenhuma hipótese, comprometer a regularidade, a pontualidade das partidas ou os prazos de substituição de veículos avariados (máximo de 2 horas) estabelecidos neste Termo;

6.6. Quilometragem não operaciona: O deslocamento dos veículos entre a garagem e os pontos de início/término das linhas (quilometragem morta ou improdutiva) é de exclusiva responsabilidade e custo da CONTRATADA. Essa quilometragem não será objeto de medição ou pagamento por parte do Município. A remuneração contratual incidirá estritamente sobre a quilometragem operacional (produtiva) cumprida nas rotas e horários definidos pela Secretaria de Defesa Civil e Trânsito;

6.7. Cessão de Área Pública (Facultativa): O Poder Público Municipal poderá, a seu exclusivo critério e verificada a disponibilidade de imóveis, autorizar o uso de área pública para fins de estacionamento ou apoio operacional, mediante Termo de Permissão de Uso a Título Precário. Tal permissão não cria vínculo de perenidade, podendo ser revogada a qualquer tempo por interesse público. A eventual cessão de área não exime a CONTRATADA das responsabilidades de vigilância, manutenção do imóvel, custos de água/luz e adequações ambientais necessárias à operação.

Informações relevantes para o dimensionamento da proposta

6.8. O Sistema de Transporte Público Coletivo do Município de Cantagalo está organizado em 04 (quatro) grupos operacionais, totalizando 28 (vinte e oito) linhas, incluindo seus respectivos atendimentos e variantes. Esta estrutura tem por objetivo garantir a cobertura espacial das regiões urbanas e rurais do município, conforme detalhamento de itinerários constante no Quadro de Linhas e Horários

6.9. Para fins de dimensionamento da proposta e estimativa orçamentária, fixa-se a Quilometragem Mensal Estimada em 31.832,99 km. O volume indicado foi obtido mediante o somatório das viagens programadas para cada linha, considerando a frequência operacional estabelecida para dias úteis, sábados, domingos e feriados, multiplicada pela extensão oficial de cada percurso;

6.10. As linhas, itinerários e frequências descritos neste Termo constituem a base operacional mínima para o início da execução dos serviços;

6.11. A Secretaria Municipal de Defesa Civil e Trânsito reserva-se o direito de promover ajustes operacionais, incluindo a criação, extinção, fusão ou desmembramento de linhas, bem como alterações de itinerários e quadros de horários, visando à melhoria da eficiência do sistema e ao atendimento do interesse público;

6.12. Variações na quilometragem percorrida decorrentes dessas determinações (adição ou redução de viagens) serão apuradas na medição mensal, incidindo diretamente sobre o pagamento à CONTRATADA, que receberá pelo quilômetro efetivamente rodado, conforme preço unitário vencedor da licitação

6.13. Qualquer alteração operacional, seja de itinerário ou frequência, somente poderá ser executada mediante Ordem de Serviço ou autorização expressa da Secretaria Municipal de Defesa Civil e Trânsito, embasada em justificativa técnica. Alterações realizadas à revelia da fiscalização não serão computadas para fins de pagamento;

6.14. As quilometragens informadas no Quadro de Linhas e Horários correspondem aos percursos completos (ida e volta ou circular), servindo como parâmetro referencial para:

6.14.1 A programação operacional e escala de motoristas;

6.14.2 A fiscalização do cumprimento das viagens; e

6.14.3 A base de cálculo dos custos operacionais, em consonância com a metodologia da Planilha ANTP (Associação Nacional de Transportes Públicos) ou outra utilizada pela Administração para a formação do preço de referência.

7. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

7.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

7.2. As comunicações entre o órgão ou entidade e o Contratado devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

7.3. O órgão ou entidade poderá convocar o preposto da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

7.4. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução do Contratado, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

Preposto

7.5. O Contratado designará formalmente o preposto da empresa, antes do início da prestação dos serviços, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto Contratado.

7.6. O Contratante poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do preposto da empresa, hipótese em que o Contratado designará outro para o exercício da atividade.

Rotinas de Fiscalização

7.7. A execução dos serviços contínuos de transporte público coletivo de passageiros será acompanhada e fiscalizada pela Secretaria Municipal de Defesa Civil e Trânsito, ou por agentes por ela designados, nos termos da legislação aplicável.

7.8. A empresa CONTRATADA deverá manter registros sistemáticos e atualizados referentes à operação do transporte público coletivo, de modo a subsidiar o planejamento, a gestão e a tomada de decisões pelo Poder Público.

7.9. Deverão ser obrigatoriamente registrados, de forma diária, os seguintes dados operacionais:

7.9.1 Localização, rota e percurso dos veículos, permitindo o acompanhamento contínuo da operação e a verificação do cumprimento dos itinerários e horários programados;

7.9.2 Número de passageiros transportados por viagem, contendo data, horário e identificação da linha, de forma a possibilitar análises de demanda, planejamento de oferta e auditoria do serviço;

7.9.3 Quilometragem total percorrida em serviço e fora de serviço, de modo a permitir o cálculo preciso de eficiência operacional e de custos do sistema;

7.9.4 Registro de manutenções preventivas e corretivas dos veículos, incluindo informações detalhadas sobre o estado e a substituição de componentes de segurança, tais como sistemas de freios, pneus, suspensão, direção e demais itens essenciais para a operação adequada e segura da frota. Estes registros deverão especificar datas de realização, serviços executados, peças substituídas e quilometragem do veículo no momento da manutenção;

7.9.5 Cumprimento de Programação, mediante o registro de todas as viagens previstas e realizadas por linha, contendo horários programados, horários efetivamente executados, eventuais supressões ou acréscimos de viagens, bem como os motivos operacionais que justificarem

desvios, de modo a permitir à Administração Municipal avaliar a regularidade, confiabilidade e continuidade do serviço prestado;

7.9.6 Realizar, no mínimo uma vez ao ano, pesquisas de satisfação junto aos usuários do serviço de transporte público coletivo, utilizando metodologia quantitativa e qualitativa que permita avaliar a percepção da população quanto à qualidade do serviço prestado

7.9.7 As pesquisas deverão contemplar, entre outros aspectos, regularidade das viagens, pontualidade, condições dos veículos, incluindo limpeza, acessibilidade, segurança, cordialidade dos motoristas e cobradores, e qualidade das informações ao usuário;

7.9.8 Os resultados deverão ser apresentados à Administração Municipal em relatório detalhado, contendo análises, indicadores, séries históricas e propostas de melhoria. Os dados coletados integrarão o processo de fiscalização e subsidiarão eventuais revisões operacionais, contratuais ou de planejamento do sistema

7.10. Os dados operacionais mencionados no item anterior deverão ser consolidados e enviados mensalmente à Secretaria Municipal de Defesa Civil e Trânsito, em formato digital aberto, conforme especificações técnicas que poderão ser estabelecidas ou atualizadas pela Administração Municipal.

7.11. O descumprimento das obrigações de registro, envio ou veracidade das informações poderá ensejar aplicação das penalidades previstas no contrato e na legislação pertinente, sem prejuízo de outras sanções aplicáveis.

7.12. Nos termos do art. 117 da Lei nº 14.133 de 2021, será designado representante para acompanhar e fiscalizar a prestação dos serviços, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados;

7.13. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 117 da Lei nº 14.133, de 2021;

7.14. O fiscal indicado anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis. O fiscal representante do Município deverá comunicar à contratada por escrito, quanto a qualquer ocorrência ou anormalidades identificadas durante a execução do contrato, dando-lhe prazo para correção. Qualquer desvio nos índices de qualidade deverá ter um plano de ação com data prevista para correção. Desvios recorrentes serão analisados pela Prefeitura Municipal podendo levar a rescisão do contrato.

7.15. O Senhor Júlio Cesar Rodrigues Faria, lotado na Secretaria Municipal de Defesa Civil e Trânsito, fará a gestão do contrato, ficando responsável por verificar lhe as condições de prazo de vigência, saldo contratual, ou outras que se fizerem necessárias para seu bom e fiel cumprimento.

8. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

8.1. A cada 30 dias de prestação de serviços, o fiscal do contrato irá emitir relatório, de acordo com a quilometragem efetivamente rodada, que será assinado pela CONTRATADA, pelo FISCAL e pela SECRETARIA responsável, anexando a este relatório os documentos pertinentes acerca das rotas percorridas no período de 30 dias.

8.2. O pagamento será efetuado de acordo com a ordem cronológica, nos termos dos Decretos nº 3.343/2019 e nº 3.982/2023, após a apresentação da Nota Fiscal/Fatura, entrega dos documentos na Contabilidade e o visto da Secretaria requisitante, comprovando os serviços;

8.3. O valor mensal devido à CONTRATADA será apurado exclusivamente com base na Quilometragem Produtiva efetivamente rodada no período, multiplicada pelo valor unitário do quilômetro registrado na

proposta vencedora, observados as penalidades decorrentes da aplicação dos Indicadores de Desempenho;

8.4. Considera-se Quilometragem Produtiva (operacional) toda a distância percorrida pelos veículos em efetiva operação comercial, transportando passageiros ou cumprindo a grade horária, correspondendo estritamente às viagens realizadas conforme a programação oficial de linhas, itinerários e frequências aprovados pela Secretaria Municipal de Defesa Civil e Trânsito.

8.5. Serão excepcionalmente remunerados como produtivos os deslocamentos sem passageiros entre o final de uma linha e o início de outra, desde que expressamente ordenados pela Fiscalização para ajustes operacionais.

8.6. Considera-se Quilometragem Improdutiva (não operacional) toda a distância percorrida sem a prestação do serviço ao usuário. Esta quilometragem é de custo exclusivo da CONTRATADA e NÃO SERÁ OBJETO DE PAGAMENTO, abrangendo:

8.6.1 Deslocamentos de acesso (Início de jornada): Da garagem até o ponto inicial da linha;

8.6.2 Deslocamentos de recolhimento (Fim de jornada): Do ponto final da linha até a garagem;

8.6.3 Deslocamentos para abastecimento, lavagem ou manutenção;

8.6.4 Deslocamentos decorrentes de socorro mecânico ou substituição de veículo avariado.

8.7. A medição será realizada por meio de sistema de telemetria ou aferição dos tacógrafos e Boletins Diários de Operação (BDO). A Contratada deverá apresentar até o 5º dia útil do mês subsequente o Boletim de Medição, discriminando a quilometragem produtiva realizada por linha e por veículo. Os dados serão auditados pela Secretaria Municipal de Defesa Civil e Trânsito, que poderá glosar (descontar) quilometragens não comprovadas, viagens incompletas ou desvios de rota não autorizados. Somente a quilometragem formalmente atestada pela Fiscalização comporá o valor da Fatura de Serviços.

8.8. A avaliação da qualidade do serviço será realizada mensalmente mediante a aferição dos seguintes indicadores, cujos resultados impactarão diretamente na remuneração da CONTRATADA (através do Fator de Desempenho) e na aplicação de penalidades contratuais conforme disposto nessa seção.

8.8.1 **Indicador de Regularidade (IR)**

Definição: Mede o cumprimento rigoroso da oferta programada, representando a proporção de viagens completas efetivamente realizadas em relação às viagens estipuladas na Ordem de Serviço.

Objetivo: Garantir a confiabilidade do sistema, penalizando a supressão de viagens, partidas atrasadas ou itinerários incompletos.

Fórmula:

$$IR = \left(\frac{número\ de\ viagens\ realizadas}{número\ de\ viagens\ programada}\right) x100$$

Critério de Apuração: Só será computada como "Viagem Realizada" aquela que cumprir o itinerário completo e cujo horário de partida não exceda a tolerância de 10 (dez) minutos. Viagens não realizadas por motivo de força maior (enchentes, bloqueio de vias), desde que validadas pela Fiscalização, serão excluídas do denominador.

Padrão mínimo de aceitabilidade: ≥ 98% de viagens realizadas por mês, **sem compensação entre dias**.

8.8.2 **Indicador de Disponibilidade da Frota (IDF)**

Definição: Mede a capacidade da empresa em manter a frota operacional e reserva em condições de uso imediato, sem comprometer a operação

Objetivo: Assegurar que a frota contratada (titular + reserva) esteja disponível para operação.

Fórmula:

$$IDF = \left(\frac{número\ de\ veículos\ disponíveis\ x\ dias\ de\ operção}{frota\ contratada\ x\ dias\ de\ operção}\right) x100$$

Critério de Apuração: Considera-se indisponível o veículo parado por falta de manutenção, falta de peça, falta de combustível ou falta de motorista. O uso do veículo reserva para cobrir um titular não penaliza o indicador, desde que a troca seja imediata e não gere perda de viagem.

Padrão mínimo de aceitabilidade: ≥ 90% em média mensal.

8.8.3 **Indicador de Conforto Térmico (ICT)**

Definição: Mede a efetividade do sistema de climatização, garantindo que o ar-condicionado esteja ligado e refrigerando adequadamente durante a prestação do serviço.

Objetivo: Assegurar condições adequadas de conforto térmico aos usuários, garantindo que 100% da frota em operação utilize o ar-condicionado durante todas as viagens, salvo impossibilidade técnica devidamente comprovada.

Fórmula:

$$ICT = \left(\frac{numero\ de\ viagens\ com\ arcondicionado\ funcionando}{total\ de\ viagens\ realizadas}\right) x100$$

Critério de Apuração: A fiscalização será realizada por inspeção amostral (in loco), denúncias de usuários confirmadas ou telemetria. Será considerada viagem sem ar-condicionado aquela em que o equipamento estiver desligado, quebrado ou com baixa eficiência (temperatura interna acima de 24ºC, salvo dias de calor extremo onde o diferencial térmico será considerado)

Padrão mínimo de aceitabilidade: ≥ 98% das viagens mensais devem ser realizadas com o ar-condicionado em funcionamento contínuo.

Observação: eventuais falhas técnicas somente serão aceitas mediante registro em relatório de manutenção e comprovação de atendimento imediato (manutenção corretiva em até 2h).

8.8.4 **Indicador de Satisfação do Usuário (ISU)**

Definição: Mede o grau de lealdade e satisfação dos usuários através da metodologia *Net Promoter Score* (NPS), baseada na probabilidade de recomendação do serviço. O ISU deverá ser medido semestralmente.

Objetivo: Avaliar o grau de satisfação dos usuários e orientar ações corretivas e melhorias.

Metodologia: Aplicação de pesquisa amostral estatisticamente representativa com a pergunta:

> *"Em uma escala de 0 a 10, o quanto você recomendaria o transporte público de Cantagalo a um amigo ou familiar?"*

Classificação das Respostas:

- Detratores (Notas 0 a 6): Usuários insatisfeitos que podem danificar a imagem do serviço.
- Neutros/Passivos (Notas 7 e 8): Usuários satisfeitos, mas não leais ou entusiastas.
- Promotores (Notas 9 e 10): Usuários leais e entusiastas do serviço.

Fórmula:

$$ISU = \%\ promotores - \%\ detratores$$

Padrão Mínimo de Aceitabilidade: NPS ≥ 30 (Classificação "Zona de Melhoria" ou superior)

8.9. O pagamento mensal à CONTRATADA estará condicionado não apenas à execução da quilometragem, mas à qualidade do serviço prestado. O não atendimento aos padrões mínimos (Fator de Desempenho) acarretará a aplicação do **Fator de Desconto por Qualidade**, descontado diretamente na fatura mensal, sem prejuízo de outras sanções administrativas (multas) em caso de infrações contratuais específicas.

8.10. Os indicadores definidos no Item 8.6 serão apurados mensalmente e classificados conforme a tabela abaixo:

Sigla	Indicador	Meta Mínima (Padrão)	Peso na Glosa (Se descumprido)
IR	Índice de Regularidade	**≥** 98,0%	**2,0%** sobre a Fatura
IDF	Índice de Disponibilidade	**≥** $ 90,0%	**1,5%** sobre a Fatura
ICT	Índice de Conforto Térmico	**≥** 98,0%	**1,0%** sobre a Fatura
ISU	Índice de Satisfação	**≥ 30**	**0,5%** sobre a Fatura
TOTAL	**Desconto Máximo Possível**		**5,0%**

8.11. Apuração dos Fatores de Descumprimento (F): Para cada indicador, será atribuído um valor binário de descumprimento:

- 0 (Zero): Se o indicador atingiu ou superou a meta
- 1 (Um): Se o indicador ficou abaixo da meta

8.12. Cálculo do Desconto (D): O valor a ser descontado da remuneração mensal será calculado pela soma dos pesos dos indicadores não cumpridos, conforme a fórmula:

$$D = R \times [(F_{IR} \times 2\%) + (F_{IDF} \times 1{,}5\%) + (F_{ICT} \times 1\%) + (F_{ISU} \times 0{,}5\%)]$$

Onde:

D é o valor de desconto em Reais

R é o valor total da remuneração apurada

F_x é o fator de descumprimento para cada parâmetro de desempenho

Pagamento Líquido: O valor final a ser pago à CONTRATADA será:

$$Valor_{liquido} = R - D$$

Consequências da Reincidência: A aplicação de descontos por desempenho não isenta a CONTRATADA de responsabilidade administrativa.

- Persistência: O descumprimento dos padrões mínimos de desempenho por 03 (três) meses consecutivos ou 05 (cinco) meses alternados no período de um ano, caracterizará a inexecução parcial do contrato.
- Sanção: Nessa hipótese, a Administração deverá instaurar Processo Administrativo para aplicação de sanções mais gravosas, podendo culminar na declaração de inidoneidade e na rescisão unilateral do contrato, nos termos do art. 137 da Lei nº 14.133/2021.

8.13. A utilização do Fator de Desempenho não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos para a avaliação da prestação dos serviços.

Recebimento

8.14. Ao encerramento de cada mês de prestação de serviços (mês de competência), independentemente do número de dias do mês, o Fiscal do Contrato emitirá Relatório de Medição Consolidado, contendo:

8.14.1 A quilometragem total apresentada pela CONTRATADA no período, segregada em produtiva e improdutiva (deslocamento garagem-linha);

8.14.2 A consolidação dos dados operacionais obrigatórios previstos no Item 8.6. deste Termo de Referência, incluindo registros de GPS/telemetria, quadro de partidas realizadas e viagens cumpridas;

8.14.3 A apuração dos Indicadores de Desempenho (IDO) aplicáveis ao mês de referência, para fins de cálculo de desconto

8.15. O Relatório de Medição deverá ser assinado pelo representante legal da CONTRATADA, pelo Fiscal do Contrato e ratificado pelo Secretário Municipal de Defesa Civil e Trânsito, devendo ser instruído com os relatórios de telemetria e demais documentos comprobatórios exigidos.

8.16. A quilometragem apresentada pela CONTRATADA será submetida à análise, validação e aprovação da Secretaria Municipal de Defesa Civil e Trânsito, que emitirá atestado definindo a Quilometragem Aprovada para fins de pagamento.

8.17. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o Termo Detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

8.18. Somente a Quilometragem Produtiva formalmente aprovada será considerada na composição do valor a pagar;

8.19. É expressamente vedado o pagamento de quilometragem morta ou improdutiva (deslocamentos entre garagem e o início/fim das linhas, abastecimentos ou manutenções), devendo tais custos operacionais serem absorvidos pela CONTRATADA no valor unitário ofertado;

8.20. Não será admitido o pagamento integral do valor mensal caso a CONTRATADA não apresente os dados operacionais exigidos ou caso o Relatório de Medição apresente inconsistências que impeçam a aferição confiável da prestação do serviço;

8.21. Havendo inconsistências ou omissões nos documentos apresentados, a Administração poderá:

8.21.1 Diligenciar para complementação de informações;

8.21.2 Negar o atesto parcial ou total do Relatório de Medição até a regularização;

8.21.3 Aplicar os descontos previstos, sem prejuízo da instauração de procedimentos administrativos;

8.21.4 Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.

8.21.5 Enviar a documentação pertinente ao setor de contabilidade para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.

8.22. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal quanto à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

8.23. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo Contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

Liquidação

8.24. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de 15 (quinze) dias para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do Art. 113, § 6º do Decreto Municipal 3.982/23.

8.25. Para fins de liquidação, o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

I) o prazo de validade;
II) a data da emissão;
III) os dados do contrato e do órgão contratante;
IV) o período respectivo de execução do contrato;
V) o valor a pagar; e
VI) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

8.26. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o Contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao Contratante.

8.27. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

8.28. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:

8.28.1 verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas;

8.28.2 identificar possível razão que impeça a participação em licitação/contratação no âmbito do órgão ou entidade, tais como a proibição de contratar com a Administração ou com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

8.29. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do Contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do Contratante.

8.30. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do Contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

8.31. Persistindo a irregularidade, o Contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao Contratado a ampla defesa.

8.32. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o Contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

Prazo de pagamento

8.33. O pagamento será efetuado no prazo máximo de até 30 (trinta) dias, contados do recebimento da Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente.

Forma de pagamento

8.34. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo Contratado.

8.35. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

8.36. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

8.36.1 Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

8.37. O Contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

Reajuste

8.38. Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em dezembro de 2025.

8.39. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do Contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do índice IPCA-E (ou outro índice setorial que melhor reflita os insumos do transporte, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

8.40. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

8.41. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice(s) definitivo.

8.42. Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.

8.43. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

8.44. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

8.45. O reajuste será realizado por apostilamento.

Revisão/Reequilíbrio

8.46. Poderá ocorrer a revisão do valor contratual, para restabelecer a relação que as partes pactuaram inicialmente, caso ocorram fatos imprevisíveis, ou previsíveis, porém de consequências incalculáveis (como alteração de alíquotas de impostos), nos termos do art. 124, II, alínea "d" da Lei nº 14.133/2021.

9. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

9.1. As sanções administrativas serão baseadas na Lei Municipal nº 967/2010, sendo está prevista em contrato, bem como a Lei Federal nº 14.133/2021.

10. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E REGIME DE EXECUÇÃO

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

10.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO.

Regime de Execução

10.2. O regime de execução do objeto será de empreitada por preço unitário.

Critérios de aceitabilidade de preços

10.3. O valor máximo aceitável para a contratação é de R$ 8,78 (oito reais e setenta e oito centavos) por quilômetro rodado. Serão desclassificadas as propostas que apresentarem valores unitários superiores ao limite estabelecido acima, conforme art. 59, III da Lei nº 14.133/2021

10.4. **Exigências de habilitação**

10.5. Para fins de habilitação, deverá o interessado comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica

10.6. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

10.7. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor;

10.8. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

10.9. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

10.10. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

10.11. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

10.12. Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

10.13. Consórcio de empresas: contrato de consórcio devidamente arquivado no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis (art. 279 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976) ou compromisso público ou particular de constituição, subscrito pelos consorciados, com a indicação da empresa líder, responsável por sua representação perante a Administração (art. 15, caput, I e II, da Lei nº 14.133, de 2021).

10.14. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

10.15. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas;

10.16. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

10.17. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

10.18. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

10.19. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Distrital ou Municipal relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

10.20. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual / Distrital e Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

10.21. Prova de Regularidade com a Dívida Ativa com o Estado do domicílio ou da sede do Licitante ou certidão com restrição;

10.22. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

Qualificação Econômico-Financeira

10.23. Certidão Negativa de Insolvência/Falência: Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor (Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II);

10.23.1 A certidão em que não constar prazo de validade será considerada válida por 90 (noventa) dias, contados da data de emissão.

10.23.2 No caso de certidão positiva de recuperação judicial ou extrajudicial, o licitante deverá apresentar a comprovação de que o respectivo plano de recuperação foi acolhido judicialmente, na forma do art. 58 da Lei n° 11.101/2005, demonstrando sua viabilidade econômica e capacidade de suportar os encargos contratuais.

10.24. balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos dois últimos exercícios sociais, já exigíveis e apresentados na forma da lei, comprovando, índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um), obtidos por meio da aplicação das seguintes fórmulas:

$$LG = \frac{\text{Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante + Passivo Não Circulante}}$$

$$SG = \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante + Passivo Não Circulante}}$$

$$LC = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$$

10.25. Para fins de habilitação, a licitante deverá comprovar possuir Patrimônio líquido de 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação para o período de doze meses, por meio da apresentação do balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social.

10.26. Os indicadores fixados no item 10.24 deverão ser atingidos em cada um dos dois últimos exercícios sociais, sob pena de inabilitação;

10.27. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;

10.28. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

10.29. O atendimento dos índices econômicos previstos neste termo de referência deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

10.30. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação/contratação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

Qualificação Técnica

10.31. Declaração de Infraestrutura (Garagem): Declaração formal de que a licitante, caso vencedora, disporá de infraestrutura de garagem e apoio operacional localizada em um raio máximo de 60 km do centro de Cantagalo/RJ, atendendo aos requisitos do Termo de Referência.

10.32. Declaração de Disponibilidade da Frota: Declaração de que disporá, para o início da execução contratual, dos veículos exigidos no Termo de Referência (Idade máxima de 02 anos, Ar-condicionado, Acessibilidade), comprometendo-se a submetê-los à vistoria prévia.

10.33. Declaração de Vistoria ou de Pleno Conhecimento das Condições Locais.

10.33.1 Declaração Formal, assinada pelo representante legal, atestando que a licitante:

a) Tem pleno conhecimento do Termo de Referência, dos locais de prestação dos serviços e das condições das vias (urbanas e rurais) do Município de Cantagalo.

b) Optou por realizar a vistoria técnica facultativa ou, caso não a tenha realizado, declara ter total ciência das peculiaridades, dificuldades e condições de acesso aos itinerários, assumindo inteira responsabilidade pela execução dos serviços nos preços ofertados, não podendo alegar desconhecimento futuro para pleitear realinhamentos de preços ou eximir-se de obrigações

10.34. ~~Apresentar Certificado de Registro de Empresa (CRE) junto ao Departamento de Transporte Rodoviário do Estado do Rio de Janeiro (DETRO/RJ) ou registro equivalente em órgão regulador de transporte (ANTT ou Secretaria de Transportes Municipal), comprovando a habilitação da empresa para transporte de passageiros;~~ *(texto suprimido por errata)*

Qualificação Técnico-Operacional

10.35. Apresentação de Atestado(s) de Capacidade Técnica, fornecido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando aptidão para o desempenho de atividade pertinente e compatível com o objeto desta licitação.

10.35.1 Considera-se compatível a comprovação de experiência na gestão e operação de serviços de transporte coletivo de passageiros (urbano, rural, escolar ou fretamento contínuo);

10.35.2 O(s) atestado(s) deve(m) comprovar a operação simultânea de uma frota mínima de 03 (três) veículos (equivalente a 50% da frota operante solicitada), demonstrando capacidade logística.

10.35.3 Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor;

10.35.4 O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos

10.35.5 Os atestados deverão referir-se a serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente.

10.36. A apresentação, pelo fornecedor, de certidões ou atestados de desempenho anterior emitido em favor de consórcio do qual tenha feito parte será admitida, desde que atendidos os requisitos do art. 67, §§ 10 e 11, da Lei nº 14.133/2021 e regulamentos sobre o tema.

Disposições gerais sobre habilitação

10.37. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

10.38. Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

10.39. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

Exigências para licitantes reunidos em consórcio

10.40. Comprovação da existência de compromisso público ou particular de constituição de consórcio, subscrito pelas empresas que dele participarão, com indicação da empresa-líder, que deverá possuir amplos poderes para representar os consorciados no procedimento licitatório e no instrumento contratual, receber e dar quitação, responder administrativa e judicialmente, inclusive receber notificação, intimação e citação;

10.41. Apresentação da documentação de habilitação especificada no edital por empresa consorciada;

10.42. Comprovação da capacidade técnica do consórcio pelo somatório dos quantitativos de cada consorciado, na forma estabelecida no edital

10.43. Demonstração, por parte do consórcio, pelo somatório dos valores de cada consorciado, na proporção de sua respectiva participação, do atendimento aos índices contábeis definidos no edital, para fins de qualificação econômico-financeira, na proporção da respectiva participação;

10.44. Quando se tratar de consórcio composto em sua totalidade por micro e pequenas empresas, não será necessário cumprir esse acréscimo percentual na qualificação econômico-financeira;

10.45. Responsabilidade solidária das empresas consorciadas pelas obrigações do consórcio, nas fases de licitação e durante a vigência do contrato;

10.46. Obrigatoriedade de liderança por empresa brasileira no consórcio formado por empresas brasileiras e estrangeiras;

10.47. Constituição e registro do consórcio antes da celebração do contrato; e

10.48. Proibição de participação de empresa consorciada, na mesma licitação, por intermédio de mais de um consórcio ou isoladamente

Documentação complementar para cooperativas

10.49. Caso admitida a participação de cooperativas, será exigida a seguinte documentação complementar:

10.49.1 A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que estão domiciliados na localidade da sede da cooperativa, respeitado o disposto nos arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei n. 5.764, de 1971;

10.49.2 A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;

10.49.3 A comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à prestação do serviço;

10.49.4 O registro previsto na Lei n. 5.764, de 1971, art. 107;

10.49.5 A comprovação de integração das respectivas quotas-partes por parte dos cooperados que executarão o contrato;

10.49.6 Os seguintes documentos para a comprovação da regularidade jurídica da cooperativa:

10.49.6.1. ata de fundação;

10.49.6.2. estatuto social com a ata da assembleia que o aprovou;

10.49.6.3. regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia;

10.49.6.4. editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias;

10.49.6.5. três registros de presença dos cooperados que executarão o contrato em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais;

10.49.6.6. ata da sessão que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da contratação; e

10.49.6.7. última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o art. 112 da Lei n. 5.764, de 1971, ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador.

11. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

11.1. O custo estimado total da contratação, que é o máximo aceitável, é de R$ 16.769.619,13 (dezesseis milhões setecentos e sessenta e nove mil seiscentos e dezenove reais e treze centavos), conforme custos unitários apostos na tabela em anexo.

11.2. O valor máximo aceitável para a contratação é de R$ 8,78 (oito reais e setenta e oito centavos) por quilômetro rodado. Serão desclassificadas as propostas que apresentarem valores unitários superiores ao limite estabelecido acima, conforme art. 59, III da Lei nº 14.133/2021

11.3. O orçamento estimativo e a composição dos custos unitários foram elaborados com base na metodologia padrão da Associação Nacional de Transportes Públicos (ANTP), conforme Estudo Técnico e Memória de Cálculo constantes no Apêndice A deste Termo. O custo quilométrico (R$/km) engloba todas as despesas diretas e indiretas necessárias à plena execução dos serviços, incluindo, mas não se limitando a:

11.3.1 Quando as propostas permanecerem com preços acima do orçamento estimado, o custo estimado da contratação será tornado público após a fase de lances.

11.3.2 Custos Variáveis: Combustível (Diesel/Biodiesel), ARLA 32, lubrificantes, rodagem (pneus/recapagens) e peças/acessórios.

11.3.3 Custos Fixos: Salários, encargos sociais e trabalhistas, benefícios (alimentação, uniforme, EPIs) da tripulação (motoristas), pessoal de manutenção e administrativo.

11.3.4 Custos de Capital e Administrativos: Depreciação da frota, remuneração do capital investido, despesas administrativas gerais, seguros, tributos e lucro (BDI/LDI).

11.4. A licitante deverá apresentar sua proposta preenchendo a Planilha de Composição de Custos Unitários (modelo anexo), detalhando os insumos utilizados.

11.5. A planilha deve demonstrar a viabilidade econômica da proposta, sendo vedada a apresentação de preços simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado.

12. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

12.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral do Município.

12.2. A contratação será atendida pela seguinte dotação:

I) Unidade: Secretaria Municipal de Defesa Civil e Trânsito;
II) Fonte de recursos: 1111/1501/1112/1704/1113/1705/1114/1708;
III) Programa de trabalho: 10080.26.453.8005.2.270;
IV) Elemento de despesa: 33.90.39;

12.3. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

13. DISPOSIÇÕES FINAIS

13.1. As informações contidas neste Termo de Referência não são classificadas como sigilosas.

13.2. Integram o presente Termo de Referência:

13.2.1 Apêndice A – Estudo Técnico Apuração Quilômetro Rodado;

13.2.2 Anexo I - Quadro de Linhas e Horários

13.2.3 Anexo II - Planilha ANTP (XLM)

13.2.4 Anexo III - Planilha ANTP (PDF)

13.2.5 Anexo IV - Declaração de Infraestrutura (Garagem), Declaração de Disponibilidade da Frota e Visita Técnica

Cantagalo, 18 de fevereiro de 2026.

Otávio Moraes Braga
Secretaria de Defesa Civil e Trânsito
Mat. 5231

APÊNDICE A:
PLANILHA DE CUSTOS DOS SERVIÇOS DE TRANSPORTE PÚBLICO COLETIVO PARA O TARIFA ZERO

PASSAGEIROS

A projeção da demanda tem como referência a evolução histórica dos passageiros. O estudo da COPETEC indicava uma média de 14 a 15 mil passageiros/mês. Já o Edital nº 117/2023 registrou um aumento para 28 mil passageiros/mês.

Para 2025, adotou-se uma projeção de crescimento de 20%, compatível com um sistema Tarifa Zero mais consolidado e a projeção de aumento de linhas – o que resulta em maior número de passageiros. Desta forma, a estimativa incorporada para os cálculos deste capítulo e planilha financeira, servindo de fundamento para as estimativas dispostas aqui é de **33.948 passageiros mensais**.

QUADRO-HORÁRIO

Linha:	**BOA SORTE**	
Dias da semana:	**SEGUNDA A SEXTA-FEIRA**	
HORÁRIOS	**RODOVIÁRIA**	**SAÍDA DE BOA SORTE**
HORÁRIO 1	05:10h (Estação)	1° Horário 05:40h (via Praça/Industrial/Maravilha) 2° Horário 06:00h (via Estação)
HORÁRIO 2	06:30h (Praça)	07:20h (Praça)
HORÁRIO 3	08:10h (Praça)	09:00h (Praça)
HORÁRIO 4	11:10h (Praça)	12:00h (Praça)
HORÁRIO 5	12:30h (Estação)	13:20h (Estação)
HORÁRIO 6	15:00h (via Praça/Industrial/Maravilha)	15:50h (Praça)
HORÁRIO 7	17:10h (via Praça/Industrial/Maravilha)	18:10h (Estação)
HORÁRIO 8	18:50h (Praça)	20:00h (Praça)

Linha:	**BOA SORTE**	
Dias da semana:	**SÁBADO**	
HORÁRIOS	RODOVIÁRIA	SAÍDA DE BOA SORTE
HORÁRIO 1	05:40h (Estação)	07:00h (via Praça/Industrial/Maravilha)
HORÁRIO 2	12:30h (Praça)	13:30h (Praça)
HORÁRIO 3	18:30h (via Praça/Industrial/Maravilha)	20:00h (Praça)

Linha:	**BOA SORTE**	
Dias da semana:	**DOMINGO**	
HORÁRIOS	RODOVIÁRIA	SAÍDA DE BOA SORTE
HORÁRIO 1	05:40h (Estação)	07:00h (Praça)

HORÁRIO 2	11:30h (Praça)	13:30h (Praça)

Linha:	**SÃO JOSÉ**	
Dias da semana:	**SEGUNDA A SEXTA-FEIRA**	
HORÁRIOS	RODOVIÁRIA	SAÍDA DO SÃO JOSÉ
HORÁRIO 1	-	1° Horário 06:05 (via Quinta dos Lontras) 2° Horário 06:20 (São Pedro/Quinta dos Lontras)
HORÁRIO 2	06:45h	07:20h (Cantelmo)
HORÁRIO 3	08:00h	08:20h
HORÁRIO 4	09:00h	09:20h
HORÁRIO 5	10:45h (via Morada do Sol)	11:05h (Saída Morada do Sol) 11:20h (Saída São José) (via Cantelmo/Quinta dos Lontras)
HORÁRIO 6	12:10h	12:30h
HORÁRIO 7	13:00h	13:20h
HORÁRIO 8	14:00h	14:20h
HORÁRIO 9	16:00h	16:20h
HORÁRIO 10	1°Horário 17:10h (São José) 2° Horário 17:15 (Cantelmo/São José)	17:30h
HORÁRIO 11	17:50h (Quinta dos Lontras/Cantelmo/São Pedro)	18:30h (Saída São José) 18:50h (Saída Morada do Sol)
HORÁRIO 12	20:30h	-

Linha:	**SÃO JOSÉ**	
Dias da semana:	**SÁBADO**	
HORÁRIOS	RODOVIÁRIA	SAÍDA DO SÃO JOSÉ
HORÁRIO 1	-	06:20h
HORÁRIO 2	07:00h (via São Pedro)	07:30h
HORÁRIO 3	08:00h (via Cantelmo)	08:30h
HORÁRIO 4	12:00h	12:20h
HORÁRIO 5	13:00h	13:20h
HORÁRIO 6	14:00h	14:20h
HORÁRIO 7	16:00h (via Cantelmo)	16:30h
HORÁRIO 8	18:00h (via São Pedro)	18:30
HORÁRIO 9	20:30h	-

Linha:	**SÃO JOSÉ**
Dias da semana:	**DOMINGO E FERIADO**

HORÁRIOS	RODOVIÁRIA	SAÍDA DO SÃO JOSÉ
HORÁRIO 1	-	07:20h
HORÁRIO 2	12:00h	12:20h
HORÁRIO 3	16:00h	16:20h
HORÁRIO 4	20:30h	-

Linha:	SANTA RITA DA FLORESTA	
Dias da semana:	SEGUNDA A SEXTA-FEIRA	
HORÁRIOS	RODOVIÁRIA	SAÍDA DE FLORESTA
HORÁRIO 1	05:10h	05:40h (Via BNH)
HORÁRIO 2	06:30h (Via BNH)	07:20h (Via BNH)
HORÁRIO 3	08:20h (Via BNH)	09:20h (Via BNH)
HORÁRIO 4	11:20h (Via BNH)	12:20h (Via BNH)
HORÁRIO 5	13:20h (Via BNH)	14:20h (Via BNH)
HORÁRIO 6	15:20h (Via BNH)	16:20h (Via BNH)
HORÁRIO 7	17:20h (Via BNH)	18:20 (Via BNH)
HORÁRIO 8	19:20h (Via BNH)	20:20h

Linha:	SANTA RITA DA FLORESTA	
Dias da semana:	SÁBADO	
HORÁRIOS	RODOVIÁRIA	SAÍDA DE FLORESTA
HORÁRIO 1	06:00h (BNH)	07:00h (Via BNH)
HORÁRIO 2	09:00h (ida Homero Ecard) NÃO VAI EM FLORESTA	09:50 (Volta de Homero Ecard) NÃO VAI EM FLORESTA
HORÁRIO 3	12:30h (Via BNH)	13:30h (Via BNH)
HORÁRIO 4	18:30h (Via BNH)	19:30h (BNH)

Linha:	SANTA RITA DA FLORESTA	
Dias da semana:	DOMINGO E FERIADO	
HORÁRIOS	RODOVIÁRIA	SAÍDA DE FLORESTA
HORÁRIO 1	06:00h (BNH)	07:00h (Via BNH)
HORÁRIO 2	11:30h (Via BNH)	14:00h (Via Homero Ecard)

Linha:	SÃO SEBASTIÃO DO PARAÍBA	
Dias da semana:	SEGUNDA E QUARTA	
HORÁRIOS	RODOVIÁRIA	SAÍDA DE PORTO MARINHO

HORÁRIO 1	-	08:00h (via Homero Ecard)
HORÁRIO 2	11:00h (ida Homero Ecard)	12:20h (Volta de Homero Ecard)
HORÁRIO 3	16:00h (via Homero Ecard)	-

Linha:	**SÃO SEBASTIÃO DO PARAÍBA**	
Dias da semana:	**TERÇA/QUINTA/SEXTA**	
HORÁRIOS	RODOVIÁRIA	SAÍDA DE PORTO MARINHO
HORÁRIO 1	-	08:00h (via Campo Alegre)
HORÁRIO 2	11:00h (ida Homero Ecard)	12:20h (Volta de Homero Ecard)
HORÁRIO 3	16:00h (via Campo Alegre)	-

Linha:	**SÃO SEBASTIÃO DO PARAÍBA**	
Dias da semana:	**SÁBADO**	
HORÁRIOS	RODOVIÁRIA	SAÍDA DE PORTO MARINHO
HORÁRIO 1	-	08:00h (via Campo Alegre)
HORÁRIO 2	16:00h (via Campo Alegre)	-

Linha:	**SÃO SEBASTIÃO DO PARAÍBA**	
Dias da semana:	**DOMINGO E FERIADO**	
HORÁRIOS	RODOVIÁRIA	SAÍDA DE PORTO MARINHO
HORÁRIO 1	-	08:00h (via Campo Alegre)
HORÁRIO 2	16:00h (via Campo Alegre)	-

QUILOMETRAGEM PROGRAMADA

O total de quilometragem mensal adotado na Planilha de Referência é de **31.832,99 km/mês**. Esse resultado foi obtido pela multiplicação, por linha, do número de viagens programadas (considerando dias úteis, sábados e domingos/feriados) pelo comprimento do percurso (km por viagem) e pela soma das parcelas correspondentes aos dias do período de análise — incluindo, a quilometragem considerada improdutiva (com limite máximo de 5%). Em outras palavras, a quilometragem mensal reflete a agregação das partidas programadas por dia e o comprimento de ida e volta de cada itinerário ao longo do mês de referência.

As linhas consideradas foram:

Grupos	**Linha**	**Quilometragem**	**Dias úteis**	**Sábados**	**Domingos / Feriados**	**Quilometragem Semanal**
São José	São José - Rodoviária (via Quinta dos Lontras)	8,6	1	0	0	43
	São José - Rodoviária (São Pedro/Quinta dos Lontras)	7,1	1	0	0	35,5
	Rodoviária - São José	3	9	4	3	156
	São José - Rodoviária	3,8	7	8	3	174,8

	São José - Rodoviária (Cantelmo)	7,5	1	0	0	37,5
	Rodoviária (Morada do Sol/São José/Cantelmo/Quinta dos Lontras	20,6	1	0	0	103
	Rodoviária - São José (Cantelmo)	8,5	1	2	0	59,5
	Rodoviária - São José (Quinta dos Lontras/Cantelmo/São Pedro/São José/Morada do Sol)	24,2	1	0	0	121
	Rodoviária - São José (São Pedro)	5,4	0	2	0	10,8
Boa Sorte | Euclidelândia	Rodoviária - Boa Sorte (via Estação)	23,3	2	1	1	279,6
	Boa Sorte - Rodoviária (via Estação)	23,3	3	0	0	349,5
	Rodoviária - Boa Sorte (Praça)	24,5	4	1	1	539
	Boa Sorte - Rodoviária (via Praça)	24,5	5	2	2	710,5
	Rodoviária - Boa Sorte (via Praça/Industrial/Maravilha)	20,8	2	1	0	228,8
	Boa Sorte - Rodoviária (Praça/Industrial/Maravilha)	20,8	1	1	0	124,8
Floresta	Rodoviária - Floresta	22,7	1	0	0	113,5
	Floresta - Rodoviária	22,7	1	0	0	113,5
	Rodoviária - Floresta (via BNH)	26,2	7	3	2	1048
	Floresta - Rodoviária (via BNH)	26,2	7	3	1	1021,8
	Rodoviária - Homero Ecard	20,7	0	1	0	20,7
	Homero Ecard - Rodoviária	20,7	0	1	0	20,7
	Floresta - Rodoviária (via Homero Ecard)	29,2	0	0	1	29,2
Paraíba	Porto Marinho - S.S Paraíba - Rodoviária (via Homero Ecard)	57,1	1	0	0	285,5
	Rodoviária - S.S Paraíba - Porto Marinho (via Homero Ecard)	57,7	1	0	0	288,5
	Rodoviária - Homero Ecard	29,2	2	0	0	292
	Homero Ecard - Rodoviária	29,2	2	0	0	292
	Porto Marinho - S.S Paraíba - Rodoviária (via Campo Alegre)	49,7	1	1	1	347,9
	Rodoviária - S.S Paraíba - Porto Marinho (via Campo Alegre)	49,7	1	1	1	347,9

Quadro 1 – Linhas e Partidas em Cantagalo/RJ

INDICADORES

Os indicadores de uso calculados pela Planilha se encontram abaixo e estão baseados nos valores acima informados de demanda de passageiros, frota e percurso. O Índice de Passageiros por Quilômetro (IPK) é calculado a partir da divisão entre o número de passageiros transportados e a distância total percorrida pelo sistema. O Percurso Médio Mensal é calculado ao dividir a distância total percorrida pela frota operante do sistema. O número de Passageiros Transportados por Veículo por Dia representa o carregamento médio de passageiros a cada ônibus por dia. De forma similar, o número de Passageiros Equivalentes por Veículos representa o carregamento médio de passageiros a cada ônibus, porém à uma escala mensal.

Índice de Passageiros por Quilômetro (IPK)	**1,07 passageiros/quilômetro**
Percurso Médio Mensal	**6.367 km/veículo**
Passageiros Transportados por Veículo por Dia	**226 passageiros/veículos/dia**
Passageiros Equivalentes por Veículos	**6.790 passageiros/veículos/mês**

Quadro 2 – Indicadores de Uso do Sistema de Transporte Público Coletivo

INSUMOS

Esta subseção da Planilha ANTP estabelece os parâmetros básicos utilizados no cálculo dos custos do sistema de transporte coletivo. Em termos práticos, os insumos iniciais (consumo médio de combustível, valores de aquisição e depreciação de veículos, preços-base de insumos, salários, benefícios, encargos trabalhistas e taxas de remuneração de serviço e de capital) foram subsidiados pelos valores históricos utilizados no serviço do município, mas foram revistos e recalibrados à luz de dados secundários atualizados e, em casos específicos, pelos valores de referência da ANTP. As revisões realizadas visaram garantir que a planilha reflita a nova realidade operacional – com maior número de itinerários, variantes e partidas – e produza resultados compatíveis com a previsão de custos e a necessidade de subsídio para manutenção do Tarifa Zero.

A seção encontra-se organizada de forma a apresentar os pricipais custos e insumos utilizados na Planilha ANTP, Consumo de Combustível, Custo de Aquisição, Depreciação de Veículos, Insumos para Cálculo dos Custos de Operação. Adotou-se como referência o consumo médio indicado para o tipo de ônibus básico exigido no edital, fixado em 0,407 L/km, resultando em uma estimativa consolidada de 12.956 litros/mês para o sistema com a configuração de oferta considerada.

Os valores de compra e a base para cálculo da depreciação foram parametrizados a partir do valor de R$ 547.000,00 para o veículo rural, e R$ 723.900,00 para os veículos urbanos, ajustado para a frota necessária à operação expandida, totalizando R$ 4.166.500,00 como referência de investimento inicial para os veículos. No terceiro bloco, estão consolidados os insumos e parâmetros utilizados no cálculo operacional, conforme tabela a seguir.

Custo do Óleo Diesel	**R$ 6,05**
Custo de Lubrificante	**0,04000 litro/km**
Custo de Arla 32	**R$/litro 8,00**
Preço de Ônibus Básico Novo	**R$ 723.900,00**
Salário de Motorista	**2004,43**
Salário de Cobrador	**R$ 00,00**
Salário de Despachante	**1412,40**
Benefícios	**6914,37**
Encargos Sociais	**41,99%**
IPVA	**R$ 7.142,40**
SELIC de Referência	**15,00%**
Taxa de Remuneração de Capital	**0,12%**
Taxa de Remuneração de Serviço	**8,84%**

Quadro 3 – Insumos de Custo Utilizados para Cálculo da Planilha

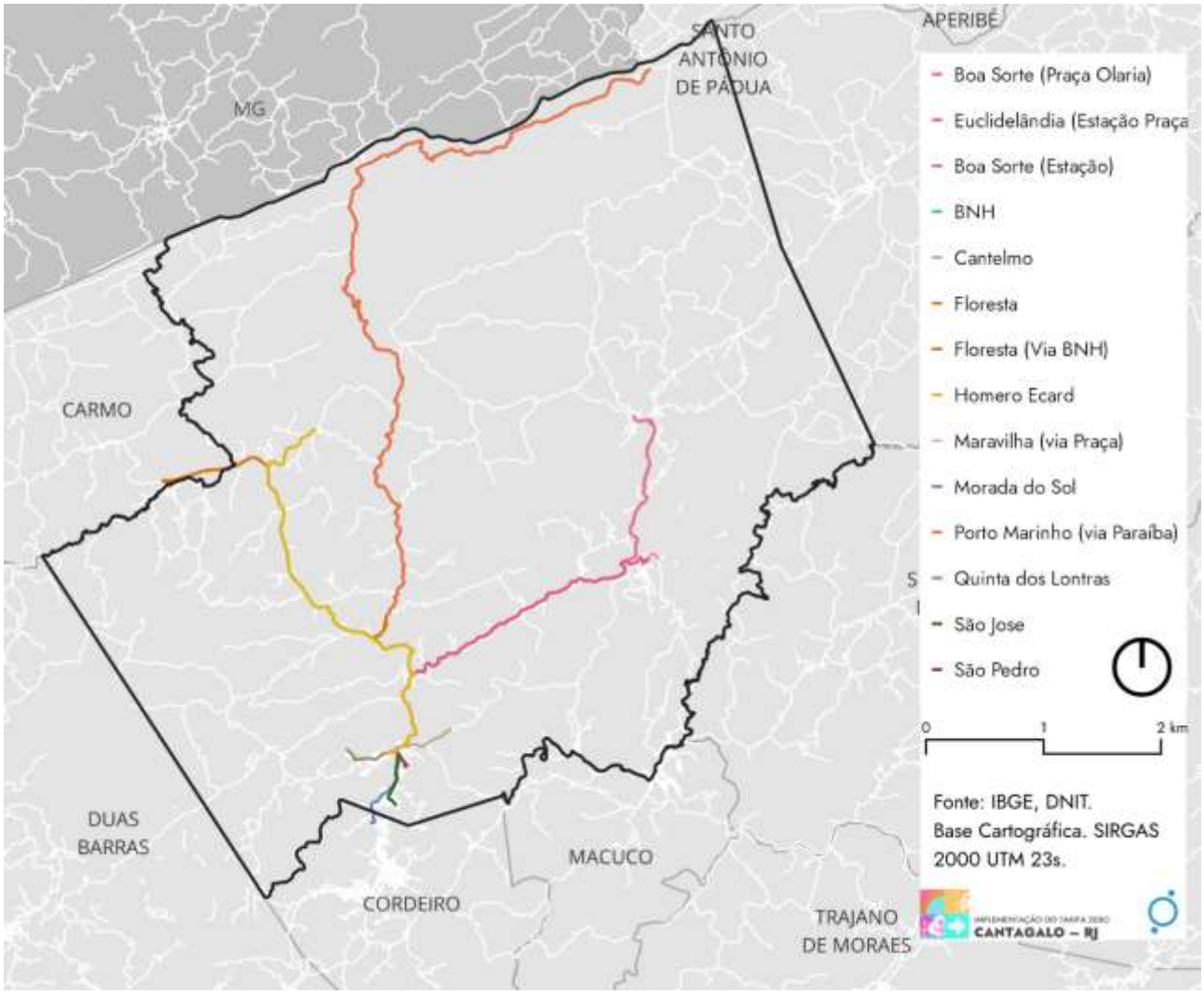
CUSTOS

A tarifa pública técnica implícita na Planilha de Referência foi calculada a partir do Custo Total Mensal (CT) e da estimativa de demanda adotada (passageiros/mês). Utilizando os valores consolidados na planilha:

- **Custo Variável:** R$ 120.734,66
- **Custo Fixo:** R$ 108.675,68
- **Remuneração da Prestação dos Serviços (RPS):** R$ 20.277,58
- **Custo por Passageiro Transportado:** R$ 8,23
- **Tarifa Técnica:** R$ 8,23
- **Tarifa Praticada:** Gratuita.
- **Passageiros (mensal):** 33.948
- **Custo por quilômetro:** R$ 8,78
- **Quilometragem mensal estimada:** 31.832,99
- **Quilometragem global estimada:** 1.909.979,40*
- **Custo Total Mensal Estimado (CT):** R$ 279.493,65*
- **Custo Global do Contrato Estimado:** R$ 16.769.619,13*

*** Valores arredondados para duas casas decimais.**

ANEXO I
QUADRO DE LINHAS E HORÁRIOS



Grupo de Linhas São José

Grupos	Linha	Quilometragem	Dias úteis	Sábados	Domingos / Feriados
São José	São José - Rodoviária (via Quinta dos Lontras)	8,6	1	0	0
	São José - Rodoviária (São Pedro/Quinta dos Lontras)	7,1	1	0	0
	Rodoviária - São José	3	9	4	3
	São José - Rodoviária	3,8	7	8	3
	São José - Rodoviária (Cantelmo)	7,5	1	0	0
	Rodoviária (Morada do Sol/São José/Cantelmo/Quinta dos Lontras	20,6	1	0	0
	Rodoviária - São José (Cantelmo)	8,5	1	2	0
	Rodoviária - São José (Quinta dos Lontras/Cantelmo/São Pedro/São José/Morada do Sol)	24,2	1	0	0
	Rodoviária - São José (São Pedro)	5,4	0	2	0

Grupo de Linhas Boa Sorte / Euclidelândia

Grupos	Linha	Quilometragem	Dias úteis	Sábados	Domingos / Feriados
Boa Sorte | Euclidelândia	Rodoviária - Boa Sorte (via Estação)	23,3	2	1	1
	Boa Sorte - Rodoviária (via Estação)	23,3	3	0	0
	Rodoviária - Boa Sorte (Praça)	24,5	4	1	1
	Boa Sorte - Rodoviária (via Praça)	24,5	5	2	2
	Rodoviária - Boa Sorte (via Praça/Industrial/Maravilha)	20,8	2	1	0
	Boa Sorte - Rodoviária (Praça/Industrial/Maravilha)	20,8	1	1	0

Grupo de Linhas Floresta

Grupos	Linha	Quilometragem	Dias úteis	Sábados	Domingos / Feriados
Floresta	Rodoviária - Floresta	22,7	1	0	0
	Floresta - Rodoviária	22,7	1	0	0
	Rodoviária - Floresta (via BNH)	26,2	7	3	2
	Floresta - Rodoviária (via BNH)	26,2	7	3	1
	Rodoviária - Homero Ecard	20,7	0	1	0
	Homero Ecard - Rodoviária	20,7	0	1	0
	Floresta - Rodoviária (via Homero Ecard)	29,2	0	0	1

Grupo de Linhas São Sebastião da Paraíba

Grupos	Linha	Quilometragem	Dias úteis	Sábados	Domingos / Feriados
Paraíba	Porto Marinho - S.S Paraíba - Rodoviária (via Homero Ecard)	57,1	1	0	0
	Rodoviária - S.S Paraíba - Porto Marinho (via Homero Ecard)	57,7	1	0	0
	Rodoviária - Homero Ecard	29,2	2	0	0
	Homero Ecard - Rodoviária	29,2	2	0	0
	Porto Marinho - S.S Paraíba - Rodoviária (via Campo Alegre)	49,7	1	1	1
	Rodoviária - S.S Paraíba - Porto Marinho (via Campo Alegre)	49,7	1	1	1

1.1 Passageiros

Legenda	
	Entrada de dados
	Entrada de dados com valor de referência
	Resultado

1.1.1. Passageiros Transportados *por mês (PT)*

Comum	33.948
Vale-Transporte	0
Estudante	0
Gratuidade	0
Outros	0

Passageiros Transportados (PT)	33.948

1.1.2. Passageiros Equivalentes *(PE)*

1.1.2.*a Tarifa Pública Vigente (TPU)*

Tarifas públicas "i" vigentes (*TPi*) (em R$)									
TP_1	TP_2	TP_3	TP_4	TP_5	TP_6	TP_7	TP_8	TP_9	TP_{10}
0,00	0,00	0,00							

1.1.2.*b Deseja informar dados de modo (marcar X):*

Detalhado:		***(ir para o item 1.1.2.c)***
Média mensal consolidada:	*x*	***(ir para o item 1.1.2.d)***

1.1.2.*c. Passageiros pagantes por tarifa pública (Anexo I)*

		Passageiros Pagantes por mês [m] e Tarifa Pública [TP]i (passageiros/mês)									
		TP_1	TP_2	TP_3	TP_4	TP_5	TP_6	TP_7	TP_8	TP_9	TP_{10}
Mês [m]i	*[m] 1*	-	-	-							
	[m] 2	-	-	-							
	[m] 3	-									
	[m] 4	-									
	[m] 5	-									
	[m] 6	-									
	[m] 7	-									
	[m] 8	-									
	[m] 9	-									
	[m] 10	-									
	[m] 11	-									
	[m] 12	-									

1.1.2.d. Média mensal de Passageiros pagantes por tarifa pública

	TP_1	TP_2	TP_3	TP_4	TP_5	TP_6	TP_7	TP_8	TP_9	TP_{10}
Média mensal de passageiros pagantes	-	-	-							

1.1.2.e. Receita média mensal por tarifa pública (RT)

Receita média mensal por tarifa pública (em R$)									
TP_1	TP_2	TP_3	TP_4	TP_5	TP_6	TP_7	TP_8	TP_9	TP_{10}
0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

1.1.2.f. Receita Integrada (RI) **refere-se aos recursos ($) especificamente arrecadados nas viagens com integração. Essa informação é usada apenas na análise de risco (aba A.XV. Detalhado)**

Receita da Integração	

1.2 Quilometragem Programada (KP)

Legenda	
	Entrada de dados
	Entrada de dados com valor de referência
	Resultado

1.2.a. ***Período de análise M (em meses):*** *1*

1.2.b. ***Deseja informar dados de modo (marcar X):***

Consolidado mensal:		***(ir para o item 1.2.c)***
Detalhado:	*X*	***(ir para o item 1.2.d)***

1.2.c. ***Quilometragem programada média mensal do sistema (consolidada):***

Extensão programada:	*31.832,99*	*km*

1.2.e. ***Fator de km mensal improdutiva***

Perda (porcentagem):	*5,00%*

KM MENSAL	31.833	
28.399	2.092	1.343

1.2.d. ***Quilometragem programanda por linha (detalhada)[Anexo II]:***

ID	Linha (nº)	Quant. de dias de operação no período de análise M (QD[K])			Quant. viagens prog. p/ linhas de ônibus "*i*" em um tipo de dia de operação "*k*" (KV[k]I)			km prog. p/ linha de ônibus "*i*" em um tipo de dia de operação "*k*" (KL[k]I)			km mensal improdutiva (IK)			Quilometragem programada mensal (com improdutiva)		
		Unidade: dias			Unidade: viagens			Unidade: km			Unidade: km			Unidade: km		
		Dias úteis	Sábados	Domingos / Feriados	Dias úteis	Sábados	Domingos / Feriados	Dias úteis	Sábados	Domingos / Feriados	Dias úteis	Sábados	Domingos / Feriados	Dias úteis	Sábados	Domingos / Feriados
1	São José - Rodoviária (via Quinta dos Lontras)	22	4	4	1	0	0	8,6	8,6	8,6	0,4	0,4	0,4	199	0	0
2	São José - Rodoviária (São Pèdro/Quinta dos Lontras)	22	4	4	1	0	0	7,1	7,1	7,1	0,4	0,4	0,4	164	0	0
3	Rodoviária - São José	22	4	4	9	4	3	3	3	3	0,2	0,2	0,2	653	53	40
4	São José - Rodoviária	22	4	4	7	8	3	3,8	3,8	3,8	0,2	0,2	0,2	644	134	50
5	São José - Rodoviária (Cantelmo)	22	4	4	1	0	0	7,5	7,5	7,5	0,4	0,4	0,4	182	0	0
6	Rodoviária (Morada do Sol/São José/Cantelmo/Quinta dos Lontras	22	4	4	1	0	0	20,6	20,6	20,6	1,0	1,0	1,0	499	0	0
7	Rodoviária - São José (Cantelmo)	22	4	4	1	2	0	8,5	8,5	8,5	0,4	0,4	0,4	206	75	0
8	Rodoviária - São José (Quinta dos Lontras/Cantelmo/São Pedro/São José/Mo	22	4	4	1	0	0	24,2	24,2	24,2	1,2	1,2	1,2	586	0	0
9	Rodoviária - São José (São Pedro)	22	4	4	0	2	0	5,4	5,4	5,4	0,3	0,3	0,3	0	48	0
10	Rodoviária - Boa Sorte (via Estação)	22	4	4	2	1	1	23,3	23,3	23,3	1,2	1,2	1,2	1.128	103	103
11	Boa Sorte - Rodoviária (via Estação)	22	4	4	3	0	0	23,3	23,3	23,3	1,2	1,2	1,2	1.539	1	1
12	Rodoviária - Boa Sorte (Praça)	22	4	4	4	1	1	24,5	24,5	24,5	1,2	1,2	1,2	2.157	99	99
13	Boa Sorte - Rodoviária (via Praça)	22	4	4	5	2	2	24,5	24,5	24,5	1,2	1,2	1,2	2.696	197	197
14	Rodoviária - Boa Sorte (via Praça/Industrial/Maravilha)	22	4	4	2	1	0	20,8	20,8	20,8	1,0	1,0	1,0	916	84	1
15	Boa Sorte - Rodoviária (Praça/Industrial/Maravilha)	22	4	4	1	1	0	20,8	20,8	20,8	1,0	1,0	1,0	459	84	1
16	Rodoviária - Floresta	22	4	4	1	0	0	22,7	22,7	22,7	1,1	1,1	1,1	501	1	1
17	Floresta - Rodoviária	22	4	4	1	0	0	22,7	22,7	22,7	1,1	1,1	1,1	501	1	1
18	Rodoviária - Floresta (via BNH)	22	4	4	7	3	2	26,2	26,2	26,2	1,3	1,3	1,3	4.036	316	211
19	Floresta - Rodoviária (via BNH)	22	4	4	7	3	1	26,2	26,2	26,2	1,3	1,3	1,3	4.036	316	106
20	Rodoviária - Homero Ecard	22	4	4	0	1	0	20,7	20,7	20,7	1,0	1,0	1,0	1	84	1
21	Homero Ecard - Rodoviária	22	4	4	0	1	0	20,7	20,7	20,7	1,0	1,0	1,0	1	84	1
22	Floresta - Rodoviária (via Homero Ecard)	22	4	4	0	0	1	29,2	29,2	29,2	1,5	1,5	1,5	1	1	118
23	Porto Marinho - S.S Paraíba - Rodoviária (via Homero Ecard)	22	4	4	1	0	0	57,1	57,1	57,1	2,9	2,9	2,9	1.259	3	3
24	Rodoviária - S.S Paraíba - Porto Marinho (via Homero Ecard)	22	4	4	1	0	0	57,7	57,7	57,7	2,9	2,9	2,9	1.272	3	3
25	Rodoviária - Homero Ecard	22	4	4	2	0	0	29,2	29,2	29,2	1,5	1,5	1,5	1.286	1	1
26	Homero Ecard - Rodoviária	22	4	4	2	0	0	29,2	29,2	29,2	1,5	1,5	1,5	1.286	1	1
27	Porto Marinho - S.S Paraíba - Rodoviária (via Campo Alegre)	22	4	4	1	1	1	49,7	49,7	49,7	2,5	2,5	2,5	1.096	201	201
28	Rodoviária - S.S Paraíba - Porto Marinho (via Campo Alegre)	22	4	4	1	1	1	49,7	49,7	49,7	2,5	2,5	2,5	1.096	201	201

1.3 Frota total (FT)

1.3.1. Classificação dos veículos *(PT)*

	ABNT NBR 15570:2009		
	Capacidade	PBT mínimo	Comprimento total máximo
Microônibus	Entre 10 e 20 passageiros (exclusivamente sentados)	5t	7,4m
Miniônibus	Mínimo de 30 passageiros (sentados e em pé)	8t	9,6m
Midiônibus	Mínimo de 40 passageiros (sentados e em pé)	10t	11,5m
Ônibus básico	Mínimo de 70 passageiros (sentados e em pé)	16t	14m
Ônibus padron	Mínimo de 80 passageiros (sentados e em pé)	16t	14m
Ônibus articulado	Mínimo de 100 passageiros (sentados e em pé)	26t	18,6m
Ônibus biarticulado	Mínimo de 160 passageiros (sentados e em pé)	36t	30m

Legenda	
	Entrada de dados
	Entrada de dados com valor de referência
	Resultado

1.3.2. Cálculo da Frota

1.3.2.*a* Composição da frota (tipologia do veículo)

Classe do veículo	Sem ar condicionado		Com ar condicionado	
	Sem transmissão automática	Com transmissão automática	Sem transmissão automática	Com transmissão automática
Microônibus	0	0	1	0
Miniônibus	0	0	0	0
Midiônibus	0	0	0	0
Ônibus básico	0	0	5	0
Ônibus padron	0	0	0	0
Ônibus articulado	0	0	0	0
Ônibus biarticulado	0	0	0	0

1.3.2.b Composição da frota (classe e idade do veículo)

Classe do veículo	Idade do veículo	Sem ar condicionado		Com ar condicionado	
		Sem transmissão automática	Com transmissão automática	Sem transmissão automática	Com transmissão automática
Microônibus	0				
	1			1	
	2				
	3				
	4				
	5	0	0	1	0
Miniônibus	0				
	1				
	2				
	3				
	4				
	5	0	0	0	0
Midiônibus	0				
	1				
	2				
	3				
	4				
	5		0	0	0
	6				
	7	0			
	8				
Ônibus básico	0				
	1			5	
	2				
	3				
	4				
	5		0	0	0
	6				
	7				
	8	0		0	
	0				
	1				
	2				

Ônibus padron	3				
	4				
	5	0	0	0	0
	6				
	7				
	8				
	9				
	10				
Ônibus articulado	0				
	1				
	2				
	3				
	4				
	5	0	0	0	0
	6				
	7				
	8				
	9				
	10				
	11				
	12				
Ônibus biarticulado	0				
	1				
	2				
	3				
	4				
	5	0	0	0	0
	6				
	7				
	8				
	9				
	10				
	11				
	12				

1.4 Indicadores

Legenda	
	Entrada de dados
	Entrada de dados com valor de referência
	Resultado

1.4.1. Índice de Passageiros por Quilômetro (IPK)

1.4.1.1	*Tarifa pública de preponderante vigente (TPU)*	-	*R$*
1.4.1.2	*Receita média mensal total do sistema (RT)*	-	*R$/mês*
1.4.1.3	*Média mensal de passageiros transportados (PT)*	**33.948**	*passageiros/mês*
1.4.1.4	*Média mensal de passageiros pagantes equivalentes (PE)*	33.948	*passageiros/mês*
1.4.1.5	*Média mensal da quilometragem programada (KP)*	**31.833**	*km/mês*
1.4.1.6	*Índice de passageiro por quilômetro (IPK)*	**1,07**	*pass./km*
1.4.1.7	*Índice de passageiro equivalentes por quilômetro (IPKe)*	**1,07**	*pass./km*

1.4.2. Percurso Médio Mensal (PMM)

1.4.2.1	*Frota total=*			**6**	*ônibus*
1.4.2.2	*Frota operante =*	*90%*	***x FT***	**5**	*ônibus*
1.4.2.3	*Frota funcional =*	*10%*	***x FT***	**1**	*ônibus*
1.4.2.4	*Percurso Médio Mensal*			**6.367**	*km/veículo*

1.4.3. Passageiros Transportados por Veículos por Dia (PVD)

1.4.3.1	Periodo de análise N (em dias)	30,00	*dias*
1.4.3.2	*Passageiros transportados por dia*	**226**	*Pass/veículo/dia*

1.4.4. Passageiros Equivalentes por Veículos (PMV)

1.4.4.1	*Passageiros equivalentes por veículo*	**6.790**	*pass/veículo/mês*

2.1.a Consumo de Combustível *Consultar a aba A.III.Combustível*

Legenda	
	Entrada de dados
	Entrada de dados com valor de referência
	Resultado

2.1.a.i Deseja informar dados de modo (marcar X):

Consolidado:	***x***	***(ir para o item 2.1.a.ii)***
Detalhado:		***(ir para o item 2.1.a.iii)***

2.1.a.ii Consumo σz (l/km) para cada tipo de veículo (consolidado)

Classe do veículo	Sem ar condicionado		Com ar condicionado	
	Sem transmissão automática	Com transmissão automática	Sem transmissão automática	Com transmissão automática
Microônibus	0,240		0,264	
Miniônibus	0,300		0,330	
Midiônibus	0,340		0,374	
Ônibus básico	0,370		0,407	
Ônibus padron	0,450		0,495	
Ônibus articulado	0,650		0,715	
Ônibus biarticulado	0,860		0,946	

2.1.a.iii Quantidade de combustível utilizada por tipo de veículo (detalhado)

Classe do veículo	Sem ar condicionado		Com ar condicionado	
	Sem transmissão automática	Com transmissão automática	Sem transmissão automática	Com transmissão automática
Microônibus				
Miniônibus				
Midiônibus				
Ônibus básico				
Ônibus padron				
Ônibus articulado				
Ônibus biarticulado				

2.1.a.iv Quantidade de quilometros percorridos por tipo de veículo (detalhado)

Classe do veículo	Sem ar condicionado		Com ar condicionado	
	Sem transmissão automática	Com transmissão automática	Sem transmissão automática	Com transmissão automática
Microônibus				
Miniônibus				
Midiônibus				
Ônibus básico				
Ônibus padron				
Ônibus articulado				
Ônibus biarticulado				

2.1.a.v Consumo σz (l/km) para cada tipo de veículo (detalhado)

Classe do veículo	Sem ar condicionado		Com ar condicionado	
	Sem transmissão automática	Com transmissão automática	Sem transmissão automática	Com transmissão automática
Microônibus				
Miniônibus				
Midiônibus				
Ônibus básico				
Ônibus padron				
Ônibus articulado				
Ônibus biarticulado				

2.1.a.vi KPz: **média mensal da quilometragem programada para cada tipo de veículo** *Verificar seção 1.2 do Capítulo 1*

Classe do veículo	Sem ar condicionado		Com ar condicionado	
	Sem transmissão automática	Com transmissão automática	Sem transmissão automática	Com transmissão automática
Microônibus			X	
Miniônibus			0	
Midiônibus			0	
Ônibus básico			31.833	
Ônibus padron				
Ônibus articulado				
Ônibus biarticulado				

2.1.a.vii Consumo total para cada tipo de veículo

Classe do veículo	Sem ar condicionado		Com ar condicionado	
	Sem transmissão automática	Com transmissão automática	Sem transmissão automática	Com transmissão automática
Microônibus	0,00	0,00		0,00
Miniônibus	0,00	0,00	0,00	0,00
Midiônibus	0,00	0,00	0,00	0,00
Ônibus básico	0,00	0,00	12.956,02	0,00
Ônibus padron	0,00	0,00	0,00	0,00
Ônibus articulado	0,00	0,00	0,00	0,00
Ônibus biarticulado	0,00	0,00	0,00	0,00

Consumo total / mês	***12.956***	**litros**

2.1.b Cálculo do Valor do Veículo Básico (VEC[básico])

2.1.b.i Valor do veículo novo por classe de veículo (VEC z)

Classe do veículo	Sem ar condicionado		Com ar condicionado	
	Sem transmissão automática	Com transmissão automática	Sem transmissão automática	Com transmissão automática
Microônibus	427.000,00		547.000,00	
Miniônibus				
Midiônibus				
Ônibus básico	547.000,00		723.900,00	
Ônibus padron				
Ônibus articulado				
Ônibus biarticulado				

2.1.b.ii Valor do investimento (veículos de apoio)

Classificação do veículo	Valor do veículo
Caminhão-oficina	R$ 0
Caminhão-guincho	R$ 0
Caminhoneta	R$ 0
Automóvel (básico)	R$ 0
Motocicleta	R$ 0

tratados em despesas administrativas (3.7.18)

2.1.b.iii Nominador para ponderação do VEC

Classe do veículo	Sem ar condicionado		Com ar condicionado	
	Sem transmissão automática	Com transmissão automática	Sem transmissão automática	Com transmissão automática
Microônibus	0	0	547.000	0
Miniônibus	0	0	0	0
Midiônibus	0	0	0	0
Ônibus básico	0	0	3.619.500	0
Ônibus padron	0	0	0	0
Ônibus articulado	0	0	0	0
Ônibus biarticulado	0	0	0	0

2.1.b.iv Denominador para ponderação do VEC

Classe do veículo	Sem ar condicionado		Com ar condicionado	
	Sem transmissão automática	Com transmissão automática	Sem transmissão automática	Com transmissão automática
Microônibus			1	
Miniônibus				
Midiônibus				
Ônibus básico			5	
Ônibus padron				
Ônibus articulado				
Ônibus biarticulado				

2.1.b.v Valor do veículo novo por classe de veículo sem rodagem (VECz[Ø])

Classe do veículo	Sem ar condicionado		Com ar condicionado	
	Sem transmissão automática	Com transmissão automática	Sem transmissão automática	Com transmissão automática
Microônibus	427.000,00		547.000,00	
Miniônibus				
Midiônibus				
Ônibus básico	547.000,00		723.900,00	
Ônibus padron				
Ônibus articulado				
Ônibus biarticulado				

VEC	**R$ 694.416,67**
VEC[básico]	**R$ 723.900,00**

4.166.500,00

[1] *Deve-se preencher todas as celulas abaixo. Se não houver investimentos em determinados itens ou taxas e tributos, por exemplo,* ***preenche-se com o valor zero*** *. Caso a celula não seja preenchida com alguma valor adotar-se-á os valores de referência para o respectivo item*

[2] *Os valores de referência para os insumos abaixo estão descritos no Capítulo 3 da publicação "Cálculo dos Custos dos Serviços de Transporte Coletivo Urbano por Ônibus"*

					Instrução de preenchimento
3.1.	*Óleo diesel (OLD)*				
3.1.1	*Preço do óleo diesel*	6,0500	*R$/litro*	*Pesquisa de mercado*	
3.2.	*Lubrificantes (CLB)*				
3.2.1	*Coeficiente de correlação do consumo de lubrificante relacionado ao consumo de óleo diesel*	0,04000	*litro/km*	*Buscar valor na aba A.IV - Lubrificantes*	
3.3.	*ARLA 32 (ARL)*				
3.3.1	*Preço do Arla 32*	8,0000	*R$/litro*	*Pesquisa de mercado*	
3.3.2	*Coeficiente de correlação do consumo do ARLA 32 relacionado ao preço do óleo diesel*	0,030	*adimensional*	*Buscar valor no Anexo V*	
3.4.	*Rodagem (ROD)*	*Verificar Anexo VI*			
3.4.1	*Preço do pneu novo*	*215/75 R17,6*	-	*R$/unidade*	*Pesquisa de mercado*
		275/80 R22,6	-	*R$/unidade*	*Pesquisa de mercado*
		295/80 R22,6	-	*R$/unidade*	*Pesquisa de mercado*
3.4.2	*Preço da recapagem*	*215/75 R17,6*	-	*R$/unidade*	*Pesquisa de mercado*
		275/80 R22,6	360,00	*R$/unidade*	*Pesquisa de mercado*
		295/80 R22,6	-	*R$/unidade*	*Pesquisa de mercado*
3.5	*Custos Ambientais (CAB)*				
3.5.1	*Fator de correlação entre os custos ambientais e o preço médio do ônibus básico novo*	0,010000	*adimensional*	*Buscar valor no Anexo VIII*	
3.6	*Veículo (VEC)*				
3.6.1	*Preço médio ônibus básico novo*	R$ 723.900,00	*R$/veículo*	*Buscar valor na aba 4.7.1.VEC*	
3.7	*Salários e benefícios (SAB)*				
3.7.1	*Salário do Motorista (SAL mot)*	2.004,43	*R$/mês*	*Valor praticado*	
3.7.2	*Salário do Cobrador (SAL cob)*	-	*R$/mês*	*Valor praticado*	
3.7.3	*Salário do Despachante (SAL des)*	1.412,40	*R$/mês*	*Valor praticado*	
3.7.4	*Salário do Fiscal (SAL fisc)*	-	*R$/mês*		
3.7.5	*Benefícios do Motorista (BEN mot)*	6.914,37	*R$/mês*	*Valor praticado*	
3.7.6	*Benefícios do Cobrador (BEN cob)*	-	*R$/mês*	*Valor praticado*	
3.7.7	*Benefícios do Despachante (BEN des)*	-	*R$/mês*	*Valor praticado*	
3.7.8	*Benefícios do Fiscal (BEN fisc)*	-	*R$/mês*		
3.7.9	*Fator de utilização dos Motoristas (FUT mot)*	2,8000	*adimensional*	*Buscar valor no Anexo XII*	
3.7.10	*Fator de utilização dos Cobradores (FUT cob)*	-	*adimensional*	*Buscar valor no Anexo XII*	
3.7.11	*Fator de utilização dos Despachantes (FUT des)*	-	*adimensional*	*Buscar valor no Anexo XII*	
3.7.12	*Fator de utilização dos Fiscais (FUT fisc)*	-	*adimensional*	*Buscar valor no Anexo XII*	
3.7.13	*Fator de utilização físico dos Motoristas (FUF mot)*	-	*adimensional*	*Buscar valor no Anexo XII*	
3.7.14	*Fator de utilização físico dos Cobradores (FUF cob)*	-	*adimensional*	*Buscar valor no Anexo XII*	
3.7.15	*Fator de utilização físico dos Despachantes (FUF des)*	-	*adimensional*	*Buscar valor no Anexo XII*	
3.7.16	*Fator de utilização físico dos Fiscais (FUF fisc)*	-	*adimensional*	*Buscar valor no Anexo XII*	
3.7.17	*Encargo Social (ECS)*	41,99	*%*	*Valor praticado*	
3.7.18	*Despesas pessoal de manutenção, administrativo e diretoria em relação ao pessoal operacional (Θ)*	10,34	*%*	*Buscar valor no Anexo XIII*	
3.8	*Taxas e Seguros*				
3.8.1	*Seguro obrigatório por veículo (VAS)*	100,00	*R$/ano*	*Valor praticado*	
3.8.2	*Taxa de licenciamento por veículo (VAT)*	1.200,00	*R$/ano*	*Valor praticado*	
3.8.3	*Seguro de responsabilidade civil facultativo (CDR)*	-	*R$/ano*	*Valor praticado*	
3.8.4	*IPVA*	7.142,40	*R$/ano*	*Valor praticado*	
3.9	*Infraestrutura*				
3.9.1	*Tempo de contrato a partir da data de realização do investimento (DUC)*	-	*anos*	*Valor praticado*	
3.9.2	*Valor do investimento em infraestrutura (VIN)*	-	*R$*	*Valor praticado*	
3.9.3	*Vida útil da infraestrutura(VUI)*	-	*anos*	*Valor praticado*	
3.9.4	*Estoque equivalente do almoxarifado*	-	*meses*	*Valor praticado*	
3.10	*Taxa de Remuneração do Capital (TRC)*				0
3.10.1	*Taxa do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia (SELIC)*	15,00%	*%*	*Pesquisa de mercado*	
3.10.2	*Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA)*	5,17%	*%*	*Pesquisa de mercado*	
3.10.3	*Taxa de Remuneração do Capital (TRC)*	0,12	*%*		
3.11	*Capital investido em terrenos, edificações e equipamentos de garagem*				
3.11.1	*Custos de investimento no terreno (CIT)*	-	*R$*	*Valor praticado*	
3.11.2	*Valor investido em edificações (CIE)*	-	*R$*	*Valor praticado*	
3.11.3	*Vida Útil das Edificações (VUE)*	-	*anos*	*Buscar valor no Anexo IX*	
3.11.4	*Valor Residual das Edificações (VRE)*	-	*%*	*Buscar valor no Anexo IX*	
3.11.5	*Valor investido em equipamentos de garagem (CIG)*	-	*R$*	*Valor praticado*	
3.11.6	*Vida Útil dos equipamentos de garagem (VUQ)*	-	*anos*	*Buscar valor no Anexo IX*	

3.11.7	Vida residual dos equipamentos de garagem (VRG)	-	%	Buscar valor no Anexo IX
3.11.8	Valor investido em equipamentos de bilhetagem e ITS (CEB)	-	R$	X (R$ 20.000/unidade)
3.11.9	Vida útil dos equipamentos de bilhetagem e ITS (VUB)	-	anos	Buscar valor no Anexo IX
3.11.10	Valor residual dos equipamentos de bilhetagem e ITS (VRB)	-	%	Buscar valor no Anexo IX

3.12 Serviços de terceiros, compartilhados e locações

3.12.1	Despesas de Comercialização, serviços prestados em terminais/estações de transferência e centrais de controle da operação (CCM)	-	R$/mês	Valor praticado
3.12.2	Valor anual da locação por equipamento locado por veículo (QL)	-	R$/veículo/ano	Valor praticado
3.12.3	Valor anual da locação de cada conjunto de equipamentos (QEL).....	-	R$/ano	Valor praticado
3.12.4	Quantidade de conjuntos de equipamentos locados (QEQ)	-	unidades	Valor praticado
3.12.5	Locação de garagem (CLG)	-	R$/mês	Valor praticado
3.12.6	Locação de Veículo de Apoio (CLA).....	-	R$/mês	Valor praticado

3.13 Taxa de remuneração do serviço (RPS)

3.13.1	Taxa de remuneração do serviço (RPS)	8,84	%	Buscar valor no Anexo XV

3.14	Despesas gerais (CDG).....	-	R$/ano	Buscar valor no Anexo XVI

3.15 Tributos Diretos (TRD)

3.15.1	Imposto sobre serviços de qualquer natureza (ISSQN)	5,00	%	Valor praticado
3.15.2	Programa de integração social (PIS)	0,65000	%	Valor praticado
3.15.3	Contribuição para o financiamento da seguridade social (COFINS)	3,00	%	Valor praticado
3.15.4	Taxa de ger. e adm. do sistema de transp. ou taxa de regulação do serviço e taxa de adm. de terminais	0,00	%	Valor praticado
3.15.5	INSS	2,00	%	Valor praticado
3.15.6	ICMS	0,00	%	Valor praticado
3.15.7	Outros tributos	0,00	%	Valor praticado

3.15 Subsídio (SUB)

3.15.1	Subsídio mensal para custeio da tarifa.....	-	R$/mês	Valor praticado

Legenda	
	Entrada de dados
	Entrada de dados com valor de referência
	Resultado

2.1	***Custo Variável***	**R$**	**120.734,66**
2.1.1	*Combustível (CMB)*	R$	78.383,95
2.1.2	*Lubrificantes (CLB)*	R$	7.703,58
2.1.3	*ARLA 32 (CAR)*	R$	3.109,45
2.1.4	*Rodagem (CRD)*	R$	1.375,18
2.1.5	*Peças e Acessórios (CPA)*	R$	26.543,00
2.1.6	*Custos Ambientais (CAB)*	R$	3.619,50

Legenda	
	Entrada de dados
	Entrada de dados com valor de referência
	Resultado

2.2	**Custo Fixo**	**R$**	**108.675,68**
2.2.1.	**Depreciação (CDP)**	**R$**	**63.116,60**
2.2.1.1	Veículos (DVE)	R$	63.116,60
2.2.1.2	Edificações e equipamentos de garagem (DED)	R$	**0,00**
2.2.1.3	Equipamentos de bilhetagem e ITS (DEQ)	R$	0,00
2.2.1.4	Veículos de apoio (DVA)	R$	0,00
2.2.1.5	Infraestrutura (DIN)	R$	0,00
2.2.2.	**Remuneração do Capital Imobilizado (CRC)**	**R$**	**348,62**
2.2.2.1	Veículos (RVE)	R$	348,62
2.2.2.2	Terrenos, edificações e equipamentos de garagem (RTE)	R$	0,00
2.2.2.3	Almoxarifado (RAL)	R$	0,00
2.2.2.4	Equipamentos de bilhetagem e ITS (REQ)	R$	0,00
2.2.2.5	Veículos de apoio (RVA)	R$	0,00
2.2.2.6	Infraestrutura (RIN)	R$	0,00
2.2.3.	**Custos com pessoal (CPS)**	**R$**	**43.965,26**
2.2.3.1	Operação (DOP)	R$	39.845,26
2.2.3.2	Pessoal de manutenção, administrativo e diretoria (DMA)	R$	4.120,00
2.2.4.	**Despesas administrativas (CAD)**	**R$**	**1.245,20**
2.2.4.1	Despesas gerais (CDG)	R$	0,00
2.2.4.2	Seguro obrigatório e taxa de licenciamento (CDS)	R$	650,00
2.2.4.3	Seguro de responsabilidade civil facultativo (CDR)	R$	0,00
2.2.4.4	IPVA	R$	595,20
2.2.4.5	Outras despesas operacionais (CCM)	R$	0,00
2.2.5.	**Locação dos equipamentos e sistemas de bilhetagem e ITS (CLQ)**	**R$**	**0,00**
2.2.6.	**Locação de garagem (CLG)**	**R$**	**0,00**
2.2.7.	**Locação de Veículos de Apoio (CLA)**	**R$**	**0,00**

Legenda	
	Entrada de dados
	Entrada de dados com valor de referência
	Resultado

2.3	***Remuneração da prestação dos serviços (RPS)***	**R$ 20.277,58**
2.3.1.	***Custo Variável***	**R$ 120.734,66**
2.3.2.	***Custo Fixo***	**R$ 108.675,68**

Legenda	
	Entrada de dados
	Entrada de dados com valor de referência

4.1	***Custo por Passageiro Transportado***	R$ 8,23169
4.3.1	***Custo total***	R$ 279.449,27
4.3.2	***Passageiros transportados***	33.948

8,78
Custo/km

Legenda	
	Entrada de dados
	Entrada de dados com valor de referência
	Resultado

4.2	***Tarifa Pública***	R$ 8,23169
4.2.1	***Custo total***	R$ 279.449,27
4.2.2	***Passageiros pagantes***	33.948,00
4.2.3	***Subsídio***	R$ 0,00

Legenda	
	Entrada de dados
	Entrada de dados com valor de referência
	Resultado

4. Cálculo do custo total mensal com impostos e tributos (CT)	**R$**	**279.449,27**
2.1 Custo Variável	**R$**	**120.734,66**
2.2 Custo Fixo	**R$**	**108.675,68**
2.3 Remuneração da prestação dos serviços (RPS)	**R$**	**20.277,58**
2.4 Tributos Diretos (ITR)		**11%**

Legenda	
	Entrada de dados
	Entrada de dados com valor de referência
	Resultado

	67.067.824,97
KM MENSAL	31.832,99
CUSTO MENSAL	279.449,27
KM/CUSTO	8,78

10.060.173,75

CUSTO GLOBAL (60 meses)

16.766.956,24

QUADRO RESUMO DOS CUSTOS (R$/MÊS)

DESCRIÇÃO	VALOR MENSAL	CUSTO/KM	CUSTO/VEÍCULO	%	% Custo Total
CUSTOS VARIÁVEIS					
Combustível (*CMB*)	R$ 78.383,95	R$ 2,46	R$ 13.063,99	64,92%	28,0%
Lubrificantes (*CLB*)	R$ 7.703,58	R$ 0,24	R$ 1.283,93	6,38%	2,8%
ARLA 32 (*CAR*)	R$ 3.109,45	R$ 0,10	R$ 518,24	2,58%	1,1%
Material de rodagem (*CRD*)	R$ 1.375,18	R$ 0,04	R$ 229,20	1,14%	0,5%
Peças e acessórios (*CPA*)	R$ 26.543,00	R$ 0,83	R$ 4.423,83	21,98%	9,5%
Custos ambientais (*CAB*)	R$ 3.619,50	R$ 0,11	R$ 603,25	3,00%	1,3%
TOTAL CUSTOS VARIÁVEIS	R$ 120.734,66	R$ 3,79	R$ 20.122,44	100%	43,2%
CUSTOS FIXOS					
Pessoal					
Operação	R$ 39.845,26	R$ 1,25	R$ 6.640,88	36,66%	14,3%
Manutenção, administrativo e diretoria (*DMA*)	R$ 4.120,00	R$ 0,13	R$ 686,67	3,79%	1,5%
subtotal	**R$ 43.965,26**	**R$ 1,38**	**R$ 7.327,54**	**40,46%**	15,7%
Administrativas					
Despesas gerais (*CDG*)	R$ -	R$ -	R$ -	0,00%	0,0%
DPVAT e licenciamento (*CDS*)	R$ 650,00	R$ 0,02	R$ 108,33	0,60%	0,2%
IPVA	R$ 595,20	R$ 0,02	R$ 99,20	0,55%	0,2%
Seguros (*CRD*)	R$ -	R$ -	R$ -	0,00%	0,0%
Outras despesas operacionais (*CCM*)	R$ -	R$ -	0	0,00%	0,0%
subtotal	**R$ 1.245,20**	**R$ 0,04**	**R$ 207,53**	**1,15%**	0,4%
Depreciação					
Veículos da frota (*DVE*)	R$ 63.116,60	R$ 1,98	R$ 10.519,43	58,08%	22,6%
Edificações e equipamentos de garagem (*DED*)	R$ -	R$ -	R$ -	0,00%	0,0%
Equipamentos de bilhetagem e ITS (*DEQ*)	R$ -	R$ -	R$ -	0,00%	0,0%
Veículos de apoio (*DVA*)	R$ -	R$ -	R$ -	0,00%	0,0%
Infraestrutura (*DIN*)	R$ -	R$ -	R$ -	0,00%	0,0%
subtotal	**R$ 63.116,60**	**R$ 1,98**	**R$ 10.519,43**	**58,08%**	22,6%
Remuneração					
Veículos da frota (*RVE*)	R$ 348,62	R$ 0,01	R$ 58,10	0,32%	0,1%
Terrenos, edificações e equipamentos de garagem (*RTE*)	R$ -	R$ -	R$ -	0,00%	0,0%
Almoxarifado (*RAL*)	R$ -	R$ -	R$ -	0,00%	0,0%
Equipamentos de bilhetagem e ITS (*REQ*)	R$ -	R$ -	R$ -	0,00%	0,0%
Veículos de apoio (*RVA*)	R$ -	R$ -	R$ -	0,00%	0,0%
Infraestrutura (*RIN*)	R$ -	R$ -	R$ -	0,00%	0,0%
subtotal	**R$ 348,62**	**R$ 0,01**	**R$ 58,10**	**0,32%**	0,1%

Outras despesas							
Locação dos equipamentos e sistemas de bilhetagem e ITS (*CLQ*)	R$	-	R$	-	R$	-	0,00%	0,0%
Locação de garagem (*CLG*)	R$	-	R$	-	R$	-	0,00%	0,0%
Locação de veículos de Apoio (*CLA*)	R$	-	R$	-	R$	-	0,00%	0,0%
subtotal	**R$**	**-**	**R$**	**-**	**R$**	**-**	**0,00%**	0,0%
TOTAL CUSTOS FIXOS	R$	108.675,68	R$	3,41	R$	18.112,61	100%	0,38889234
TOTAL CUSTOS VARIÁVEIS E FIXOS	R$	229.410,34	R$	7,21	R$	38.235,06		82,1%
REMUNERAÇÃO PELA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO (RPS)	R$	20.277,58	R$	0,64	R$	3.379,60		7,3%
TRIBUTAÇÃO								
Lei Federal nº 12.715 (INSS)							2,00%	0,0%
ISSQN							5,00%	0,0%
ICMS							0,00%	0,0%
Taxa de gerenciamento							0,00%	0,0%
PIS							0,65%	0,0%
COFINS							3,00%	0,0%
Outros							0,00%	0,0%
SOMA DAS ALÍQUOTAS DOS TRIBUTOS DIRETOS							10,65%	
TOTAL DE TRIBUTOS	R$	29.761,35	R$	0,84	R$	4.431,96		
CUSTO TOTAL	R$	279.449,27	R$	8,68	R$	46.046,61		

ANEXO III – Consumo de combustível

III.*a* Valores de referência (litros/km)*

		σ_z [mínimo]	σ_z [máximo]
Classe De Veículo	Micro-ônibus	0,24	0,29
	Miniônibus	0,3	0,34
	Midiônibus	0,34	0,38
	Ônibus básico	0,37	0,45
	Ônibus padron	0,45	0,65
	Ônibus articulado	0,65	0,85
	Ônibus biarticulado	0,86	0,95

Legenda
Entrada de dados
Entrada de dados com valor de referência
Resultado

*esses valores se referem a veículos operando sem ar-condicionado e sem transmissão automática.

ANEXO IV – RELAÇÃO ENTRE O PREÇO DE LUBRIFICANTES E CONSUMO DE ÓLEO DIESEL

IV.*a* Valor de referência

coeficiente de correlação do consumo de lubrificante relacionado ao consumo do óleo diesel	φ **médio**	
	0,0265	l/km

Legenda
Entrada de dados
Entrada de dados com valor de referência
Resultado

ANEXO V – CONSUMO DO ARLA 32 EM ÔNIBUS

V.a Valores de referência para Consumo do Arla 32 em ônibus

Consumo do Arla 32	*δ [minimo]*	*δ [máximo]*
	0,03	0,05

Legenda
Entrada de dados
Entrada de dados com valor de referência
Resultado

ANEXO VI – VIDA ÚTIL E RECAPAGEM DE PNEUS

VI.a. Valores de Referência de número de recapagens

β Mínimo	2
β Máximo	3

VI.b. Valores de Referência para vida útil dos pneus

Classe do veículo	PNUz Mínimo	PNUz Máximo
Microônibus	85.000	125.000
Miniônibus	85.000	125.000
Midiônibus	85.000	125.000
Ônibus básico	85.000	125.000
Ônibus padron	85.000	125.000
Ônibus articulado	85.000	125.000
Ônibus biarticulado	85.000	125.000

km

VI.c. Especificações de pneus por classe de veículo

Classe do veículo	Dimensões	Tipo	Número de Pneus (NP)
Microônibus	215/75 R17,5	Radiais sem câmara	6
Miniônibus	215/75 R17,5		6
Midiônibus	275/80 R22,5		6
Ônibus básico	275/80 R22,5		6
Ônibus padron	295/80 R22,5		6
Ônibus articulado	295/80 R22,5		10
Ônibus biarticulado	295/80 R22,5		14

pneus

VI.d. Custo da recapagem por estrato da frota

Classe do veículo	Número de recapagens (β)	Custo da recapagem (RECz)
Microônibus	*3*	0,00
Miniônibus	*3*	0,00
Midiônibus	*3*	6.480,00
Ônibus básico	*3*	6.480,00

Legenda
Entrada de dados
Entrada de dados com valor de referência
Resultado

Ônibus padron	*3*	0,00
Ônibus articulado	*3*	0,00
Ônibus biarticulado	*3*	0,00

VI.e. Custo do pneu novo por estrato da frota

Classe do veículo	Custo de pneus (PNUz)
Microônibus	0,00
Miniônibus	0,00
Midiônibus	0,00
Ônibus básico	0,00
Ônibus padron	0,00
Ônibus articulado	0,00
Ônibus biarticulado	0,00

VI.f. Custo de rodagem por estrato da frota

Classe do veículo	Vida útil rodagem (PNU_z)	Custo da rodagem (CRD)
Microônibus	*125.000*	0,00
Miniônibus	*125.000*	0,00
Midiônibus	*125.000*	0,00
Ônibus básico	*125.000*	0,26
Ônibus padron	*125.000*	0,00
Ônibus articulado	*125.000*	0,00
Ônibus biarticulado	*125.000*	0,00

Legenda	
	Entrada de dados
	Entrada de dados com valor de referência
	Resultado

ANEXO VII – PEÇAS E ACESSÓRIOS

VII.a Valores de referência para consumo anual de peças e acessórios

Consumo de Peças e Acessórios Faixa etária (*t*)	*μ*
0 a 2 anos	6%
3 a 4 anos	7%
5 a 6 anos	8%
7 a 8 anos	9%
9 a 10 anos	10%
acima de 10 anos	12%

Legenda	
	Entrada de dados
	Entrada de dados com valor de referência
	Resultado

ANEXO VIII – CUSTOS AMBIENTAIS

VIII.a Valores de referência para custos ambientais

Custos ambientais	α [minimo]	α [máximo]
	0,01	0,015

Legenda
Entrada de dados
Entrada de dados com valor de referência
Resultado

ANEXO IX – DEPRECIAÇÃO

IX.a. Depreciação de veículos

IX.a.1 Valores de referência para vida útil e valor residual por tipo de veículo

Classe do veículo	Vida Útil (Anos)	Valor Residual (%)
Microônibus	5	15%
Miniônibus		
Midiônibus	8	10%
Ônibus básico		
Ônibus padron	10	10%
Ônibus articulado	12	5%
Ônibus biarticulado		

Legenda	
	Entrada de dados
	Entrada de dados com valor de referência
	Resultado

IX.a.2 Fatores anuais de depreciação de veículos (λ ₜ ^[t])

Faixa etária (t) anos			Microônibus e Miniônibus	Midiônibus e Básico	Padron	Articulado e Biarticulado
0	-	***1***	0,2833333333	0,2000000000	0,1636363636	0,1461538462
1	-	***2***	0,2266666667	0,1750000000	0,1472727273	0,1339743590
2	-	***3***	0,1700000000	0,1500000000	0,1309090909	0,1217948718
3	-	***4***	0,1133333333	0,1250000000	0,1145454545	0,1096153846
4	-	***5***	0,0566666667	0,1000000000	0,0981818182	0,0974358974
5	-	***6***	0,0000000000	0,0750000000	0,0818181818	0,0852564103
6	-	***7***		0,0500000000	0,0654545455	0,0730769231
7	-	***8***		0,0250000000	0,0490909091	0,0608974359
8	-	***9***		0,0000000000	0,0327272727	0,0487179487
9	-	***10***			0,0163636364	0,0365384615
10	-	***11***			0,0000000000	0,0243589744
11	-	***12***				0,0121794872
	>	***12***				0,0000000000

IX.a.3 Número de veículos por classe e idade

Classe do veículo	Idade do veículo	Sem ar condicionado		Com ar condicionado	
		Sem transmissão automática	Com transmissão automática	Sem transmissão automática	Com transmissão automática
Microônibus	0	0	0	0	0
	1	0	0	1	0
	2	0	0	0	0
	3	0	0	0	0
	4	0	0	0	0
	5	0	0	1	0

Miniônibus	0	0	0	0	0
	1	0	0	0	0
	2	0	0	0	0
	3	0	0	0	0
	4	0	0	0	0
	5	0	0	0	0
Midiônibus	0	0	0	0	0
	1	0	0	0	0
	2	0	0	0	0
	3	0	0	0	0
	4	0	0	0	0
	5	0	0	0	0
	6	0	0	0	0
	7	0	0	0	0
	8	0	0	0	0
Ônibus básico	0	0	0	0	0
	1	0	0	5	0
	2	0	0	0	0
	3	0	0	0	0
	4	0	0	0	0
	5	0	0	0	0
	6	0	0	0	0
	7	0	0	0	0
	8	#REF!	0	0	0
Ônibus padron	0	0	0	0	0
	1	0	0	0	0
	2	0	0	0	0
	3	0	0	0	0
	4	0	0	0	0
	5	0	0	0	0
	6	0	0	0	0
	7	0	0	0	0
	8	0	0	0	0
	9	0	0	0	0
	10	0	0	0	0
	0	0	0	0	0
	1	0	0	0	0
	2	0	0	0	0
	3	0	0	0	0
	4	0	0	0	0
	5	0	0	0	0

Ônibus articulado	6	0	0	0	0
	7	0	0	0	0
	8	0	0	0	0
	9	0	0	0	0
	10	0	0	0	0
	11	0	0	0	0
	12	0	0	0	0
Ônibus biarticulado	0	0	0	0	0
	1	0	0	0	0
	2	0	0	0	0
	3	0	0	0	0
	4	0	0	0	0
	5	0	0	0	0
	6	0	0	0	0
	7	0	0	0	0
	8	0	0	0	0
	9	0	0	0	0
	10	0	0	0	0
	11	0	0	0	0
	12	0	0	0	0

IX.a.4 Depreciação dos veículos - etapa de cálculo

Classe do veículo	Idade do veículo	Sem ar condicionado		Com ar condicionado		λz
		Sem transmissão automática	Com transmissão automática	Sem transmissão automática	Com transmissão automática	
Microônibus	0	0,00000000	0,00000000	0,00000000	0,00000000	0,2833333333
	1	0,00000000	0,00000000	0,22666667	0,00000000	0,2266666667
	2	0,00000000	0,00000000	0,00000000	0,00000000	0,1700000000
	3	0,00000000	0,00000000	0,00000000	0,00000000	0,1133333333
	4	0,00000000	0,00000000	0,00000000	0,00000000	0,0566666667
	5	0,00000000	0,00000000	0,00000000	0,00000000	0,0000000000
Miniônibus	0	0,00000000	0,00000000	0,00000000	0,00000000	0,2833333333
	1	0,00000000	0,00000000	0,00000000	0,00000000	0,2266666667
	2	0,00000000	0,00000000	0,00000000	0,00000000	0,1700000000
	3	0,00000000	0,00000000	0,00000000	0,00000000	0,1133333333
	4	0,00000000	0,00000000	0,00000000	0,00000000	0,0566666667
	5	0,00000000	0,00000000	0,00000000	0,00000000	0,0000000000
Midiônibus	0	0,00000000	0,00000000	0,00000000	0,00000000	0,2000000000
	1	0,00000000	0,00000000	0,00000000	0,00000000	0,1750000000
	2	0,00000000	0,00000000	0,00000000	0,00000000	0,1500000000
	3	0,00000000	0,00000000	0,00000000	0,00000000	0,1250000000
	4	0,00000000	0,00000000	0,00000000	0,00000000	0,1000000000

	5	0,00000000	0,00000000	0,00000000	0,00000000	0,0750000000
	6	0,00000000	0,00000000	0,00000000	0,00000000	0,0500000000
	7	0,00000000	0,00000000	0,00000000	0,00000000	0,0250000000
	8	0,00000000	0,00000000	0,00000000	0,00000000	0,0000000000
Ônibus básico	0	0,00000000	0,00000000	0,00000000	0,00000000	0,2000000000
	1	0,00000000	0,00000000	0,87500000	0,00000000	0,1750000000
	2	0,00000000	0,00000000	0,00000000	0,00000000	0,1500000000
	3	0,00000000	0,00000000	0,00000000	0,00000000	0,1250000000
	4	0,00000000	0,00000000	0,00000000	0,00000000	0,1000000000
	5	0,00000000	0,00000000	0,00000000	0,00000000	0,0750000000
	6	0,00000000	0,00000000	0,00000000	0,00000000	0,0500000000
	7	0,00000000	0,00000000	0,00000000	0,00000000	0,0250000000
	8	#REF!	0,00000000	0,00000000	0,00000000	0,0000000000
Ônibus padron	0	0,00000000	0,00000000	0,00000000	0,00000000	0,1636363636
	1	0,00000000	0,00000000	0,00000000	0,00000000	0,1472727273
	2	0,00000000	0,00000000	0,00000000	0,00000000	0,1309090909
	3	0,00000000	0,00000000	0,00000000	0,00000000	0,1145454545
	4	0,00000000	0,00000000	0,00000000	0,00000000	0,0981818182
	5	0,00000000	0,00000000	0,00000000	0,00000000	0,0818181818
	6	0,00000000	0,00000000	0,00000000	0,00000000	0,0654545455
	7	0,00000000	0,00000000	0,00000000	0,00000000	0,0490909091
	8	0,00000000	0,00000000	0,00000000	0,00000000	0,0327272727
	9	0,00000000	0,00000000	0,00000000	0,00000000	0,0163636364
	10	0,00000000	0,00000000	0,00000000	0,00000000	0,0000000000
Ônibus articulado	0	0,00000000	0,00000000	0,00000000	0,00000000	0,1461538462
	1	0,00000000	0,00000000	0,00000000	0,00000000	0,1339743590
	2	0,00000000	0,00000000	0,00000000	0,00000000	0,1217948718
	3	0,00000000	0,00000000	0,00000000	0,00000000	0,1096153846
	4	0,00000000	0,00000000	0,00000000	0,00000000	0,0974358974
	5	0,00000000	0,00000000	0,00000000	0,00000000	0,0852564103
	6	0,00000000	0,00000000	0,00000000	0,00000000	0,0730769231
	7	0,00000000	0,00000000	0,00000000	0,00000000	0,0608974359
	8	0,00000000	0,00000000	0,00000000	0,00000000	0,0487179487
	9	0,00000000	0,00000000	0,00000000	0,00000000	0,0365384615
	10	0,00000000	0,00000000	0,00000000	0,00000000	0,0243589744
	11	0,00000000	0,00000000	0,00000000	0,00000000	0,0121794872
	12	0,00000000	0,00000000	0,00000000	0,00000000	0,0000000000
	0	0,00000000	0,00000000	0,00000000	0,00000000	0,1461538462
	1	0,00000000	0,00000000	0,00000000	0,00000000	0,1339743590
	2	0,00000000	0,00000000	0,00000000	0,00000000	0,1217948718
	3	0,00000000	0,00000000	0,00000000	0,00000000	0,1096153846

Ônibus biarticulado	4	0,00000000	0,00000000	0,00000000	0,00000000	0,0974358974
	5	0,00000000	0,00000000	0,00000000	0,00000000	0,0852564103
	6	0,00000000	0,00000000	0,00000000	0,00000000	0,0730769231
	7	0,00000000	0,00000000	0,00000000	0,00000000	0,0608974359
	8	0,00000000	0,00000000	0,00000000	0,00000000	0,0487179487
	9	0,00000000	0,00000000	0,00000000	0,00000000	0,0365384615
	10	0,00000000	0,00000000	0,00000000	0,00000000	0,0243589744
	11	0,00000000	0,00000000	0,00000000	0,00000000	0,0121794872
	12	0,00000000	0,00000000	0,00000000	0,00000000	0,0000000000

IX.a.4 Depreciação dos veículos - etapa de cálculo

Classe do veículo	Idade do veículo	Sem ar condicionado		Com ar condicionado	
		Sem transmissão automática	Com transmissão automática	Sem transmissão automática	Com transmissão automática
Microônibus	0	0,00		0,00	
	1	0,00		123.986,67	
	2	0,00		0,00	
	3	0,00		0,00	
	4	0,00		0,00	
	5	0,00		0,00	
Miniônibus	0				
	1				
	2				
	3				
	4				
	5				
Midiônibus	0				
	1				
	2				
	3				
	4				
	5				
	6				
	7				
	8				
Ônibus básico	0	0,00		0,00	
	1	0,00		633.412,50	
	2	0,00		0,00	
	3	0,00		0,00	
	4	0,00		0,00	
	5	0,00		0,00	
	6	0,00		0,00	

	7	0,00		0,00	
	8			0,00	
Ônibus padron	0				
	1				
	2				
	3				
	4				
	5				
	6				
	7				
	8				
	9				
	10				
Ônibus articulado	0				
	1				
	2				
	3				
	4				
	5				
	6				
	7				
	8				
	9				
	10				
	11				
	12				
Ônibus biarticulado	0				
	1				
	2				
	3				
	4				
	5				
	6				
	7				
	8				
	9				
	10				
	11				
	12				

IX.a.5 Depreciação dos veículos

DVE	**R$ 63.116,60**

ANEXO IX – DEPRECIAÇÃO

IX.b. Depreciação de edificações e equipamentos e mobiliário de garagem

IX.b.1 Valores de referência para vida útil e valor residual das edificações e equipamentos de garagem.

	Vida Útil (Anos)	Valor Residual (%)
Edificações	25	10
Equipamentos de garagem	10	0

IX.b.2 Coeficiente de depreciação das edificações (ϖ)

ϖ=	0

ϖ=	8,16%

IX.b.3 Coeficiente de depreciação dos equipamentos (τ)

τ=	0

τ=	2,74%

IX.b.4 Valores de referência para vida útil dos equipamentos de bilhetagem e ITS

Equip. Bilhetagem e ITS	Vida Útil (Anos)	Valor Residual (%)
	5	0

IX.b.5 Coeficiente de depreciação dos equipamentos de bilhetagem e ITS (χ)

χ=	0

χ=	4,00%

IX.b.6 Valores de referência para vida útil e valor residual dos veículos de apoio

Veículos de apoio	Vida Útil (Anos)	Valor Residual
Caminhão-oficina	15	10%
Caminhão-guincho	15	10%
Caminhoneta	8	15%
Automóvel (básico)	5	20%
Motocicleta	5	20%

Legenda	
	Entrada de dados
	Entrada de dados com valor de referência
	Resultado

ANEXO X – REMUNERAÇÃO DO CAPITAL IMOBILIZADO

X.a Remuneração do capital imobilizado em veículos

X.a.1 Valores de referência para vida útil e valor residual por tipo de veículo

Classe do veículo	Vida Útil (Anos)	Valor Residual (%)
Microônibus	5	15%
Miniônibus	5	15%
Midiônibus	8	10%
Ônibus básico	8	10%
Ônibus padron	10	10%
Ônibus articulado	12	5%
Ônibus biarticulado	12	5%

Legenda	
	Entrada de dados
	Entrada de dados com valor de referência
	Resultado

X.a.2 Número de veículos por classe e idade

Classe do veículo	Idade do veículo	Sem ar condicionado		Com ar condicionado		κ_z [t]
		Sem transmissão automática	Com transmissão automática	Sem transmissão automática	Com transmissão automática	
Microônibus	0	0	0	0	0	1,00000
	1	0	0	1	0	0,71667
	2	0	0	0	0	0,49000
	3	0	0	0	0	0,32000
	4	0	0	0	0	0,20667
	5	0	0	1	0	0,15000
Miniônibus	0	0	0	0	0	1,00000
	1	0	0	0	0	0,71667
	2	0	0	0	0	0,49000
	3	0	0	0	0	0,32000
	4	0	0	0	0	0,20667
	5	0	0	0	0	0,15000
Midiônibus	0	0	0	0	0	1,00000
	1	0	0	0	0	0,80000
	2	0	0	0	0	0,62500
	3	0	0	0	0	0,47500
	4	0	0	0	0	0,35000
	5	0	0	0	0	0,25000
	6	0	0	0	0	0,17500
	7	0	0	0	0	0,12500

	8	0	0	0	0	0,10000
Ônibus básico	0	0	0	0	0	1,00000
	1	0	0	5	0	0,80000
	2	0	0	0	0	0,62500
	3	0	0	0	0	0,47500
	4	0	0	0	0	0,35000
	5	0	0	0	0	0,25000
	6	0	0	0	0	0,17500
	7	0	0	0	0	0,12500
	8	0	0	0	0	0,10000
Ônibus padron	0	0	0	0	0	1,00000
	1	0	0	0	0	0,83636
	2	0	0	0	0	0,68909
	3	0	0	0	0	0,55818
	4	0	0	0	0	0,44364
	5	0	0	0	0	0,34545
	6	0	0	0	0	0,26364
	7	0	0	0	0	0,19818
	8	0	0	0	0	0,14909
	9	0	0	0	0	0,11636
	10	0	0	0	0	0,10000
Ônibus articulado	0	0	0	0	0	1,00000
	1	0	0	0	0	0,85385
	2	0	0	0	0	0,71987
	3	0	0	0	0	0,59808
	4	0	0	0	0	0,48846
	5	0	0	0	0	0,39103
	6	0	0	0	0	0,30577
	7	0	0	0	0	0,23269
	8	0	0	0	0	0,17179
	9	0	0	0	0	0,12308
	10	0	0	0	0	0,08654
	11	0	0	0	0	0,06218
	12	0	0	0	0	0,05000
	0	0	0	0	0	1,00000
	1	0	0	0	0	0,85385
	2	0	0	0	0	0,71987
	3	0	0	0	0	0,59808

Ônibus biarticulado	4	0	0	0	0	0,48846
	5	0	0	0	0	0,39103
	6	0	0	0	0	0,30577
	7	0	0	0	0	0,23269
	8	0	0	0	0	0,17179
	9	0	0	0	0	0,12308
	10	0	0	0	0	0,08654
	11	0	0	0	0	0,06218
	12	0	0	0	0	0,05000

X.a.3 Remuneração dos veículos - etapa de cálculo

Classe do veículo	Idade do veículo	Sem ar condicionado		Com ar condicionado	
		Sem transmissão automática	Com transmissão automática	Sem transmissão automática	Com transmissão automática
Microônibus	0	0,000000	0,000000	0,000000	0,000000
	1	0,000000	0,000000	0,716667	0,000000
	2	0,000000	0,000000	0,000000	0,000000
	3	0,000000	0,000000	0,000000	0,000000
	4	0,000000	0,000000	0,000000	0,000000
	5	0,000000	0,000000	0,150000	0,000000
Miniônibus	0	0,000000	0,000000	0,000000	0,000000
	1	0,000000	0,000000	0,000000	0,000000
	2	0,000000	0,000000	0,000000	0,000000
	3	0,000000	0,000000	0,000000	0,000000
	4	0,000000	0,000000	0,000000	0,000000
	5	0,000000	0,000000	0,000000	0,000000
Midiônibus	0	0,000000	0,000000	0,000000	0,000000
	1	0,000000	0,000000	0,000000	0,000000
	2	0,000000	0,000000	0,000000	0,000000
	3	0,000000	0,000000	0,000000	0,000000
	4	0,000000	0,000000	0,000000	0,000000
	5	0,000000	0,000000	0,000000	0,000000
	6	0,000000	0,000000	0,000000	0,000000
	7	0,000000	0,000000	0,000000	0,000000
	8	0,000000	0,000000	0,000000	0,000000
	0	0,000000	0,000000	0,000000	0,000000
	1	0,000000	0,000000	4,000000	0,000000
	2	0,000000	0,000000	0,000000	0,000000

Ônibus básico	3	0,000000	0,000000	0,000000	0,000000
	4	0,000000	0,000000	0,000000	0,000000
	5	0,000000	0,000000	0,000000	0,000000
	6	0,000000	0,000000	0,000000	0,000000
	7	0,000000	0,000000	0,000000	0,000000
	8	0,000000	0,000000	0,000000	0,000000
Ônibus padron	0	0,000000	0,000000	0,000000	0,000000
	1	0,000000	0,000000	0,000000	0,000000
	2	0,000000	0,000000	0,000000	0,000000
	3	0,000000	0,000000	0,000000	0,000000
	4	0,000000	0,000000	0,000000	0,000000
	5	0,000000	0,000000	0,000000	0,000000
	6	0,000000	0,000000	0,000000	0,000000
	7	0,000000	0,000000	0,000000	0,000000
	8	0,000000	0,000000	0,000000	0,000000
	9	0,000000	0,000000	0,000000	0,000000
	10	0,000000	0,000000	0,000000	0,000000
Ônibus articulado	0	0,000000	0,000000	0,000000	0,000000
	1	0,000000	0,000000	0,000000	0,000000
	2	0,000000	0,000000	0,000000	0,000000
	3	0,000000	0,000000	0,000000	0,000000
	4	0,000000	0,000000	0,000000	0,000000
	5	0,000000	0,000000	0,000000	0,000000
	6	0,000000	0,000000	0,000000	0,000000
	7	0,000000	0,000000	0,000000	0,000000
	8	0,000000	0,000000	0,000000	0,000000
	9	0,000000	0,000000	0,000000	0,000000
	10	0,000000	0,000000	0,000000	0,000000
	11	0,000000	0,000000	0,000000	0,000000
	12	0,000000	0,000000	0,000000	0,000000
Ônibus biarticulado	0	0,000000	0,000000	0,000000	0,000000
	1	0,000000	0,000000	0,000000	0,000000
	2	0,000000	0,000000	0,000000	0,000000
	3	0,000000	0,000000	0,000000	0,000000
	4	0,000000	0,000000	0,000000	0,000000
	5	0,000000	0,000000	0,000000	0,000000
	6	0,000000	0,000000	0,000000	0,000000
	7	0,000000	0,000000	0,000000	0,000000

	8	0,000000	0,000000	0,000000	0,000000
	9	0,000000	0,000000	0,000000	0,000000
	10	0,000000	0,000000	0,000000	0,000000
	11	0,000000	0,000000	0,000000	0,000000
	12	0,000000	0,000000	0,000000	0,000000

X.a.4 Remuneração dos veículos - etapa de cálculo

Classe do veículo	Idade do veículo	Sem ar condicionado		Com ar condicionado	
		Sem transmissão automática	Com transmissão automática	Sem transmissão automática	Com transmissão automática
Microônibus	0	0	0	474.067	0
	1				
	2				
	3				
	4				
	5				
Miniônibus	0	0	0	0	0
	1				
	2				
	3				
	4				
	5				
Midiônibus	0	0	0	0	0
	1				
	2				
	3				
	4				
	5				
	6				
	7				
	8				
Ônibus básico	0	0	0	2.895.600	0
	1				
	2				
	3				
	4				
	5				
	6				
	7				

	8				
Ônibus padron	0	0	0	0	0
	1				
	2				
	3				
	4				
	5				
	6				
	7				
	8				
	9				
	10				
Ônibus articulado	0	0	0	0	0
	1				
	2				
	3				
	4				
	5				
	6				
	7				
	8				
	9				
	10				
	11				
	12				
Ônibus biarticulado	0	0	0	0	0
	1				
	2				
	3				
	4				
	5				
	6				
	7				
	8				
	9				
	10				
	11				
	12				

X.a.5 Remuneração dos veículos

RVE	**R$ 348,62**

ANEXO X – REMUNERAÇÃO DO CAPITAL IMOBILIZADO

Legenda
Entrada de dados
Entrada de dados com valor de referência
Resultado

X.b. Remuneração do capital imobilizado em terrenos, edificações e equipamentos de garagem

X.b.1. Coeficientes de remuneração do capital

	Coeficiente	Valor
coeficiente de remuneração anual do capital imobilizado em terrenos	ρ	0,00%
coeficiente de remuneração anual do capital imobilizado em edificações	ε	0,00%
coeficiente de remuneração anual do capital imobilizado em equipamentos e mobiliário de garagem	η	0,00%

	Coeficiente	Valor
coeficiente de remuneração anual do capital imobilizado em terrenos	ρ	17,00%
coeficiente de remuneração anual do capital imobilizado em edificações	ε	4,50%
coeficiente de remuneração anual do capital imobilizado em equipamentos e mobiliário de garagem	η	1,37%

X.b.2. Remuneração do capital imobilizado emTerrenos, edificações e equipamentos de garagem (RTE)

RTE =	R$ 0,00

ANEXO X – REMUNERAÇÃO DO CAPITAL IMOBILIZADO

X.c. Remuneração do capital imobilizado em equipamentos de bilhetagem e ITS

X.c.1 Fator de remuneração dos equipamentos de bilhetagem e ITS (FRE)

FRE	0

FRE	2%

Legenda	
	Entrada de dados
	Entrada de dados com valor de referência
	Resultado

ANEXO X – REMUNERAÇÃO DO CAPITAL IMOBILIZADO

X.d. Remuneração do capital imobilizado em veículos de apoio

X.d.1 fator de remuneração de veículos de apoio (FRV)

FRV	0,00

Legenda	
	Entrada de dados
	Entrada de dados com valor de referência
	Resultado

ANEXO X – REMUNERAÇÃO DO CAPITAL IMOBILIZADO

x-a. dados de entrada

VUI	**0,00**
TRI	**#DIV/0!**

Legenda	
	Entrada de dados
	Entrada de dados com valor de referência
	Resultado

x-b. ***Fator de remuneração dos equipamentos de bilhetagem e ITS***

FRI	**#DIV/0!**

ANEXO X – REMUNERAÇÃO DO CAPITAL IMOBILIZADO

Legenda	
	Entrada de dados
	Entrada de dados com valor de referência
	Resultado

X.e. Remuneração do capital imobilizado em infraestrutura

X.e.1 Fator de remuneração da infraestrutura (FRI)

FRI	**50,0%**

ANEXO XII – FATORES DE UTILIZAÇÃO DE PESSOAL DE OPERAÇÃO E ENCARGOS SOCIAIS

Legenda	
	Entrada de dados
	Entrada de dados com valor de referência
	Resultado

XII.a Tabela de referência para o cálculo do Fator de Utilização de motoristas e cobradores

		Jornada de Trabalho Comumente Utilizadas				
		06:00	**06:40**	**07:20**	**07:40**	**08:00**
Duração Equivalente da Operação - Dia útil	**12:00**	2,34	2,11	1,92	1,83	1,76
	13:00	2,68	2,28	2,08	1,98	1,90
	14:00	3,02	2,54	2,24	2,14	2,05
	15:00	3,37	2,85	2,44	2,29	2,20
	16:00	3,71	3,16	2,72	2,52	2,34
	17:00	4,05	3,47	3,00	2,79	2,60
	18:00	4,39	3,77	3,28	3,05	2,85
	19:00	4,73	4,08	3,55	3,32	3,11
	20:00	5,07	4,39	3,83	3,59	3,37
	21:00	5,41	4,69	4,11	3,85	3,62
	22:00	5,76	5,00	4,39	4,12	3,88
	23:00	6,10	5,31	4,67	4,39	4,13
	23:59	6,30	5,49	4,84	4,54	4,29

XII.b Tabela de referência para o cálculo do Fator de Utilização Física de motoristas e cobradores

		Jornada de Trabalho Comumente Utilizadas				
		06:00	**06:40**	**07:20**	**07:40**	**08:00**
Duração Equivalente da Operação - Dia útil	**12:00**	2,34	2,11	1,92	1,83	1,76
	13:00	2,52	2,28	2,08	1,98	1,90
	14:00	2,72	2,45	2,24	2,14	2,05
	15:00	2,91	2,62	2,38	2,29	2,20
	16:00	3,11	2,80	2,54	2,43	2,33
	17:00	3,30	2,97	2,70	2,59	2,48
	18:00	3,50	3,15	2,86	2,73	2,62
	19:00	3,69	3,32	3,02	2,89	2,77
	20:00	3,89	3,50	3,18	3,04	2,92
	21:00	4,08	3,68	3,34	3,20	3,06
	22:00	4,28	3,85	3,50	3,35	3,21
	23:00	4,47	4,03	3,66	3,50	3,36
	23:59	4,59	4,13	3,76	3,59	3,44

ANEXO XIII – MÉTODO PARA CÁLCULO DAS DESPESAS COM PESSOAL DE MANUTENÇÃO, ADMINISTRATIVO E DIRETORIA

XIII.a Perecentual de referência inclidente sobre despesas DMA

		θmin	θmax
Faixa	**Frota**	(%)	(%)
1,00	**10 a 22**	29,15%	64,13%
2,00	**23 a 45**	28,41%	55,58%
3,00	**46 a 78**	28,74%	48,73%
4,00	**79 a 121**	27,13%	41,55%
5,00	**122 a 174**	24,07%	35,12%

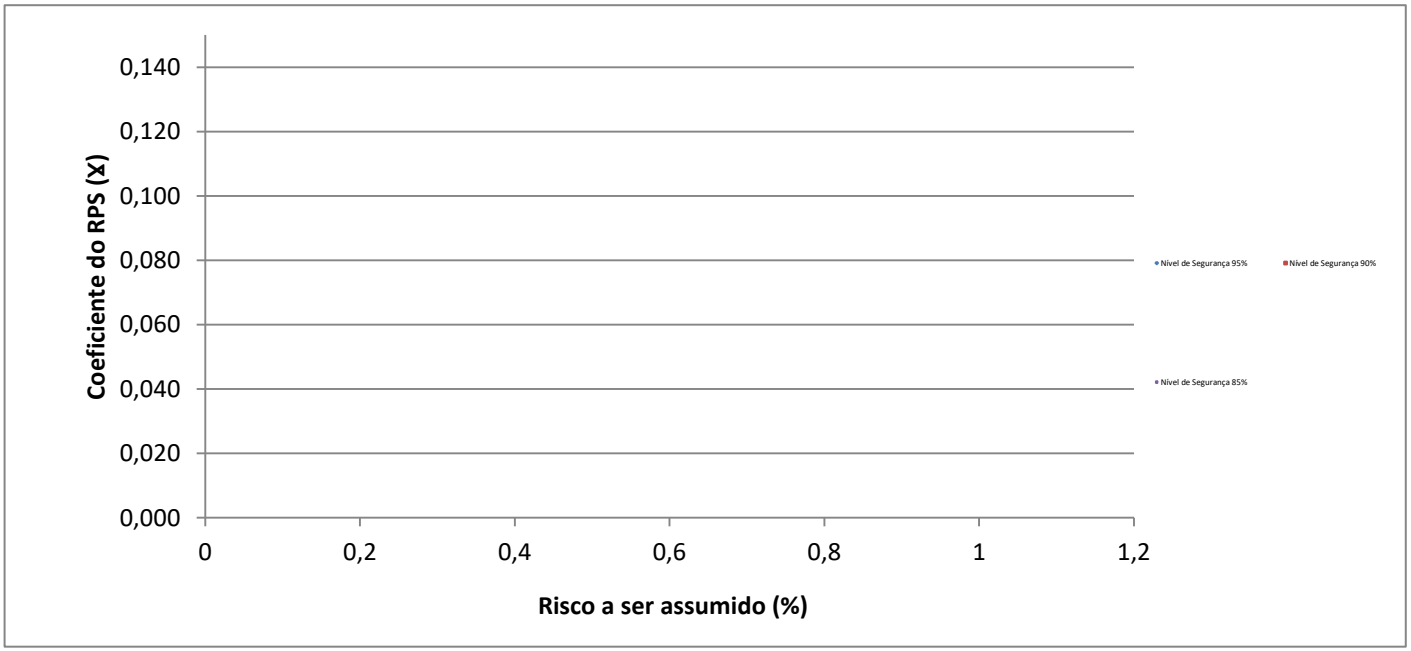
Legenda
Entrada de dados
Entrada de dados com valor de referência
Resultado

ANEXO XV – MÉTODO DE CÁLCULO DO FATOR DE RISCO

***XV** Deseja calcular o coeficiente de remuneração da prestação de serviço (marcar X):*

Metodologia simplificada	*x*	*(ir para o item XV.a)*
Metodologia detalhada		*(ir para o item XV.d)*

Cálculo Simplificado do Coeficiente da Remuneração da Prestação de Serviço (RPS)



XV-a Nível de Segurança a ser adotado (NS)

95%

Baixo Risco	Risco Médio	Risco Alto
5,02%	**7,31%**	**12,00%**

valores de referência de acordo com o nível de segurança adotado

XV-b. Coeficiente de Risco a ser assumido no projeto (Ri)

Ri	5,02%

XV-c Coeficiente do RPS (χ)

χ	0,0502

Legenda	
	Entrada de dados
	Entrada de dados com valor de referência
	Resultado

ANEXO XV – MÉTODO DE CÁLCULO DO FATOR DE RISCO

XV Cálculo Detalhado do Coeficiente da Remuneração da Prestação de Serviço (RPS)

Legenda	
	Entrada de dados
	Entrada de dados com valor de referência
	Resultado

XV-d Matriz de Riscos e Atribuições

Risco	Dimensão	Descrição do risco	Impacto sobre a equação financeira	Situações em que não se Aplica	Risco Baixo	Risco Médio	Risco Alto	ATRIBUIÇÃO
Risco 1- Garagens e Infraestrutura	Implantação de Veículos e Sistemas	Elevação de preços e/ou prazos de implantação dos ativos por mudanças nos parâmetros de preços praticados ou escassez de insumos no mercado.	Investimentos acima do previsto com período de implantação mais longo do que o planejado podem implicar em postergação e redução de receita ou aplicação de sanções previstas em contrato .	Projetos consolidados, em que a tarifa seja calculada para o período subsequente.	Novos projetos que envolvam apenas a operação de serviços (movimentação de passageiros). Risco centrado na aquisição de ativos imobiliários para implantação de garagem alinhada a estrutura de custos e operação preconizada.	Novos projetos que envolvam serviços complementares, tais como a operação de terminais e outros	Novos projetos de alta complexidade, que envolvam a execução de obras, implantação de sistemas complexos e a operação e manutenção de múltiplos serviços	Risco médio
Risco 2- Tecnologia e sistemas		Dificuldades de implantação e integração dos elementos tecnológicos da concessão	Maiores custos com a integração de sistemas. No limite dos casos, necessidade de repactuação contratual de componentes impossíveis de serem integrados. Possíveis atrasos para o início da operação.	Projetos consolidados, em que a tarifa seja calculada para o período subsequente.	Tecnologias conhecidas, comprovadas, testadas, com fornecedores conhecidos e capacitados.	Tecnologia em implementação em poucos locais, com fornecedores trabalhando sobre o desenvolvimento de projetos, produtos e processos.	Projetos que contemplem rupturas tecnológicas, com elevado nível de inovação previsto sobre o status corrente.	Risco médio
Risco 3- Investimento público vs. Produtividade	Riscos Relacionados aos Investimentos Públicos e produtividade	Não realização dos investimentos a cargo do Poder Público na rede de transportes que sejam necessários ao atendimento das condições técnicas e financeiras planejadas. A produtividade utilizada como referência para avaliação da viabilidade do projeto poderá depender de intervenções públicas como alteração da rede de transportes (racionalização e reprogramação), implantação de viário, terminais ou outras condições diferentes das existentes.	Produtividade efetiva menor do que a planejada, exigindo maior necessidade de frota operacional para a realização das viagens planejadas e atendimento à demanda prevista. Desta forma, há um incremento proporcional no número de veículos e pessoal embarcado. É esperado aumento dos custos variáveis, devido ao maior de consumo de combustível por quilômetro, porém efeito é de difícil quantificação.	Projetos que não dependam da alteração da infraestrutura física ou de condições operacionais (a exemplo da velocidade vigente) para atendimento aos resultados previstos. Situação urbana consolidada, sem perspectiva de degradação	Projetos que não dependam da alteração da infraestrutura física ou de condições operacionais (a exemplo da velocidade vigente) para atendimento aos resultados previstos. Situação urbana apresentando piora nas condições de tráfego.	Projetos que dependam de melhoras operacionais para que os resultados técnicos e financeiros previstos sejam atingidos	Projetos que dependam da implantação de terminais, corredores, infraestrutura ou outros elementos para que o resultado planejado seja atingido	Risco médio
Risco 4- Certificação ambiental	Regulamentação Ambiental	Obtenção da certificação, ISO ou similar, é mais demorada ou enseja maiores custos de implantação do que o previsto.	Necessidade de ampliação de investimentos e prazo para atendimento às condições ambientais pré-estabelecidas	Renovação de contratos ou recálculo da tarifa vigente, sem alteração relevante nas condições ambientais previstas.	Projetos que apresentem exigência relativa a elementos ambientais alinhadas com a legislação vigente sobre o setor, porém sem acrescer elementos adicionais específicos.	Projetos que apresentem exigência de certificação ambiental específica para ativos de grande porte, como garagens e centro de manutenção.	Projetos que apresentem exigência de certificação ambiental para todos os bens móveis e imóveis da empresa operadora	Risco médio
Risco 5- Mudanças na normatização ambiental		Riscos ambientais incorridos na fase de operação dos serviços.	Necessidade de investimentos complementares em frota, sistemas e obras civis para atendimento a mudanças na norma ambiental. Aumento dos custos operacionais ou diminuição da produtividade dos veículos.	Tarifa calculada para um prazo de tempo relativamente reduzido. Caso ocorram alterações no marco regulatório dentro do horizonte de tempo, a empresa operadora somente necessitará adequar-se após a revisão tarifária seguinte.	Projetos que prevejam a repactuação das condições financeiras iniciais em processo extraordinário a partir da ocorrência de fato de príncipe.	Projetos que não apresentem clareza na condição contratual poderão ensejar litígio acerca da responsabilidade por arcar com os sobrecustos apontados.	Projetos em que não exista previsão contratual delimitando a responsabilidade privada sobre alterações relevantes do marco regulatório.	Risco médio
Risco 6- Risco global de demanda	Perda de Demanda	Perda de competitividade do sistema regular face aos meios individuais ou alternativos de transporte e a perda de capacidade de pagamento dos usuários do sistema, por correção da tarifa ou redução de salários médios são consideradas. Incluem também fatos ordinários exógenos que venham a alterar de forma expressiva a demanda, tais como a abertura de uma nova linha de metrô, desativação de centros comerciais, universidades, centros de lazer e similares interferem diretamente na demanda. Deve-se contemplar também situações em que a perda de demanda decorre de atos do Poder Público, como a autorização para novos modos concorrentes de transportes, concorrência predatória de linhas de sistemas municipais ou metropolitanos sobrepostos e conivência com meios de	Redução da demanda da empresa operadora com correspondente perda de receita tarifária.	Projetos integralmente remunerados com base em custo (ponderação	Projetos onde a flexibilidade operacional pode ajustar a estrutura de despesas às novas condições de demanda, resultando em redução no valor total do negócio, mas mantendo os índices de proporcionalidade entre receitas e despesas. Contratualmente em projetos em que o contrato incorpora anualmente variações de demanda para o cálculo da tarifa	Projetos com estrutura de custos operacionais rígidos, tornando apenas parte dos custos flexíveis o suficiente para compensarem a perda de demanda. Contratualmente em projetos em que o processo de revisão ordinária (3-5 anos) incorpore a revisão da demanda sobre o equilíbrio econômico financeiro.	Projetos com elevada proporção do custo de capital (investimentos iniciais) sobre custos totais, além de parte expressiva dos custos operacionais ser inflexível à demanda. Contratualmente a projetos em que o risco de demanda é integralmente alocado à iniciativa privada.	Risco médio

		transporte de passageiros clandestinos.		entre frota disponibilizada e km percorrida), em que a demanda não influencie a remuneração da empresa operadora.				
Risco 7- Gratuidades	Gratuidades	Promulgação de novas gratuidades ou aumento proporcional do número de usuários gratuitos dentro da legislação vigente, por exemplo como mudança na pirâmide etária são contempladas.	Redução da demanda equivalente da empresa operadora, com correspondente perda de receita tarifária.		Projetos em que a remuneração da empresa operadora esteja vinculada à demanda total transportada (não apenas à demanda equivalente) ou que prevejam o ressarcimento por usuários gratuitos.	Projetos com remuneração baseada exclusivamente em usuários equivalentes, em que a previsão de ressarcimento de novas gratuidades seja prevista de forma explícita e garantida.	Projetos que não façam referência explícita a esta questão.	Risco médio
Risco 8- Demanda integrada	Perda de receita: dinâmica de sistemas integrados de transportes	Aumento da participação dos usuários integrados pode, em casos específicos, gerar queda de receita proporcionalmente maior do que a redução de custos	Redução da demanda da empresa operadora, com correspondente perda de receita tarifária.		Projetos em que a remuneração da empresa operadora esteja vinculada à demanda total transportada (não apenas à demanda equivalente) ou que prevejam o ressarcimento por usuários gratuitos.	Projetos remunerados pela tarifa equivalente em sistemas maduros de transporte.	Projetos em fase de implantação ou consolidação de uma rede integrada, com remuneração baseada em usuários equivalentes.	Risco médio
Risco 9- Reajuste de tarifas	Perda de Receita: Atos do Poder Público	Atrasos no reajuste da tarifa.	Constrição financeira da empresa concessionária, que poderá resultar em (i) necessidade de contratação de novos financiamentos pela iniciativa privada com custos progressivos (percepção do aumento do risco sistêmico do projeto; (ii) Inadimplemento das obrigações financeiras, levando à paralização dos serviços e (iii) antecipação da terminação contratual.	Não há	Previsão de mecanismos contratuais complementares que garantam o adimplemento de obrigações do Poder Concedente, como a constituição de fundos garantidores. Alternativa é a existência de sanções contratuais de valor mais do que proporcional às perdas incorridas pela empresa concessionária. Transcorrido prazo determinado, previsão de extinção do contrato com a imposição de obrigações de ressarcimento para o Poder Público.	Previsão contratual de sanções para o Poder Concedente por inadimplemento de obrigações contratuais.	Inexistência de mecanismos de sanção formal do Poder Público por inadimplemento de obrigações contratuais.	Risco médio
Risco 10- Inadimplemento público		Inadimplemento do Poder Concedente com relação ao complemento da arrecadação tarifária, em decorrência de problemas fiscais próprios ou aumento da necessidade de recursos públicos por descasamento entre o direito de recebimento da operadora e a arrecadação do sistema por diferentes razões: (1) Reajuste do valor da tarifa de usuário inferior ao contratualmente estabelecido para a remuneração da empresa operadora (2) Revisão da Tarifa de Remuneração por desequilíbrio econômico financeiro do Contrato. Caso o Poder Concedente não conte com recursos para a cobertura da diferença entre o valor tarifário arrecadado e o valor de remuneração devido para a empresa, a empresa operadora enfrentará constrição de caixa para honrar suas despesas correntes.	Redução da remuneração de curto prazo da empresa operadora gera a necessidade de financiamento do déficit de caixa. Quebra contratual eleva a percepção de risco da empresa concessionária pelo mercado financeiro, resultando em um aumento imediato do custo de financiamento para a cobertura do déficit de arrecadação. Caso o inadimplemento perdure por prazo relevante a empresa operadora poderá falir.	Projetos que não dependam de recursos públicos em qualquer medida.				Risco médio
Risco 11- Câmara de compesação		Falhas na operação ou desestruturação da Câmara de Compensação e outros mecanismos de arrecadação e distribuição de recursos entre os participantes do sistema de transporte são observados. Ademais, os atrasos ou eventual insuficiência no repasse de recursos do sistema de arrecadação para a empresa impactam no custo.	Atrasos no repasse de recursos ou insuficiência de recursos na câmara de compensação podem resultar nas situações de constrição financeira acima descritas.	Projetos que não dependam da compensação da remuneração entre empresas operadoras	Projetos com câmara de compensação independente, gerenciada por ente financeiro especializado com garantias firmes de pagamento.	Projetos com câmara de compensação dependente, gerenciada por órgão público.	Projetos com parcela expressiva da receita oriunda de repasses da câmara de compensação e gestão subordinada à operação da rede de transportes.	Risco médio

Risco 12- Acidentes	Dificuldades de Operação dos serviços	Acidentes que envolvam usuários e/ou funcionários da concessionária	Desembolsos com os custos associados à ocorrência de acidentes, principalmente que envolvam pessoas, não são parte prevista no plano de custos da empresa operadora, mas possuem elevada probabilidade de ocorrência no longo prazo. Seguros representam uma proteção limitada ao potencial total de perdas.	Não há	Não há distinção entre contratos pela natureza aleatória das ocorrências e características do setor. Eventuais distinções devem se referir às probabilidades locais de ocorrência de incidentes. Contudo, tais estatísticas são raras e de difícil introdução no modelo. Consideração do valor homogêneo de perda baseado em estatísticas gerais do setor.			Risco médio
Risco 13- Alteração de padrões técnicos		Novos padrões técnicos e operacionais impostos para a empresa operadora.	Necessidade de ampliação da capacidade de transporte, sem qualquer contraparte nas receitas esperadas. Sobrecustos na forma de investimentos e custos operacionais.	Tarifa calculada para um prazo de tempo relativamente reduzido. Caso ocorram alterações no marco regulatório dentro do horizonte de tempo, a empresa operadora somente necessitará adequar-se após a revisão tarifária seguinte.	Estrutura contratual que preveja a avaliação do impacto financeiro de novas obrigações contratuais antes de sua implementação, com tempestiva recomposição das condições contratadas.	Contratos que lancem o tema para o processo de revisão ordinária	Contratos sem previsão de mecanismos de recomposição de equilíbrio.	Risco médio
Risco 14- Desordem civil		Atos de desordem civil resultam na vandalização de veículos e impedimento à operação.	Sobrecustos com investimentos em veículos, garagens e outros ativos operacionais. Perdas de receitas. Não há seguros patrimoniais para estas perdas e os custos usualmente não são previstos em contrato.	Não há	Contratos em que exista a previsão de reequilíbrio contratual imediato pelas perdas incorridas pela empresa operaora em casos de atos de desordem civil.	Contratos em que exista a previsão de reequilíbrio contratual em períodos ordinários pelas perdas incorridas pela empresa operaora em casos de atos de desordem civil.	Contratos em que a previsão de recomposição do equilíbrio não sejam expressas tornam a alocação deste risco exclusiva da empresa operadora.	Risco médio
Risco 15- Salários acima da inflação	Questões Trabalhistas	Elevação nos custos trabalhistas por aumento de salários acima dos índices convencionais de inflação.	Aumento do custeio operacional da empresa operadora.	Projetos onde o reajuste tarifário incorpore completamente o reajuste do valor de salários, seja por planilha, seja por fórmula paramétrica, de forma antecipada ao reajuste tarifário.	Projetos onde o reajuste tarifário incorpore completamente o reajuste do valor de salários pretérito, seja por planilha, seja por fórmula paramétrica.	Projetos onde o reajuste salarial seja compensado somente de forma parcial no reajuste da tarifa ou que atribua a diferença entre reajustes ao processo de recomposição de equilíbrio financeiro em revisão ordinária	Projetos em que o reajuste tarifário se faz de forma dissociada dos custos da empresa .	Risco médio
Risco 16- Greve trabalhista		Greves resultam na paralização total ou parcial dos serviços.	Deficiência operacional e reflexos financeiros pelo período de paralização sem que exista a possibilidade de cobrança de performance da empresa privada.	Não há	Não há distinção entre contratos pela natureza setorial de ocorrências. Em tese, todos os contratos estão sujeitos à ocorrência deste perfil de questão.			Risco médio
Risco 17- Alteração significativa da taxa de juros	Ambiente Macroeconômico	Alterações significativas nas condições de financiamento de veículos, afetando a capacidade de investimento da empresa operadora.	Risco de sobrecustos financeiros da concessionária, podendo inviabilizar a concessão ou provocar impactos adicionais sobre as condições de financiabilidade de novos projetos.	Não há	Contemplar variações com o custo de capital na fórmula de reajuste (paramétrico) da tarifa.	Determinar contratualmente que situações de constrição poderão ensejar reequilíbrio econômico financeiro do contrato, por exemplo, por meio de revisão das obrigações de investir ou renovar frota.	Inexistência de previsão contratual atribui a assunção integral deste risco à empresa concessionária.	Risco médio

Risco 1- Garagens e Infraestrutura
Não se Aplica
Risco baixo
Risco médio
Risco alto
3
Risco 2- Tecnologia e sistemas
Não se Aplica
Risco baixo
Risco médio
Risco alto
3
Risco 3- Investimento público vs. Produtividade
Não se Aplica
Risco baixo
Risco médio
Risco alto
3
Risco 4- Certificação ambiental
Não se Aplica
Risco baixo
Risco médio
Risco alto
3
Risco 5- Mudanças na normatização ambiental

Não se Aplica
Risco baixo
Risco médio
Risco alto
3
Risco 6- Risco global de demanda
Não se Aplica
Risco baixo
Risco médio
Risco alto
3
Risco 7- Gratuidades
Não se Aplica
Risco baixo
Risco médio
Risco alto
3
Risco 8- Demanda integrada
Não se Aplica
Risco baixo
Risco médio
Risco alto
3
Risco 9- Reajuste de tarifas
Não se Aplica
Risco baixo
Risco médio
Risco alto
3
Risco 10- Inadimplemento público
Não se Aplica
Risco baixo
Risco médio
Risco alto
3
Risco 11- Câmara de compesação
Não se Aplica
Risco baixo
Risco médio
Risco alto
3
Risco 12- Acidentes
Não se Aplica
Risco baixo
Risco médio
Risco alto
3
Risco 13- Alteração de padrões técnicos
Não se Aplica
Risco baixo
Risco médio
Risco alto
3
Risco 14- Desordem civil
Não se Aplica
Risco baixo
Risco médio
Risco alto
3
Risco 15- Salários acima da inflação
Não se Aplica
Risco baixo
Risco médio
Risco alto
3
Risco 16- Greve trabalhista
Não se Aplica
Risco baixo
Risco médio
Risco alto
3
Risco 17- Alteração significativa da taxa de juros
Não se Aplica
Risco baixo
Risco médio
Risco alto
3

ANEXO XV – MÉTODO DE CÁLCULO DO FATOR DE RISCO

XV-e Cálculo dos riscos

Risco	Incidência	Impacto de Evento a 5%	Desvio Padrão	Variância
Risco 1- Garagens e Infraestrutura	0	22,00%	0,00	0,00
Risco 2- Tecnologia e sistemas	0	15,00%	0,00	0,00
Risco 3- Investimento público vs. Produtividade	65,46434337	6,00%	2,40	5,74
Risco 4- Certificação ambiental	0	7,00%	0,00	0,00
Risco 5- Mudanças na normatização ambiental	29,34466438	0,69%	0,12	0,02
Risco 6- Risco global de demanda	100	5,57%	3,40	11,54
Risco 7- Gratuidades	99,99705432	2,24%	1,37	1,87
Risco 8- Demanda integrada	#DIV/0!	4,82%	#DIV/0!	#DIV/0!
Risco 9- Reajuste de tarifas	100	1,20%	0,73	0,54
Risco 10- Inadimplemento público	0	3,50%	0,00	0,00
Risco 11- Câmara de compesação	100	3,50%	2,13	4,55
Risco 12- Acidentes	100	1,00%	0,61	0,37
Risco 13- Alteração de padrões técnicos	65,91532007	0,75%	0,30	0,09
Risco 14- Desordem civil	22,71081873	0,80%	0,11	0,01
Risco 15- Salários acima da inflação	15,73282413	1,27%	0,12	0,01
Risco 16- Greve trabalhista	100	1,33%	0,81	0,66
Risco 17- Alteração significativa da taxa de juros	22,71081873	2,00%	0,28	0,08

Legenda	
	Entrada de dados
	Entrada de dados com valor de referência
	Resultado

XV-f Definição do Nível de Segurança

95%

Nível de Segurança	Risco adotado (%)	
95%	**#DIV/0!**	#DIV/0!
90%	**#DIV/0!**	#DIV/0!
85%	**#DIV/0!**	#DIV/0!

XV-e Coeficiente do RPS (X)

X	#DIV/0!

#DIV/0!

	Situações em Que não se		Risco baixo		Risco Médio		Risco Alto		
Risco	**Incidência**	**Impacto (95%)**	**Incidência**	**Impacto (95%)**	**Incidência**	**Impacto (95%)**	**Incidência**	**Impacto (95%)**	**CUSTOS IMPACTADOS (% do Custo total)**
Risco 1- Garagens e Infraestrutura	0,000	0,00%	0,000	17,00%	0,000	22,00%	0,000	25,00%	DED+DIN+RTE+RIN+CLG
Risco 2- Tecnologia e sistemas	0,000	0,00%	0,000	10,00%	0,000	15,00%	0,000	25,00%	DEQ+REQ+CLQ+CLA+CCM
Risco 3- Investimento público vs. Produtividade	0,000	0,00%	65,464	4,00%	65,464	6,00%	65,464	10,00%	DOP+DVE+RVE+CDS+IPVA+CDR+CCM+DED+DEQ+RTE+RAL+REQ+CLQ+CLG+DVA+RVA+CLA+CMB
Risco 4 -Certificação ambiental	0,000	0,00%	0,000	4,00%	0,000	7,00%	0,000	11,00%	DED+DIN+RTE+RIN+CLG
Risco 5- Mudanças na normatização ambiental	0,000	0,00%	29,345	0,22%	29,345	0,69%	29,345	0,75%	CMB+CAB+DVE+RVE
Risco 6- Risco global de demanda	0,000	0,00%	100,000	3,71%	100,000	5,57%	100,000	9,46%	CUSTO TOTAL
Risco 7- Gratuidades	0,000	0,00%	99,997	1,79%	99,997	2,24%	99,997	3,14%	CUSTO TOTAL
Risco 8- Demanda integrada	0,000	0,00%	#DIV/0!	3,00%	#DIV/0!	4,82%	#DIV/0!	6,89%	CUSTO TOTAL
Risco 9- Reajuste de tarifas	0,000	0,00%	100,000	0,80%	100,000	1,20%	100,000	2,40%	CUSTO TOTAL
Risco 10- Inadimplemento público	0,000	0,00%	0,000	0,58%	0,000	3,50%	0,000	7,49%	CUSTO TOTAL
Risco 11- Câmara de compesação	0,000	0,00%	100,000	0,58%	100,000	3,50%	100,000	7,49%	CUSTO TOTAL
Risco 12- Acidentes	0,000	0,00%	100,000	0,50%	100,000	1,00%	100,000	1,20%	CUSTO TOTAL
Risco 13- Alteração de padrões técnicos	0,000	0,00%	65,915	0,50%	65,915	0,75%	65,915	1,00%	CMB+CLB+CAR+CRD+CPA+CAB+DVE+RVE
Risco 14- Desordem civil	0,000	0,00%	22,711	0,40%	22,711	0,80%	22,711	1,50%	DVE+RVE+DEQ+REQ+DIN+RIN+CLQ
Risco 15- Salários acima da inflação	0,000	0,00%	15,733	0,37%	15,733	1,27%	15,733	2,64%	DOP+DMA
Risco 16- Greve trabalhista	0,000	0,00%	100,000	1,33%	100,000	1,33%	100,000	1,33%	CUSTO TOTAL
Risco 17- Alteração significativa da taxa de juros	0,000	0,00%	22,711	1,60%	22,711	2,00%	22,711	2,50%	DVE+DED+DEQ+DVA+DIN+RVE+RTE+RAL+REQ+RVA+RIN

Legenda	
	Entrada de dados
	Entrada de dados com valor de referência
	Resultado

XVI. Cálculo das Despesas Gerais

Equipamento de segurança.....	
Material de limpeza.....	
Material de escritório.....	
Material de consumo de informática.....	
Material de manutenção predial.....	
Total de Material de consumo	R$ -
Despesas médicas obrigatórias	
Serviço de conservação e manutenção	
Água e esgoto.....	
Energia elétrica.....	
Correios.....	
Total de Serviços públicos	R$ -
Telefone.....	
Rádio.....	
Internet.....	
Total de Serviço de comunicação	R$ -
Frete e carretos.....	
Treinamento de pessoal.....	
Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU).....	
Livros e periódicos.....	
Transporte de valores nas garagens.....	
Serviços terceirizados de segurança patrimonial e portaria.....	
Serviços terceirizados de lavagem de veículos.....	
Serviços terceirizados de manutenção predial.....	

Serviços terceirizados de despachante admnistrativos.....	
Serviços terceirizados na área contábil.....	
Serviços terceirizados na área de medicina do trabalho.....	
Serviços terceirizados na área jurídica.....	
Serviços terceirizados na área de informática.....	
Serviços terceirizados na área de recursos humanos.....	
Total de Serviço terceirizados	R$ -
Outros.....	
Despesas Gerais	**R$ -**

ANEXO IV

DECLARAÇÃO DE INDICAÇÃO DAS INSTALAÇÕES, DO APARELHAMENTO E DO PESSOAL TÉCNICO E VISTORIA DO LOCAL DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS.

A

PREFEITURA MUNICIPAL DE CANTAGALO – RJ

A empresa [RAZÃO SOCIAL], CNPJ nº [CNPJ], visando à habilitação técnica no Pregão Eletrônico nº 90028/2026, DECLARA formalmente que:

1. DA VISTORIA E CONHECIMENTO DAS CONDIÇÕES LOCAIS:

(Assinalar apenas uma opção)

( ) Realizamos a vistoria técnica facultativa nos locais de prestação dos serviços.

( ) Optamos por NÃO realizar a vistoria técnica, contudo, declaramos ter pleno conhecimento das condições das vias (urbanas e rurais), da topografia, dos itinerários e das dificuldades de acesso do Município de Cantagalo/RJ, baseando nossa proposta nessas condições e assumindo inteira responsabilidade pela execução dos serviços, isentando a Administração de pleitos futuros alegando desconhecimento.

2. DA INFRAESTRUTURA DE GARAGEM (Raio de 60km):

Comprometemo-nos, caso sejamos vencedores, a instalar ou disponibilizar, antes do início da operação, infraestrutura de Garagem e Apoio Operacional localizada em um raio máximo de 60 km do centro de Cantagalo/RJ, dotada de condições para estacionamento, limpeza e manutenção da frota, conforme exigido no Termo de Referência.

3. DA DISPONIBILIDADE DA FROTA:

Declaramos que disporemos, para o início imediato da execução contratual, da frota exigida no Termo de Referência, sendo:

- 04 Ônibus Básicos Urbanos e 01 Micro-ônibus/Rural (mais 01 veículo reserva);
- Todos com Idade Máxima de 02 (dois) anos de fabricação;
- Equipados com Ar-Condicionado e Acessibilidade (Elevador);
- Comprometemo-nos a submeter os veículos à vistoria prévia da Secretaria Municipal de Defesa Civil e Trânsito antes da emissão da Ordem de Início.

4. DO PESSOAL TÉCNICO:

Declaramos que dispomos (ou contrataremos) de quadro de pessoal qualificado (motoristas com curso de transporte coletivo, mecânicos e equipe administrativa) suficiente para garantir a operação ininterrupta e a manutenção preventiva/corretiva da frota.

Local e Data: _____, ___ de _____ de 2026.

[NOME DO REPRESENTANTE LEGAL]

[CPF DO REPRESENTANTE]

TERMO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº *XX/XXXX*

ANEXO II – MINUTA CONTRATO
ÓRGÃO OU ENTIDADE PÚBLICA
(Processo Administrativo n° *xxxxx.xxxxxx/xxxx-xx*)

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº *xx/xxxx*, QUE FAZEM ENTRE SI O MUNCÍPIO DE CANTAGALO, POR INTERMÉDIO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E [NOME DA SOCIEDADE EMPRESARIA VENCEDORA]

O Município de Cantagalo, por intermédio do(a) [*órgão contratante*], com sede no(a) *[endereço]*, na cidade de *[cidade]*/*[UF]*, inscrito(a) no CNPJ sob o nº *[CNPJ]*, neste ato representado(a) pelo(a) [*cargo e nome*], nomeado(a) pela Portaria nº *XX*, de *[dia]* de *[mês]* de *[ano]*, publicada no *DOU* de *[dia]* de *[mês]* de *[ano]*, portador da Matrícula Funcional nº *[nº matrícula]*, doravante denominado CONTRATANTE, e o(a) *[CONTRATADO]*, inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº *[CNPJ],* sediado(a) na *[endereço]*, na cidade de *[cidade]*/*[UF]*, doravante designado CONTRATADO, neste ato representado(a) por *[nome e função no CONTRATADO]*, conforme *[atos constitutivos da empresa]* ***OU*** *[procuração apresentada nos autos],* tendo em vista o que consta no Processo nº *xxxxx.xxxxxx/xxxx-xx* e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, Lei Municipal nº 967/2010 e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do Pregão Eletrônico nº *90028/2026,* mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

1.1. A presente contratação tem por objeto a prestação de serviços públicos de Transporte Coletivo de Passageiros no Município de Cantagalo/RJ, abrangendo as áreas urbanas e rurais, sob o regime de Tarifa Zero (subsídio integral), com remuneração exclusiva por quilômetro rodado, em conformidade com as descrições constantes do Termo de Referência (Anexo I) e em atendimento à solicitação da Secretaria Municipal de Defesa Civil e Trânsito. Parágrafo Primeiro: Os serviços visam ao atendimento das demandas de mobilidade urbana e rural, mantendo a gratuidade universal do sistema aos usuários, com acompanhamento, fiscalização e orientação técnica da Secretaria supracitada.

1.2. Objeto da contratação:

ITEM	ESPECIFICAÇÕES	U/S	QUANT.	VR. UNIT.	VALOR TOTAL
01	Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços públicos de Transporte Coletivo de Passageiros no Município de Cantagalo/RJ, abrangendo as áreas urbanas e rurais, sob o regime de Tarifa Zero (subsídio integral), com remuneração por quilômetro rodado.	KM	1.909.979	XXXXX	XXXXXX
VALOR DA CONTRATAÇÃO POR 60 MESES					**XXXXXX**

1.3. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

1.3.1. O Termo de Referência;

1.3.2. O Edital da Licitação;

1.3.3. A Proposta do CONTRATADO;

1.3.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

1.3.5. Nenhuma execução de serviço adicional, alteração de itinerário ou acréscimo de quilometragem deverá ser realizada pela CONTRATADA sem a prévia e formal anuência da Prefeitura do Município de Cantagalo, sob pena de não pagamento dos valores correspondentes.

1.3.6. As condições de limpeza, higiene, manutenção e segurança dos veículos utilizados no transporte deverão estar rigorosamente em conformidade com as normas do Código de Trânsito Brasileiro (CTB), do DETRO/RJ e as exigências do Termo de Referência, garantindo o conforto e a integridade física dos usuários.

1.3.7. Eventuais alterações de itinerários, ajustes de quadro de horários ou suspensão de linhas por interesse público serão comunicadas pela PREFEITURA (Secretaria de Defesa Civil e Trânsito) à CONTRATADA, devendo esta promover a imediata adequação da operação.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO INÍCIO E PRAZO DE EXECUÇÃO

2.1. A execução dos serviços deverá ser iniciada no prazo máximo de 10 (dez) dias corridos, contados a partir do recebimento da Ordem de Início expedida pela Secretaria Municipal de Defesa Civil e Trânsito, após a assinatura do contrato e a apresentação da garantia.

2.2. Caso sejam constatadas inconformidades na frota ou na documentação durante a vistoria inicial ou durante a execução, a CONTRATADA será notificada para regularização no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, sob pena de aplicação das sanções cabíveis e vedação de operação do veículo irregular.

CLÁUSULA TERCEIRA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

3.1. O prazo de vigência da contratação é de 05 (cinco) contados do(a) **[indicar o termo inicial da vigência]**, prorrogável sucessivamente por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei n° 14.133, de 2021.

3.2. A prorrogação de que trata este item é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o CONTRATADO, atentando, ainda, para o cumprimento dos seguintes requisitos:

3.2.1. Estar formalmente demonstrado no processo que a forma de prestação dos serviços tem natureza continuada;

3.2.2. Seja juntado relatório que discorra sobre a execução do contrato, com informações de que os serviços tenham sido prestados regularmente;

3.2.3. Seja juntada justificativa e motivo, por escrito, de que a Administração mantém interesse na realização do serviço;

3.2.4. Haja manifestação expressa do CONTRATADO informando o interesse na prorrogação;

3.2.5. Seja comprovado que o CONTRATADO mantém as condições iniciais de habilitação; e

3.3. O CONTRATADO não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.

3.4. A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.

3.5. Nas eventuais prorrogações contratuais, os custos não renováveis já pagos ou amortizados ao longo do primeiro período de vigência da contratação deverão ser reduzidos ou eliminados como condição para a renovação.

3.6. O contrato não poderá ser prorrogado quando o CONTRATADO tiver sido penalizado nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.

CLÁUSULA QUARTA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS

4.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA QUINTA – SUBCONTRATAÇÃO

5.1. As regras sobre a subcontratação do objeto são aquelas estabelecidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA SEXTA – PREÇO

6.1. O valor total estimado deste Contrato é de R$ xxxxx (valor por extenso), correspondente ao valor unitário de R$ xxxx (valor por extenso) por quilômetro rodado, considerando o quantitativo estimado para o período de 60 (sessenta) meses.

6.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

6.3. O valor global é meramente estimativo, sendo o pagamento efetuado com base na medição efetiva do serviço executado (quilometragem rodada), não cabendo à CONTRATADA direito a indenização caso a demanda real seja inferior à estimada, nem pagamento extra sem prévio aditivo caso seja superior.

CLÁUSULA SÈTIMA – DO FATURAMENTO

7.1. A CONTRATADA emitirá a Nota Fiscal/Fatura mensalmente, após a aprovação formal do Relatório de Medição pela Fiscalização, devendo a mesma ser entregue protocolada na Secretaria Municipal de Defesa Civil e Trânsito, acompanhada das certidões de regularidade fiscal e trabalhista atualizadas.

7.2. Havendo erro na Nota Fiscal ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, como a falta de regularidade fiscal, a Nota será devolvida à CONTRATADA para as devidas correções. Nesse caso, o prazo para pagamento ficará suspenso e só reiniciará a contagem após a regularização, não cabendo qualquer ônus ou correção monetária à PREFEITURA.

CLÁUSULA OITAVA – DA MEDIÇÃO E AFERIÇÃO DOS SERVIÇOS

8.1. O prazo para pagamento ao CONTRATADO e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

I. A quilometragem total apresentada pela CONTRATADA no período, segregada em produtiva e improdutiva (deslocamento garagem-linha);

II. A consolidação dos dados operacionais obrigatórios previstos no Item 8.6 do Anexo I (Termo de Referência), incluindo registros de GPS/telemetria, quadro de partidas realizadas e viagens cumpridas;

III. A apuração dos Indicadores de Desempenho (IDO) aplicáveis ao mês de referência, para fins de cálculo de desconto.

8.2. O Relatório de Medição deverá ser assinado pelo representante legal da CONTRATADA, pelo Fiscal do Contrato e ratificado pelo Secretário Municipal de Defesa Civil e Trânsito, devendo ser instruído com os relatórios de telemetria e demais documentos comprobatórios exigidos.

8.3. A quilometragem apresentada pela CONTRATADA será submetida à análise, validação e aprovação da Secretaria Municipal de Defesa Civil e Trânsito, que emitirá atestado definindo a Quilometragem Aprovada para fins de pagamento.

8.4. Somente a Quilometragem Produtiva formalmente aprovada será considerada na composição do valor a pagar.

8.4.1 É expressamente vedado o pagamento de quilometragem morta ou improdutiva (deslocamentos entre garagem e o início/fim das linhas, abastecimentos ou manutenções), devendo tais custos operacionais serem absorvidos pela CONTRATADA no valor unitário ofertado.

8.5. Não será admitido o pagamento integral do valor mensal caso a CONTRATADA não apresente os dados operacionais exigidos ou caso o Relatório de Medição apresente inconsistências que impeçam a aferição confiável da prestação do serviço.

8.6. Havendo inconsistências ou omissões nos documentos apresentados, a Administração poderá:

I. Definição: Mede o cumprimento rigoroso da oferta programada (viagens realizadas vs. estipuladas).
II. Negar o atesto parcial ou total do Relatório de Medição até a regularização;
III. Aplicar os descontos previstos, sem prejuízo da instauração de procedimentos administrativos.

CLÁUSULA NONA – DOS INDICADORES DE DESEMPENHO

9.1. A avaliação da qualidade do serviço será realizada mensalmente mediante a aferição dos indicadores abaixo descritos, cujos resultados impactarão diretamente na remuneração da CONTRATADA e na aplicação de penalidades, visando garantir a eficácia da política pública de gratuidade.

9.2. Do Indicador de Regularidade (IR):

I. Definição: Mede o cumprimento rigoroso da oferta programada (viagens realizadas vs. estipuladas).

II. Critério de Apuração: Só será computada como "Viagem Realizada" aquela que cumprir o itinerário completo e cujo horário de partida não exceda a tolerância de 10 (dez) minutos. Viagens suprimidas por motivo de força maior (ex: enchentes), desde que validadas pela Fiscalização, serão excluídas do cálculo.

III. Meta Mínima (Padrão): **≥** 98% de viagens realizadas por mês, vedada a compensação entre dias distintos.

9.3. Do Indicador de Disponibilidade da Frota (IDF):

I. Definição: Mede a capacidade da empresa em manter a frota operacional e reserva em condições de uso imediato.

II. Critério de Apuração: Considera-se indisponível o veículo parado por falta de manutenção, peças, combustível ou motorista. O uso do veículo reserva para cobrir um titular não penaliza o indicador, desde que a troca seja imediata e não gere perda de viagem.

III. Meta Mínima (Padrão): ≥90% em média mensal.

9.4. Do Indicador de Conforto Térmico (ICT):

I. Definição: Mede a efetividade do sistema de climatização (ar-condicionado) durante a prestação do serviço.

II. Critério de Apuração: Será considerada viagem sem ar-condicionado aquela em que o equipamento estiver desligado, quebrado ou com baixa eficiência (temperatura interna acima de 24ºC, salvo dias de calor extremo onde será considerado o diferencial térmico).

III. Meta Mínima (Padrão): ≥98% das viagens mensais devem ser realizadas com o equipamento em funcionamento contínuo.

IV. Manutenção: Eventuais falhas técnicas somente serão aceitas mediante registro em relatório e comprovação de manutenção corretiva em até 2 (duas) horas.

9.5. Do Indicador de Satisfação do Usuário (ISU/NPS):

I. Definição: Mede o grau de lealdade e satisfação dos usuários através da metodologia Net Promoter Score (NPS), aferido semestralmente através de pesquisa amostral.

II. Classificação: Baseada na pergunta "Em uma escala de 0 a 10, o quanto você recomendaria o transporte público de Cantagalo?", classificando-se como Detratores (0-6), Neutros (7-8) e Promotores (9-10).

III. Meta Mínima (Padrão): NPS ≥30 (Classificação "Zona de Melhoria" ou superior).

9.6. A aplicação do desconto seguirá uma lógica binária de cumprimento ou descumprimento de metas, incidindo sobre o valor de remuneração bruto da medição mensal, conforme os seguintes critérios:

I. Incidência Binária: Para cada indicador, será verificado se a meta mínima foi atingida.

a) Meta Atingida: Não haverá desconto referente àquele indicador.

b) Meta NÃO Atingida: Incidirá o percentual de desconto total previsto para o respectivo indicador.

II. Percentuais de Desconto: Em caso de descumprimento, serão aplicados os seguintes percentuais sobre o valor da fatura:

a) Indicador de Regularidade (IR): Desconto de 2,0%;

b) Indicador de Disponibilidade da Frota (IDF): Desconto de 1,5%;

c) Indicador de Satisfação (ISU): Desconto de 0,5% (medição semestral aplicável todo mês de apuração).

8.6.1 Os descontos são cumulativos, porém o limite máximo (teto) a ser aplicado em um único mês não excederá 5,0% (cinco por cento) do valor bruto da medição.

9.7. A aplicação das glosas técnicas tem natureza de ajuste de pagamento por nível de serviço e não se confunde com as sanções administrativas (multas, advertências ou suspensão). A aplicação da glosa não exime a CONTRATADA de responder a processos administrativos punitivos em casos de reincidência, má-fé, interrupção do serviço ou prejuízos causados à Administração.

CLÁUSULA DÉCIMA – DO CÁLCULO DO VALOR E PAGAMENTO

10.1. O pagamento mensal será devido após a apresentação da Nota Fiscal/Fatura acompanhada do Relatório de Medição aprovado, e será efetuado em até 15 (quinze) dias contados do recebimento e atesto final pela Secretaria.

10.2. O valor a ser pago será obtido através da seguinte metodologia de cálculo:

1. **Valor de Remuneração Bruto (*R*)**: O valor de remuneração corresponderá a:

$$R_m = RPK \times Q_m$$

Onde:

R é a remuneração do mês de referência em Reais

RPK é a remuneração por quilometro vencedora do processo licitatório

Q é a quantidade de quilometragem produtiva aprovada.

2. **Valor de Desconto (D):** Sobre o valor de remuneração incidirá o desconto decorrente do não atendimento aos Indicadores de Desempenho (Item 10 do TR). O valor de desconto corresponderá a:

$$D_m = R_m \times [(F_{IR} \times 2\%) + (F_{IDF} \times 1{,}5\%) + (F_{ICT} \times 1\%) + (F_{ISU} \times 0{,}5\%)]$$

Onde:

D é o Valor de desconto em Reais

R é o Valor total de remuneração apurada

F_x é o fator de descumprimento para cada parâmetro de desempenho

3. **Valor de Remuneração Líquido (RL):** O valor final a ser pago à CONTRATADA será:

$$RL = R_m - D_m$$

10.3. A aplicação dos descontos não impede a adoção de outras sanções contratuais previstas neste instrumento e na legislação aplicável, inclusive multas e suspensão, nos casos previstos.

10.4. Persistindo o descumprimento reiterado dos padrões mínimos de desempenho por período igual ou superior a 3 (três) meses, consecutivos ou não, a Administração poderá adotar medidas previstas em contrato, inclusive a rescisão, na forma da Lei nº 14.133/2021.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – REAJUSTE E DA REVISÃO EXTRAORDINÁRIA

11.1. Os preços contratados são fixos e irreajustáveis pelo prazo de 12 (doze) meses, contados da data-base do orçamento estimado da licitação, conforme disposto na legislação vigente.

11.2. Decorrido o interregno mínimo de 12 (doze) meses, os valores contratuais poderão ser reajustados anualmente, mediante solicitação da CONTRATADA, com base na variação acumulada do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA/E, ou outro índice oficial que venha a substituí-lo.

11.3. O reajuste será formalizado preferencialmente por Simples Apostilamento (art. 132 da Lei nº 14.133/2021), dispensando-se a celebração de termo aditivo quando se tratar apenas da aplicação direta do índice.

11.4. Independentemente do reajuste inflacionário anual (IPCA), poderá ser concedida a Revisão da Planilha de Custos, mediante solicitação fundamentada, com o objetivo de restabelecer a relação original entre encargos e remuneração, caso a aplicação isolada do índice de reajuste se mostre comprovadamente insuficiente ou excessiva diante de fatos supervenientes.

11.5. A revisão deverá ser instruída obrigatoriamente com a Planilha de Composição de Custos (Modelo ANTP) atualizada e documentada, demonstrando analiticamente o desequilíbrio, e somente será deferida se comprovada a ocorrência das hipóteses previstas no art. 124, inciso II, alínea “d”, da Lei nº 14.133/2021:

I. Fatos imprevisíveis ou previsíveis, porém de consequências incalculáveis;

II. Caso fortuito ou força maior;

III. Fato do príncipe ou alterações unilaterais do contrato

11.6. Para fins de orientação na aplicação da cláusula anterior, consideram-se fatos geradores aptos a ensejar o reequilíbrio, desde que o impacto supere a variação do IPCA no período:

a) Variação extraordinária dos insumos: Aumentos abruptos e imprevisíveis no preço do óleo diesel, pneus ou peças, decorrentes de crises de abastecimento ou política de preços nacional (ex: choque do petróleo

b) Legislação Trabalhista: Criação de novos pisos salariais para a categoria dos rodoviários por força de Lei Federal ou Convenção Coletiva de Trabalho com ganho real expressivo acima da inflação;

c) Tributação: Criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais que incidam diretamente sobre o preço do serviço (ex: reoneração da folha de pagamento;

11.7. Não ensejarão a revisão de preços, devendo ser suportados pela CONTRATADA como riscos ordinários do negócio:

a) Variações de custos que estejam dentro da margem de oscilação normal da inflação (já cobertas pelo reajuste do IPCA);

b) Aumentos de impostos sobre a renda ou lucro (IRPJ/CSLL);

c) Prejuízos decorrentes de má gestão, ineficiência operacional ou greves exclusivas da empresa;

d) Variações cambiais ordinárias que não configurem colapso econômico e seus impactos sobre peças e equipamentos.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

12.1. São obrigações do CONTRATANTE:

12.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo CONTRATADO, de acordo com o contrato e seus anexos;

12.1.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

12.1.3. Notificar o CONTRATADO, por escrito, sobre vícios, defeitos incorreções, imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas na execução do objeto contratual, fixando prazo de 5 (cinco) para elaboração de plano de ação;

12.1.4. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo CONTRATADO;

12.1.5. Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal relativa à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;

12.1.6. Efetuar o pagamento ao CONTRATADO do valor correspondente à execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência;

12.1.7. Aplicar ao CONTRATADO as sanções previstas na lei e neste Contrato;

12.1.8. Cientificar a Procuradoria Municipal para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo CONTRATADO;

12.1.9. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste;

12.1.9.1. A Administração terá o prazo de 1 (um) mês, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período;

12.1.10. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo CONTRATADO no prazo máximo de 1 (um) mês;

12.1.11. Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais;

12.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo CONTRATADO com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do CONTRATADO, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

13.1. O CONTRATADO deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e de seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto garantindo a regularidade, continuidade e pontualidade do transporte, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

13.2. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

13.3. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990)

13.4. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo CONTRATANTE, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

13.5. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o CONTRATADO deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos:

13.5.1. prova de regularidade relativa à Seguridade Social;

13.5.2. certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;

13.5.3. certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal / Distrital e Estadual do domicílio ou sede do CONTRATADO;

13.5.4. Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e

13.5.5. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT.

13.6. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao CONTRATANTE e não poderá onerar o objeto do contrato;

13.7. Comunicar ao Fiscal do contrato tempestivamente, observada a urgência da situação, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual, não ultrapassando o prazo de 24 (vinte e quatro) horas;

13.8. Paralisar, por determinação do CONTRATANTE, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros;

13.9. Executar o objeto conforme linhas, trajetos e horários indicados pela Administração Contratante, bem como alterações solicitadas por ela, respeitando a viabilidade técnica, competindo à empresa contratada providenciar as condições necessárias que possibilitem a fiel execução do contrato;

13.10. Comunicar à Administração Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, quaisquer motivos que impossibilitem o cumprimento do contrato, incluindo qualquer desvio de rota na execução regular do serviço das linhas;

13.11. Manter, durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;

13.12. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação;

13.13. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas;

13.14. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

13.15. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;

13.16. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual, as normas de segurança do CONTRATANTE;

13.17. Alocar os empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, com habilitação e conhecimento adequados;

13.18. Executar o objeto conforme linhas, trajetos e horários indicados pela Administração Contratante, bem como alterações solicitadas por ela, respeitando a viabilidade técnica, competindo à empresa contratada providenciar as condições necessárias que possibilitem a fiel execução do contrato;

13.19. Prestar esclarecimentos à Administração Contratante sobre eventuais atos ou fatos noticiados que a envolvam, independentemente de solicitação;

13.20. Arcar com todas as despesas que envolvam a prestação dos serviços, tais como, combustível, manutenção dos veículos, etc.;

13.21. A Contratada tem a obrigação de fornecimento de uniforme a seus motoristas, que deverão mantê-lo sempre em boas condições e apresentáveis;

13.22. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local de execução do objeto e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina;

13.23. Prestar informações à Administração Contratante e aos usuários sobre a prestação dos serviços, em especial, disponibilização de linhas, horários e rotas praticadas, qualquer interrupção ou alteração eventualmente ocorrida, etc.;

13.24. Prestar contas da execução dos serviços, trimestralmente, à Administração Contratante;

13.25. Permitir à Administração Contratante livre acesso às instalações da empresa, bem como a seus registros contábeis, patrimoniais e funcionais;

13.26. Captar, aplicar e gerir os recursos financeiros necessários à prestação de serviços adequada;

13.27. Garantir pronto restabelecimento dos serviços, caso interrompidos;

13.28. Executar todas as atividades inerentes à prestação de serviço com zelo, diligência e economia, procurando sempre utilizar a melhor técnica e obedecendo rigorosamente às legislações aplicáveis e às normas, padrões e especificações dadas pela Administração Contratante;

13.29. Divulgar, adequadamente, ao público geral e aos usuários em particular, ocorrência de situações de emergência e/ou excepcionais e a adoção de esquemas especiais de operação, especialmente aqueles que obriguem as alterações na prestação dos serviços. Para este fim, as partes contratantes manterão um canal de comunicação;

13.30. Disponibilização de atendimento presencial e disponibilização de número de contato para atendimento das solicitações e dúvidas por parte dos usuários dentro de horário de expediente. (08:00 às 17:00);

13.31. Responder os Ofícios, e-mails, comunicados, solicitações da Contratante em prazo máximo de 3 dias úteis a partir do recebimento;

13.32. As alterações programadas de itinerário deverão ser comunicadas com antecedência mínima de 3 (três) dias, devendo a divulgação ao público ser realizada por meio do número de contato da empresa e de suas redes sociais;

13.33. Elaborar e implementar esquemas de atendimento em situações de emergência, para tanto, mantendo disponíveis recursos humanos e materiais;

13.34. Em casos de paralisação, independentemente dos motivos que a ensejaram, deverá ser respeitado o mínimo de 30% (trinta por cento) da manutenção dos serviços, em função de se tratar de serviços essenciais;

13.35. Orientar seus funcionários (motoristas, mecânicos e fiscais) para que conduzam os trabalhos com urbanidade e respeito aos usuários, em estrita observância às leis de trânsito e às normas federais, estaduais e municipais aplicáveis;

13.36. Manter, durante toda a execução contratual, infraestrutura de Garagem e Apoio Operacional localizada em um raio máximo de 60 km do centro de Cantagalo/RJ;

13.37. Utilizar frota com idade máxima de 02 (dois) anos de fabricação, equipada com ar-condicionado e elevador de acessibilidade;

13.38. Não subcontratar a operação do transporte (frota e motoristas), executando o serviço diretamente;

13.39. Manter a frota reserva pronta para operação imediata em caso de falha mecânica de qualquer veículo titular;

13.40. Realizar integralmente a manutenção preventiva e corretiva da frota, assumindo todos os custos de peças, acessórios e mão de obra, assegurando que os veículos circulem permanentemente em perfeitas condições de segurança, higiene e funcionamento, respeitando os planos de revisão dos fabricantes e as normas técnicas aplicáveis

13.41. Cumprir as normas de proteção ao trabalho, inclusive aquelas relativas à segurança e à saúde no trabalho;

13.42. Não submeter os trabalhadores a condições degradantes de trabalho, jornadas exaustivas, servidão por dívida ou trabalhos forçados;

13.43. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos de idade, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos de idade, observada a legislação pertinente;

13.44. Não submeter o menor de dezoito anos de idade à realização de trabalho noturno e em condições perigosas e insalubres e à realização de atividades constantes na Lista de Piores Formas de Trabalho Infantil, aprovada pelo Decreto nº 6.481, de 12 de junho de 2008;

13.45. Receber e dar o tratamento adequado a denúncias de discriminação, violência e assédio no ambiente de trabalho;

13.46. Manter preposto aceito pela Administração para representá-lo na execução do contrato;

13.46.1. A indicação do preposto da empresa poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade.

13.47. Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do CONTRATANTE ou de agente público que tenha desempenhado função na licitação ou que atue na fiscalização ou gestão do contrato, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021;

13.48. Orientar seus funcionários (motoristas, mecânicos e fiscais) para que conduzam os trabalhos com urbanidade e respeito aos usuários, em estrita observância às leis de trânsito e às normas federais, estaduais e municipais aplicáveis;

13.49. Assegurar aos seus trabalhadores ambiente de trabalho e instalações em condições adequadas ao cumprimento das normas de saúde, segurança e bem-estar no trabalho;

13.50. Fornecer equipamentos de proteção individual (EPI) e equipamentos de proteção coletiva (EPC), quando for o caso;

13.51. Garantir o acesso do CONTRATANTE, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do contrato;

13.52. Promover a organização técnica e administrativa dos serviços, de modo a conduzi-los eficaz e eficientemente, de acordo com os documentos e especificações que integram o Termo de Referência, no prazo determinado;

13.53. Sem prejuízo das demais obrigações, cabe à CONTRATADA a responsabilidade sobre as especificidades da operação do serviço:

I. Manter, durante toda a execução contratual, infraestrutura de Garagem e Apoio Operacional localizada em um raio máximo de 60 km do centro de Cantagalo/RJ;

II. Utilizar frota com idade máxima de 02 (dois) anos de fabricação, equipada com ar-condicionado e elevador de acessibilidade;

III. Não subcontratar a operação do transporte (frota e motoristas), executando o serviço diretamente;

IV. Manter a frota reserva pronta para operação imediata em caso de falha mecânica de qualquer veículo titular;

V. Realizar integralmente a manutenção preventiva e corretiva da frota, assumindo todos os custos de peças, acessórios e mão de obra, assegurando que os veículos circulem permanentemente em perfeitas condições de segurança, higiene e funcionamento, respeitando os planos de revisão dos fabricantes e as normas técnicas aplicáveis.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

14.1. As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

14.2. Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.

14.3. É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.

14.4. É dever do CONTRATADO orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – GARANTIA DE EXECUÇÃO CONTRATUAL

15.1. Para assegurar o fiel cumprimento de todas as obrigações assumidas, a CONTRATADA presta, neste ato (ou deverá apresentar no prazo máximo de 10 dias úteis contados da convocação), garantia de execução correspondente a 5% (cinco por cento) do valor total atualizado do contrato, no montante de R$ _____ (_____ reais).

15.2. A garantia foi prestada na modalidade _____ (Caução em dinheiro/Títulos da Dívida Pública, Seguro-Garantia ou Fiança Bancária), conforme faculdade prevista no art. 96 da Lei nº 14.133/2021, com validade cobrindo todo o período de vigência contratual acrescido de 90 (noventa) dias.

15.3. Da Execução da Garantia: A garantia responderá pelo inadimplemento das obrigações contratuais, sendo executada pela Administração nos seguintes casos:

I. Para cobrir prejuízos causados à Administração decorrentes de culpa ou dolo da CONTRATADA durante a execução dos serviços;

II. Para pagamento de multas aplicadas e não quitadas voluntariamente;

III. Para ressarcimento de obrigações trabalhistas e previdenciárias de empregados da CONTRATADA alocados no serviço, não adimplidas a tempo, inclusive verbas rescisórias.

15.4. Sempre que o valor do contrato for reajustado ou revisado, ou o prazo de vigência prorrogado, a CONTRATADA obriga-se a complementar ou renovar a garantia no prazo de até 10 (dez) dias úteis, de modo a manter a proporção de 5% sobre o valor vigente e a cobertura pelo novo prazo.

15.5. A garantia (ou seu saldo remanescente) será liberada ou restituída após o término do contrato e o cumprimento de todas as obrigações, mediante atestado de recebimento definitivo emitido pela Secretaria Municipal de Defesa Civil e Trânsito e comprovação de quitação das verbas trabalhistas.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

16.1. Comete infração administrativa, nos termos do art. 155 da Lei nº 14.133/2021, a CONTRATADA que:

I. Der causa à inexecução parcial ou total do contrato;

II. Deixar de entregar a documentação exigida;

III. Não mantiver a proposta ou falhar na manutenção das condições de habilitação;

IV. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal;

V. Praticar atos ilícitos visando frustrar os objetivos da licitação.

16.2. Pelas infrações acima, garantida a prévia defesa, a CONTRATADA estará sujeita às seguintes sanções, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal:

I. ADVERTÊNCIA: Aplicável para falhas leves que não gerem prejuízo financeiro direto ou interrupção do serviço, desde que não seja caso de reincidência;

II. MULTA MORATÓRIA (Por Atraso): Pelo atraso injustificado no início da operação (após a Ordem de Início) ou no cumprimento de prazos de regularização: multa de 1,0% (um por cento) do valor mensal estimado do contrato, por dia de atraso, até o limite de 10 dias, quando poderá ser caracterizada a inexecução total;

III. MULTA COMPENSATÓRIA (Punitiva): Pela inexecução total ou parcial das obrigações, graduada conforme a gravidade:

a) Infrações Leves: Multa de 1% (um por cento) sobre o valor da fatura mensal.

- *Exemplos:* Falhas administrativas, atraso na entrega de relatórios, uniformes em desconformidade.

b) Infrações Médias: Multa de 5% (cinco por cento) sobre o valor da fatura mensal.

- *Exemplos:* Reincidência em descumprimento dos parâmetros de desempenho, tratamento descortês comprovado, veículo rodando com vistoria vencida.

c) Infrações Graves: Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor da fatura mensal.

- *Exemplos:* Interrupção parcial do serviço sem autorização, utilização de motorista sem curso especializado, falta de manutenção que gere risco à segurança

d) Infrações Gravíssimas: Multa de 20% (vinte por cento) sobre o Valor Total do Contrato.

- *Exemplos:* Subcontratação da operação (frota/motoristas), inexecução total (abandono), fraude na medição de quilometragem, condenação por trabalho escravo ou infantil.

IV. IMPEDIMENTO DE LICITAR E CONTRATAR: Pelo prazo máximo de 3 (três) anos, aplicável a infrações graves e gravíssimas, abrangendo a Administração Pública Municipal.

V. DECLARAÇÃO DE INIDONEIDADE: Aplicável em casos de fraude, conluio ou atos lesivos à administração, com efeitos para todos os entes federativos.

16.2.1. Do balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

16.2.2. O valor das multas será descontado da garantia prestada ou dos pagamentos devidos. Se insuficiente, será cobrado judicialmente.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DA ALTERAÇÃO SUBJETIVA

17.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da empresa contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação atual, sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato, não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

18.1. O contrato será extinto quando cumpridas as obrigações de ambas as partes ou nas hipóteses de rescisão previstas nos arts. 137 a 139 da Lei nº 14.133/2021.

18.2. A rescisão unilateral pela Administração poderá ocorrer, assegurado o contraditório e ampla defesa, nos seguintes casos principais:

I. O não cumprimento ou cumprimento irregular de cláusulas contratuais, especificações e prazos;

II. A subcontratação total ou parcial do objeto não admitida no contrato;

III. A decretação de falência ou a dissolução da sociedade;

IV. A alteração social ou modificação da finalidade ou da estrutura da empresa que prejudique a execução do contrato;

V. Razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas pela autoridade máxima

18.3. Nos casos de rescisão por culpa da CONTRATADA (incisos I a IV), haverá retenção dos créditos decorrentes do contrato e execução da garantia para ressarcimento dos prejuízos causados e pagamento das multas aplicadas.

18.4. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

18.5. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

18.6. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

18.6.1. Do balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

18.6.2. Da relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

18.6.3. Das indenizações e multas.

18.7. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório.

18.8. O contrato poderá ser extinto caso se constate que o CONTRATADO mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou na contratação direta, ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DAS ALTERAÇÕES

19.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

19.2. O CONTRATADO é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

19.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

19.4. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do CONTRATANTE, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês.

19.5. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

CLÁUSULA VIGÉSIMA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

20.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral do Município abaixo discriminada:

I) Unidade: Secretaria Municipal de Defesa Civil e Trânsito;
II) Fonte de recursos: 1111/1501/1112/1704/1113/1705/1114/1708;
III) Programa de trabalho: 10080.26.453.8005.2.270;
IV) Elemento de despesa: 33.90.39 e
V) Nota de empenho: [...];

20.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA – DOS CASOS OMISSOS

21.1. Os casos omissos serão decididos pelo CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA – PUBLICAÇÃO

22.1. Incumbirá ao CONTRATANTE divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, *caput,* da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011.

CLÁUSULA VIGÉSIMA OITAVA– FORO

23.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Cantagalo/RJ para dirimir quaisquer litígios oriundos deste Contrato, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem justos e contratados, assinam o presente instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

[Local], [dia] de [mês] de [ano].

Representante legal do CONTRATANTE

Representante legal do CONTRATADO

TESTEMUNHAS:

1- 2-

ANEXO III
DECLARAÇÃO CONJUNTA
(Habilitação, Fatos Impeditivos, Trabalho de Menores e Integridade)

A
PREGOEIRA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CANTAGALO – RJ
REF.: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90028/2026

A empresa [RAZÃO SOCIAL DA EMPRESA], inscrita no CNPJ sob o nº [INSERIR CNPJ], sediada em [ENDEREÇO COMPLETO], por intermédio de seu representante legal infra-assinado, DECLARA, sob as penas da lei, e em cumprimento às exigências do Edital em epígrafe, que:

1. Pleno Conhecimento: Tem pleno conhecimento e concorda com todas as condições estabelecidas no Edital e seus anexos, bem como da legislação aplicável, assumindo a responsabilidade pela veracidade de todos os documentos apresentados.

2. Inexistência de Impedimentos: Inexiste fato impeditivo à sua habilitação e participação na presente licitação, não tendo sido declarada inidônea por nenhum órgão da Administração Pública (Federal, Estadual ou Municipal) e não estando suspensa de licitar com o Município de Cantagalo/RJ, comprometendo-se a comunicar qualquer fato superveniente.

3. Trabalho de Menores (Art. 7º, XXXIII, CF): Não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos.

4. Trabalho Forçado/Degradante: Não possui em sua cadeia produtiva empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto na legislação trabalhista e na Constituição Federal

5. Parentesco/Nepotismo: Não possui em seu quadro societário, nem como dirigentes ou administradores, servidores públicos do Município de Cantagalo, nem cônjuges, companheiros ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de agentes públicos que atuem nesta licitação ou na gestão do contrato.

6. Reserva de Cargos (Se aplicável): Cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei (se a empresa tiver 100 ou mais empregados).

7. Integridade da Proposta: A proposta apresentada foi elaborada de maneira independente e o conteúdo da proposta não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado a, discutido com ou recebido de qualquer outro participante potencial ou de fato da presente licitação, por qualquer meio ou por qualquer pessoa.

Local e Data: _____, ___ de _____ de 2026.

[NOME DO REPRESENTANTE LEGAL]
[CPF DO REPRESENTANTE]

ANEXO IV – DECLARAÇÃO ME – EPP

(Para uso exclusivo de Microempresas e Empresas de Pequeno Porte)

A
PREGOEIRA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CANTAGALO – RJ
REF.: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90028/2026

A empresa [RAZÃO SOCIAL], inscrita no CNPJ sob o nº [CNPJ], por seu representante legal, DECLARA, sob as penas da Lei, para fins de fruição dos benefícios previstos na Lei Complementar nº 123/2006 e na Lei Municipal nº 1.372/17, que:

1. Enquadra-se como:

( ) MICROEMPRESA (ME) - Receita bruta anual igual ou inferior a R$ 360.000,00.

( ) EMPRESA DE PEQUENO PORTE (EPP) - Receita bruta anual superior a R$ 360.000,00 e igual ou inferior a R$ 4.800.000,00.

2. Declara que não se enquadra em nenhuma das vedações do § 4º do artigo 3º da Lei Complementar nº 123/2006.

3. Declara, sob as penas da lei, que no ano-calendário de realização da licitação, ainda não celebrou contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte, nos termos do § 2º, art. 4º da Lei nº 14.133/2021

4. Tem pleno conhecimento de que a falsidade desta declaração poderá acarretar as sanções administrativas, civis e penais cabíveis, inclusive a desclassificação do certame ou a rescisão contratual.

Local e Data: _____, ___ de _____ de 2026.

[NOME DO REPRESENTANTE LEGAL]
[CPF DO REPRESENTANTE]

ANEXO IV
MODELO DE APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA DE PREÇOS

A
PREGOEIRA OFICIAL
PREFEITURA MUNICIPAL DE CANTAGALO – RJ
REF.: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90028/2026

A empresa [RAZÃO SOCIAL], CNPJ nº [CNPJ], apresenta sua PROPOSTA DE PREÇOS para a execução dos serviços objeto desta licitação, conforme detalhamento abaixo:

1. IDENTIFICAÇÃO DO OBJETO:

Prestação de serviços públicos de Transporte Coletivo de Passageiros no Município de Cantagalo/RJ (Tarifa Zero), conforme Termo de Referência.

ITEM	ESPECIFICAÇÕES	U/S	QUANT.	VR. UNIT.	VALOR TOTAL
01	Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços públicos de Transporte Coletivo de Passageiros no Município de Cantagalo/RJ, abrangendo as áreas urbanas e rurais, sob o regime de Tarifa Zero (subsídio integral), com remuneração por quilômetro rodado.	KM	1.909.979,40	R$	R$
VALOR DA CONTRATAÇÃO POR 60 MESES			**R$**		

(Valor Unitário Máximo Aceitável: R$ 8,78)

3. DECLARAÇÕES EXPRESSAS:

Declaramos que:

- a) O preço ofertado inclui todos os custos diretos e indiretos, tributos, encargos sociais e trabalhistas, insumos (combustível, manutenção, pneus), depreciação, seguros e lucro necessários ao cumprimento integral do objeto.

- b) A validade desta proposta é de 60 (sessenta) dias, contados da data de abertura da sessão pública.

- c) Anexamos a esta proposta a Planilha de Composição de Custos Unitários (Modelo ANTP - Anexo II DO Termo de Referência) devidamente preenchida, justificando o valor do quilômetro ofertado.

4. DADOS BANCÁRIOS:

Banco: _____ | Agência: _____ | Conta Corrente: _____

Local e Data: _____, ___ de _____ de 2026.

[NOME DO REPRESENTANTE LEGAL]
[CARGO/FUNÇÃO]